



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUCIA LODO CONCEIÇÃO

“COM OS CACARECOS NA CABEÇA”:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS DUAS DESTRUIÇÕES DE
CANUDOS-BA (1896-1897/1969).

LUCIA LODO CONCEIÇÃO

**“COM OS CACARECOS NA CABEÇA”:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS DUAS DESTRUIÇÕES DE
CANUDOS-BA (1896-1897/1969).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José De Rezende

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Conceição, Lucia.

Com os cacarecos na cabeça : Uma análise sociológica das duas destruições de Canudos (1896-1897/1969) / Lucia Conceição. - Londrina, 2020.
112 f.

Orientador: Maria José Rezende.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Canudos - Tese. 2. destruição - Tese. 3. memória - Tese. 4. sociedade brasileira - Tese. I. Rezende, Maria José. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 3

LUCIA LODO CONCEIÇÃO

“COM OS CACARECOS NA CABEÇA”:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS DUAS DESTRUICÕES DE
CANUDOS-BA (1896-1897/1969).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Maria J. De Rezende
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Celso Vianna Bezerra de Menezes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Angélica Lyra de Araújo
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 05 de junho de 2020.

Ao povo do sertão de Canudos.
A todos aquele que passaram por essa vida
(a acadêmica) sem perder a ternura.

AGRADECIMENTOS

Por ter uma trajetória pouco convencional, muitas pessoas estiveram envolvidas no percurso para chegar até “aqui”.

Agradeço aos meus “companheiros” de trabalho do colégio FAAP de Ribeirão Preto-SP. Cada um à sua maneira serviu de estímulo para que o meu furor pedagógico das aulas (principalmente as de sociologia brasileira) se transformasse numa pesquisa acadêmica, formal e institucional. De forma especial à Patrícia Pereira por me mostrar que mesmo bem longe da academia, na educação básica, é possível fomentar discussões profundas e urgentes. O “chão da fábrica” da educação brasileira também é espaço para isso.

À Patrícia Braga, amiga que as ciências sociais me presenteou, pela paciência e solidariedade em momentos em que esta pesquisa não era nem ao menos um embrião de projeto.

À Maria Carolina Araujo Antonio por contrariar a contemporaneidade e manter relações de amizade duradouras, estreitas e por isso firmes, capazes preservar um companheirismo raro nos tempos atuais. Agradeço por me mostrar que a antropologia pode ser uma saída criativa e sensível diante dos rígidos “tratados” sociológicos que, por vezes, têm pouco “remelexo” perante a realidade que não para de se atualizar.

Aos meus amigos de Bebedouro-SP, Adir, Aninha e Natália Mello que mesmo muito distante de suas realidades, ofereceram seus ombros em momentos de angústia da pesquisa e, molhando as palavras, os transformaram em situações confortantes.

O meu agradecimento ao povo do sertão de Canudos é tão profundo quanto aquele canto do Brasil. Enquanto pesquisadora, por além de me permitir dialogar com uma “teoria” fundamental para se pensar a realidade brasileira e muitas de suas barreiras sociais que insistem em não ser superadas, me deu a oportunidade de entrar em contato direto com a realidade do sertão e sonhar com uma pesquisa que possa, de fato, fazer alguma diferença. Enquanto pessoa, por me ensinar a ser mais “gente brasileira” no tratar, na acolhida, na simplicidade e por me fazer entender que riqueza, não necessariamente, está ligada ao capital econômico.

Aos meus alunos, principalmente aos meus ex-alunos (em especial Paola Queiroz e Gabriela Costa) por passarem confiança para continuar a jornada, e por ter

o privilégio de ver e ter visto em seus olhos a segurança que eu precisava para “dar coragem Pra seguir viagem”.

Às amigas que o mestrado de Ciências Sociais da UEL me deu: Laís Kruczeveski e Maria Fernanda Vallejo. A primeira pela pureza de um ser que este mundo hostil ainda não foi capaz de embrutecer, nem ao menos lapidar. A segunda por me ensinar uma rústica e rica sabedoria andina e as suas semelhanças em relação ao Brasil.

À Laura Franchi pela força no momento mais difícil dessa dissertação.

Ao Anderson Marinho pela solidariedade na pesquisa e pelo elo que o açude Cocorobó selou.

À Vanda Lodo, minha mãe, por Tudo. E por ser tanto nem é possível expressar com palavras.

(...) Aí apareceu um homem
Pregando pelo sertão
Tinha muitos seguidores
Anunciava a salvação
Ao povo dava conselho
E fazia mutirão

(...) Um arraial em Canudos
Em três anos se formou
Mais de cinco mil casas
Conselheiro decretou
Deu -lhe o nome Bello Monte
Onde tudo começou
Bello Monte se desenvolveu
A cidade crescia
Indiferente a república
A igreja e a burguesia
A moeda da república
Em Canudos não valia

(...) Canudos se defendia
Daquela forte agressão

(...) A guerra chega ao final
No dia cinco de Outubro
Incendiaram o arraial
Exterminaram Canudos
Mas Canudos renasceu
Nos quatro cantos do mundo

BGG da Mata Virgem

Poeta Popular

Uauá – Bahia

“Canudos é dessas coisas de doer na consciência”

Carlos Drummond de Andrade

LODO, Lucia. “**Com os cacarecos na cabeça**”: uma análise sociológica das duas destruições de Canudos – BA (1897/1969). 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A história de Canudos, nos sertões baianos, é marcada por destruições. A primeira destruição foi no “dia cinco [outubro de 1897], ao entardecer, quando caíram os últimos defensores”, como exposto nas últimas frases de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Setenta e dois anos após a guerra, Canudos sofreu sua segunda destruição, não mais pelas bombas lançadas pelo exército e sim, pelas águas do rio Vaza Barris, represados em um açude projetado pelo governo. Essa pesquisa tem como objeto as justificativas oficiais para as ações empreendidas na primeira e segunda destruição de Canudos e as resistências dos sertanejos na perpetuação da memória. Busca-se, por meio da pesquisa documental e bibliográfica as justificativas “oficiais” para as ações contra Canudos, e pela observação participante às resistências dos sertanejos na manutenção da memória. Pontes reflexivas com a antropologia são utilizadas para problematizar a perspectiva dos canudenses com a noção de progresso assim como na expansão e fortificação do Estado brasileiro ao interior do país. Para isso, essa reflexão baseia-se em análises sociológicas sobre mudanças sociais..

Palavras-chave: Canudos. Memória. Destruição. Sociedade brasileira.

LODO, Lucia. "**With the cockroaches in the head**": a sociological analysis of the two destructions of Canudos - BA (1897/1969). 2020. 116 p. Dissertation (Master in Social Sciences) - Center for Letters and Human Sciences, State University of Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The history of Canudos, in the backlands of Bahia, is marked by destruction. The first destruction was on "day five [October 1897], at dusk, when the last defenders fell," as was shown in the last sentences of *Os Sertões* by Euclides da Cunha. Seventy-two years after the war, Canudos suffered its second destruction, no longer by the bombs thrown by the army but by the waters of the river Vaza Barris, dammed in a reservoir designed by the government. This research has as object the official justifications for the actions undertaken in the first and second destruction of Canudos and the resistance of the sertanejos in the perpetuation of this memory. Through the rescue of the oral history of these events reported by the sertanejos and the justifications present in the official documents, the reasons and justifications for the violent destruction of both the first and second towns of Canudos are sought. For this, this reflection is based on sociological, historical and political analyzes on social changes, as well as reflective bridges with anthropology, in order to problematize the perspective of the Canudans with the notion of progress tied to the idea of economic growth, as well as in the expansion and fortification of the Brazilian State to the interior of the country.

Key words: Canudos. Memory. Destruction. Brazilian society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
AI-5	Ato Institucional número 5
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
OEA	Organização dos Estados Americanos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
PEC	Parque Estadual de Canudos
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
IPMC	Instituto Popular Memorial de Canudos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A FORMAÇÃO E A DESTRUIÇÃO DA PRIMEIRA CANUDOS: ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO E DA DESTRUIÇÃO DE CANUDOS	21
2.1	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CANUDOS	21
2.1.1	A Religiosidade em Belo Monte.....	25
2.1.2	“Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”; o Papel da Igreja na Primeira Destruição de Canudos	31
2.1.3	O Latifúndio, o Coronelismo e as Oligarquias	33
2.1.4	A República	43
2.1.5	O Positivismo e Outros “Ismos”	48
2.1.6	Como os Órgãos Oficiais Justificam a Destruição da Primeira Canudos: Uma Abordagem Bibliográfica	51
3	A GÊNESE E A DESTRUIÇÃO DA SEGUNDA CANUDOS	57
3.1	A FORMAÇÃO DE CANUDOS, AGORA SEM CONSELHEIRO.....	57
3.2	TIRA GENTE PÕE REPRESA DIZ QUE TUDO VAI MUDAR	68
3.3	O SERTÃO VAI VIRAR MAR.....	75
4	A PELEJA DAS LEMBRANÇAS: A BUSCA PELA MEMÓRIA	87
4.1	COM OS CACARECOS NAS CABEÇAS: AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DA MEMÓRIA EM CANUDOS	88
4.2	A MEMÓRIA COMO UMA FORMA DE RESISTÊNCIA: IMPLICAÇÕES, CONFLITOS E DISPUTAS.....	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

O despertar pelo interesse em Canudos tem início nos idos dos anos 2000, em uma aula de sociologia brasileira durante a graduação de ciências sociais. A aula era sobre *Os Sertões* de Euclides da Cunha e de lá para cá foram muitas viagens até este canto do Brasil afim de conhecer melhor uma história que apesar de muito contada ainda existem vários pontos obscuros.

A cada volta de Canudos trazia na bagagem além da saudade de uma gente digna deste título, muitas particularidades que formam, para aquele que pesquisa o tema, um mosaico de narrativas acerca deste universo. Sem contar uma inquietação sobre a necessidade de formalizar essa pesquisa que se estendia com o passar dos anos.

Localizado nos sertões baianos, foi alvo de duas destruições¹, nos últimos séculos. O povoado fundado em 1893 era motivado por uma profunda religiosidade e tinha a liderança de Antônio Conselheiro. Os sertanejos organizaram uma comunidade com princípios religiosos e por vezes igualitários, em uma fazenda que denominaram Belo Monte. Sua primeira destruição no “dia 5 [outubro de 1897], ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores”. Como foi eternizado nas últimas frases de *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. A primeira Canudos foi massacrada “em nome” do fim da barbárie, portanto, em nome de um suposto ideário de progresso. O Brasil, recém republicano, precisava avançar no processo civilizatório e implementou, legitimado pela elite (intelectual e financeira) da época, um projeto civilizacional que não levava em consideração as especificidades de um tipo de brasileiro que sempre esteve negligenciado (REZENDE, 2001b).

A partir de 1969, terminada a barragem e ante as águas que subiam, os moradores foram obrigados a deixar Canudos, instalando-se à margem do açude Cocorobó, num povoado que com o tempo adotaria o nome de nova Canudos (GALVÃO, 2009a, p. 156).

“*Com os cacarecos nas cabeça*” não representa apenas uma expressão de uma moradora com forte relação com a identidade canudense e que há algum tempo contribui com a preservação da memória coletiva deste lugar, sempre aberta a conversas, entrevistas e estando, por quase sempre, a prestigiar os eventos locais que envolvem a história de Canudos. Mais que isso, o termo simboliza uma postura que esta pesquisa pretende traçar.

¹ Por destruição compreende-se o emprego da violência física por meio da guerra, mas também o extermínio de símbolos e significados de comunidades dentro do Estado brasileiro (HARDMAN, 1998).

A base de sustentação deste estudo está centralizada no reconhecimento das percepções do povo canudense. Não parte da premissa, portanto, que o pesquisador é o detentor de um conhecimento maior (ou igual) do que os sujeitos acerca de suas relações de sociabilidade, de sua cultura. Desta maneira, o pesquisador não sabe e nem pode saber mais sobre a vida social de seus interlocutores que eles próprios. Não existe um fundo de realidade que somente o pesquisador seria capaz de ter acesso.

Desta maneira, o que está mais em evidência, neste trabalho, é a forma que a reflexão, a percepção deles é construída dentro do contexto canudense, e não problemas conceituais concernentes ao contexto do pesquisador. E para isso implica considerar o pensamento canudense dentro de seus próprios paradigmas e de suas próprias verdades. Para tanto, se faz necessário repensar as próprias verdades do pesquisador para tentar descobrir outros mundos possíveis, outras possibilidades de existências.

O que está no horizonte desta pesquisa é a indispensabilidade das apreensões e memórias dos canudenses, dentro de suas lógicas de significação, levando em consideração que suas ideias serão elevadas ao estatuto de teoria, ou seja, a um fundo social de conhecimento (ELIAS, 1998).

Diante deste reconhecimento, configuram-se, como objeto deste estudo, as justificativas “oficiais” para as ações empreendidas na primeira e segunda destruição de Canudos e as resistências dos sertanejos na perpetuação da memória.

Vale ressaltar que se entende por justificativas “oficiais” os argumentos utilizados para as duas destruições, não somente do Estado, como também da Igreja, dos coronéis, da imprensa, ou seja, de todo um conjunto de forças sociais, políticas e econômicas predominantes em cada contexto histórico específico dos dois acontecimentos (1897/1969).

Assim, justificativas oficiais são entendidas como todas aquelas estratégias construídas no interior das instituições que, de certa forma, supostamente tentam cumprir seu papel de “zelar” pelo bem público. Desta maneira, elas (as justificativas) são formadas no espaço das organizações públicas e apresentam um discurso politicamente “atrativo”, já que é sistematicamente normativo.

[...] o Brasil oficial na Rua do Ouvidor, centro da nossa cultura urbana, falsificada, de segunda mão e com pretensões a cosmopolita; e o Brasil real, no emblema bruto e poderoso do Sertão [...]. O Brasil real teria, na verdade, não um, mas dois emblemas, pois os arraiais do Sertão tinham seus equivalentes urbanos nas favelas da Cidade; e se o povo do Brasil real era aquele que habitava as Favelas urbanas e os Arraiais do campo, o Brasil oficial

tinha seus símbolos mais expressivos nos Bancos e no Palácio do Governo, onde reinam os presidentes e seus ministros (SUASSUNA, 2002, p. 22 - 23).

As justificativas oficiais serão buscadas em diversas fontes. No caso da primeira destruição serão utilizados tanto os materiais escritos, no calor da hora dos acontecimentos, quanto os mais atuais que também se debruçam sobre a problemática. Visando além de refletir as razões da guerra de Canudos, compreender os fundamentos construídos pelos poderes oficiais para encabeçarem um amplo processo de destruição daquele arraial no interior da Bahia. Os textos (livro *Os Sertões* e os artigos) de Euclides da Cunha tornam-se chaves nesta discussão.

As justificativas oficiais responsáveis para a segunda destruição de Canudos serão procuradas através de uma pesquisa bibliográfica, e em alguns documentos de fonte primária como os anais do congresso do dia 10 de maio de 1954, uma resolução da câmara dos deputados de 1963, alguns artigos de jornais (jornal A Batalha de 20 de outubro de 1940 e jornal do Brasil de 26 de março de 1969), relatórios técnicos de livros especializados na construção de barragens no Brasil, entre outros. Tais materiais vão tentar demonstrar como se criou, ao longo dos anos, uma narrativa sobre a necessidade de construir uma barragem naquele local.

Para May (2004), o “engajar-se” nos “significados” é tentar ver o que está embutido no próprio documento posto que “um documento não pode ser lido de uma maneira “desligada”. Ao contrário, devemos abordá-lo de um modo engajado, não desligado” (MAY, 2004, p. 213). O documento trata de um determinado contexto histórico, político, econômico e cultural e é por isso que, para May (2004), estes “não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos” (MAY, 2004, p. 214).

Através do trabalho de campo, a partir da observação participante, procura-se apreender os vários aspectos das memórias de Canudos. E como estas podem ser reconhecidas na forma de resistência. Desta maneira, busca-se por uma perspectiva mais próxima dos canudenses, já que é um procedimento de coletas de dados pautado na “experiência direta do pesquisador com os interlocutores” (BEZERRA, 2015, p. 68), apreender os vários aspectos de suas memórias. E como estas podem ser reconhecidas como uma forma de resistência.

Assim, procura-se, por meio de um “mergulho nas atividades do dia a dia das pessoas” (MAY, 2004, p.174), encontrar as manifestações da memória, no seu processo de recriação através das recordações preteridas, talvez mesmo perdidas no vasto abismo que se fundou às margens da história oficial brasileira. História oficial brasileira esta que se expressa nos grandes personagens que seriam responsáveis por feitos memoráveis. “Cenas e personagens

representados como pacíficos e avessos àquelas ações que possam implicar em mudanças na estrutura social vigente” (SOUZA, 2004, p. 4 - 5).

A observação participante é uma forma de “inserção em um contexto social específico” (ROCHA, 2013, p. 03), neste caso Canudos, será utilizada para demonstrar a existência de uma memória que persiste até hoje. E assim, buscar, respostas de como esta memória pode se apresentar na forma de resistência.

Nesta pesquisa, o estudo da memória se sustenta pela perspectiva da resistência, justamente por se apresentar como uma importante ferramenta para a compreensão do modo pelo qual o passado é recuperado e interpretado (TEGA, 2012). À medida que partes silenciadas da memória oficial denunciam o caráter elitista da historiografia dominante, ao mesmo tempo, expõe as invisibilidades de grupos sociais marginalizados, como os canudenses, da história oficial. “Contramemória” é o termo utilizado por Tega (2012) para demonstrar o tipo de memória que sempre se manteve às margens dos discursos hegemônicos, pretendendo “fazer visível o invisível, dando voz àqueles que foram, por muito tempo, calados” (TEGA, 2012, p. 125).

Desta forma, a memória como resistência pode mais do que dar visibilidade aos sertanejos, pois além de procurar entender a situação destes como produto da história e da sociedade, denuncia as marcas autoritárias e excludentes do processo de formação da sociedade brasileira (TEGA, 2012).

Mesmo reconhecendo que a reconstrução do passado é limitada, com dificuldades de ser elaborada, já que a própria memória sofre profundas mudanças, e, de certa forma, perde o sentido de continuidade, dela restando apenas vestígios, a “observação das ações cotidianas das pessoas” (MAY, 2004, p. 187) pode criar condições para que estas venham a emergir e possam ser registradas, analisadas e passem a fazer parte da memória coletiva desta sociedade em questão. Assim como os cacarecos de Dona Duru, as memórias são espalhadas e podem evidenciar seu grande valor para a história, perpetuando-se nas recordações que permeiam o grupo social de Canudos. Só que diferentemente destes cacarecos, o que a memória não pode é se tornar um objeto de pouco prestígio, quinquilharia, ultrapassado, no ostracismo nacional.

Através da observação participante, procura-se a “identificação das relações presentes naquele contexto social [...] [bem como procura-se fazer] uma descrição dos eventos e situações que ocorreram (MAY, 2004, p.187). Assim, o esforço visa perceber as manifestações dos sertanejos que revelam significados sobre estes dois acontecimentos. Tal

percepção visa encontrar elementos para compreender as formas de resistência ao processo destrutivo que se desdobrou em dois momentos distintos.

Parte-se da hipótese de que, em relação à primeira destruição, a justificativa fundamentava-se não apenas na noção de progresso atrelada à ideia de crescimento econômico, assim como na expansão e fortificação do Estado brasileiro no interior do país, mas também nas configurações do projeto civilizador encaminhado a Canudos.

Crescimento e desenvolvimento social, como atenta Celso Furtado (2004), deveriam estar atrelados, mas nem sempre estão eles ligados a um projeto social voltado para preparar um futuro melhor para a massa da população. Enquanto o crescimento, segundo Furtado, se funda na preservação dos privilégios da elite, o desenvolvimento social só é possível “quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (FURTADO, 2004, p. 3 - 4). Desta forma, para o autor, desenvolvimento não é apenas crescimento. Crescimento, é também a redefinição do processo social. Na obra *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), Furtado desembaraça qualquer mito de modernização e do progresso que favoreçam a “expansão dos privilégios e riquezas de alguns segmentos sociais” (REZENDE, 2013, p. 94).

A falácia de esconder as privações humanas sobre o véu de um crescimento econômico em que não havia preocupação com as mazelas sociais, que se iam perpetuando [...]. Assim, tudo era feito em nome de um crescimento econômico que não revertia em benefício social algum para uma parte das populações mais pobres (REZENDE, 2013, p.109 - 110).

O Brasil traz evidências de um padrão de organização social e de domínio autoritário e excludente, com forças sociais empenhadas em barrar lutas e enfrentamentos sociais. Na história da sociedade brasileira há um predomínio, de “forças repressoras que se empenham em minar todo e qualquer conflito entre os múltiplos interesses constituintes da vida em sociedade” (REZENDE, 2004, p. 25). Assim, a realidade social brasileira foi construída historicamente com a presença marcante de bloqueios de reivindicações sociais que foram oriundas da sociedade civil, sempre foram encaradas como uma ameaça (REZENDE, 2013).

Em todos os lugares, combina-se o moderno material com o autoritário do mando e desmando. Como na Madeira-Mamoré, em Canudos, Contestado, Revolta da Vacina, ocupações das terras, greves operárias, protestos contra os desmandos. Uma história na qual a modernidade está mesclada no caleidoscópio dos pretéritos, dos “ciclos” descontraídos de tempos e lugares, como se o presente fosse um depósito arqueológico de épocas e regiões (IANNI, 2004, p. 21).

Em relação à segunda destruição pelo Estado, a hipótese é que se estabeleceu também a noção de progresso, todavia, em torno dessa ideia, provavelmente giravam outras especificidades distintas da primeira. A construção da barragem do açude Cocorobó, responsável pela segunda destruição de Canudos, foi iniciada em 1951, sob o controle direto do DNOCS. Com o término das obras, o local onde ficava Canudos desapareceu sob as águas desta represa, em 1969, durante a ditadura militar, que só admitia aquilo que estava absolutamente integrado ao seu controle, num processo de geração contínua de uma ampla conformidade com seus propósitos nas diversas esferas da vida social. Será necessário mediante este quadro histórico, construir entendimentos teóricos e empíricos sobre a segunda destruição, a partir da construção do açude de Cocorobó.

Raymundo Faoro (1992) já chamara a atenção desta faceta do Estado brasileiro de se apresentar como um planejador da infraestrutura, “sobre a qual assentariam as obras econômicas que estimulassem o desenvolvimento, voltando as costas ao País, ao País de uma minoria sitiada por uma maioria faminta e pobre” (FAORO, 1992, p. 21). O processo econômico e social tomava o Estado brasileiro como motor de desenvolvimento do país através da construção de grandes obras.

Vale ressaltar que em 1969, o povoado foi pela segunda vez destruído pelas águas do Açude Cocorobó que se instalou na região com a justificativa de introduzir uma agricultura capitalista no semiárido. Assim, ao passo que existia uma política que, aparentemente, era voltada para alavancar o desenvolvimento agrícola na região, camuflava a memória dos sertanejos por não deixar resquícios de um passado marcado não só pela presença de um Estado opressor, como também pela experiência coletiva-religiosa vivida em Belo Monte. Para Silva (1996), as águas do Cocorobó funcionariam como uma espécie de túmulo, não só por acolher as vítimas da guerra, “como também as casas, o cemitério, a escola, o cruzeiro, as grandes referências daqueles que reconstruíram Canudos, depois da guerra” (FERNANDES, 2014, p. 125).

É necessário considerar que a falta de água generalizada no sertão era o principal motivo para a destruição da segunda Canudos, a qual a ditadura militar se encarregou de concluir e inaugurar a obra em 1969, ano seguinte ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), “quando a sociedade civil estava em convulsão e o evento, não divulgado, passou despercebido” (GALVÃO, 2001, p. 102).

A partir da década de 1960, o governo federal investiu economicamente no desenvolvimento do país, em relação à expansão do capital nacional. Esta política atingia fortemente a população rural do Norte, viam-se projetos de colonização da Amazônia e do

Nordeste, através de planos de desenvolvimento em vales de rios, como os existentes na região em que se localizava Canudos (IANNI, 1981; MARTINS, 1982).

O conjunto de elementos (ideias, valores, objetivos) que constituiu a suposta noção de progresso e civilização que o Estado brasileiro procurava elaborar estava inteiramente associado às suas táticas de intervenção nas mais variadas esferas da vida social, ou seja, econômico, político e psicossocial. (REZENDE, 2001a). Isto demonstra que não se tomará aqui a questão da justificativa sob o enfoque meramente econômico, mas sim sociológico. Através deste último, torna-se possível compreender as articulações na construção de justificativas oficiais para as ações empreendidas na primeira e segunda destruição de Canudos.

A busca pelas justificativas leva em consideração os dois intervalos de tempo particulares; 1896-1897 e 1969. Assim, a correlação entre as forças sociais, as exclusões, as divergências, os conflitos circunscritos ou não, os rompimentos, as alianças, as influências, as correntes científicas, as vontades, os valores sociais, etc., são elementos básicos para se compreender a atuação dos setores preponderantes, no Brasil, em cada um destes períodos (REZENDE, 2001a). A análise das diversas estratégias (econômica, política, militar) do Estado brasileiro que revela, muitas vezes, o autoritarismo no seu projeto de sociedade, serão fartos fundamentos para caracterização dos períodos de 1896 a 1897 e de 1969 (REZENDE, 2001a) como distintos.

As incursões em campo, na observação participante, por meio de análises de suas memórias transmitidas não só oralmente, como também através de símbolos, práticas, representações sociais e rituais, foram e serão realizadas com a finalidade de entender como uma dada dinâmica da sociedade nacional pode ser captada num contexto específico, Canudos. O trabalho de campo utilizou a observação participante como ferramenta metodológica no mês de julho de 2019 não somente na cidade de Canudos, mas também em suas cercanias, com o intento de realizar uma análise minuciosa de um grupo social específico para estruturar uma visão mais ampla da sociedade brasileira, apontando as relações que essas pequenas comunidades estabelecem com o todo e quais impactos (processos de mudança social) produzem.

A história de uma cidade pode ser espelho da história de uma província, estado, região, nação. Se não espelho fiel, ao menos um reflexo de muitos traços, que a história da nação às vezes esconde. A sociedade nacional, em suas diversidades, articulações e antagonismos, tem sempre algo a ver com a cidade (IANNI, 1996, p. 13)

Ianni (1996) demonstra que as particularidades de cada época associam com o todo e com as partes, ou seja, cada período tem seu modo e jeito, mas também tem muito a ver com a forma de cada um em todos os lugares. “Na história da cidade, às vezes, estão mais visíveis traços marcantes da história da nação” (IANNI, 1996, p. 13).

Logo, a análise das duas destruições de Canudos pode ser uma forma de apreensão das diversas singularidades da sociedade brasileira. E a partir do reconhecimento dos anacronismos sociais brasileiros pode-se desenvolver uma postura de embate na luta contra o sofrimento social, com um estudo sociológico que visa entender o quadro social onde este sofrimento se perpetua de maneira mais intensa.

A memória dos canudenses, dos “filhos” de Canudos, aqueles que “conheceram os antigos membros ou [...] ouviram falar” (BEZERRA, 2015, p. 69), os registros históricos, em especial aqueles que remetem ao ano em que as águas do Cocorobó encobriram a segunda Canudos, 1969, portanto, a segunda destruição, assim como a entonação das práticas via discurso de progresso pelo Estado brasileiro, o extermínio dos incivilizados² e a resistência cultural, mas também política serão as principais orientações desta presente pesquisa.

A memória expressa um caráter de reconstrução, que é feita no presente a partir de experiências do passado. Sendo assim, o método da observação participante permite atingir fragmentos, traços, aspectos, nuances da memória visto que é uma técnica que “mergulha na vida dos outros para interpretar o modo como pensam, sentem e realizam suas experiências” (BEZERRA, 2015, p. 73), ou seja, a imersão no mundo natural dos observados para “aprender a significação dos eventos situados na historicidade da experiência humana” (BEZERRA, 2015, p. 73). Uma observação participante “assentada nos significados que foram atribuídos no passado” (BEZERRA, 2015, p. 74).

Desta forma, a partir da unidade básica de observação, Canudos, vão ser recolhidas informações de um vasto leque de práticas, manifestações, portanto, de todo um conjunto “simbólico que orienta a vida social e as representações” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 03) para descrever e alcançar a memória dos canudenses.

A maneira pela qual os canudenses contam sobre o extermínio que sofreram nas duas destruições evidencia a percepção deles acerca desses eventos e como fazem para preservar a memória local. É interessante a esta presente pesquisa ver como a memória aparece

² Lucia Lippi de Oliveira diz: (1998): “O sertão passa a ser visto como um problema para a nação e se opõe à urbanidade do litoral. Sob a visão cientificista do final do século XIX, as explicações raciais sustentam uma suspeita sobre os tipos miscigenados portadores da degeneração” (OLIVEIRA, 1998, p. 197).

como forma de resistência, além de uma fonte de imortalidade de sua história, entrelaçando passado, presente e futuro (NEVES, 1994)

Se o trabalho de articular o passado ao presente não é dos mais fáceis, principalmente quando se refere a um período traumático, pensar nas possibilidades futuras parece ser tarefa ainda mais difícil. Na luta do presente, a denúncia, a recuperação da luta do passado (TEGA, 2012, p. 145).

A análise do hipotético ideário de progresso construído pelos componentes dos setores preponderantes da sociedade brasileira, da maneira aqui proposta, passa, pela compreensão das condições particulares em que se produziram as ações e reações dos mesmos diante das condições sociais vigentes em dois momentos específicos; 1896-1897 e 1969.

Desta forma, pretende combinar a pesquisa de campo, observação participante, com os estudos de reconstrução histórica, com o objetivo de atingir um quadro conceitual seguro ao trabalho de investigação, voltado para o conhecimento da história da sociedade brasileira, através da reconstituição histórica da sociedade de Canudos, em dois momentos específicos.

Os dois acontecimentos apontados serão analisados, partindo-se da perspectiva da sociologia histórica, já que além de questionar a possibilidade de aplicações de conceitos desconsiderando particularidades e especificidades, se orienta por fatos históricos. Assim como por meio de pesquisa de campo, com o propósito de descobrir processos de mudanças sociais, culturais e políticas, que possam ter modificado ou estavam modificando a estrutura e organização social de grupos específicos (FERNANDES, 1977).

Assim como o estudo do arraial de Belo Monte pelas ciências sociais pode conferir ao mesmo tempo, um caráter profundamente crítico, já que a contribuição destas áreas do saber abre mais espaço à mediação entre o social - a questão da miserabilidade, fruto do “abandono completo de três séculos” (GALVÃO, 1985, p. 106) - e o político, referente a resistência popular.

O estudo específico da segunda destruição pode trazer acréscimo à Sociologia brasileira. Já que existe uma vasta literatura sobre a primeira, mas, muito pouco os estudos em relação à segunda, inclusive por parte das ciências sociais. Assim, analisar a segunda destruição de Canudos pode levar a inflexões nos entendimentos sobre a ideia de desenvolvimento ao questionar, justamente, a noção de desenvolvimento como um fator progressista universal que não, necessariamente, pode conduzir a um determinado modelo de progresso.

As reflexões de Celso Furtado já mostraram que além da impossibilidade de criar uma lei geral e explicativa para todos os grupos sociais, e que neste tipo de visão prevalece um caráter generalista, no qual as mudanças sociais obedeceriam a uma lógica pré determinada (REZENDE. 2004). E José Eli da Veiga (2001) ratifica tal noção ao demonstrar que as mudanças econômicas nunca ocorrem “de forma homogênea entre as regiões de uma mesma nação” (VEIGA, 2001, p. 108). Segundo Cláudia Pereira de Vasconcelos (2007) em sua dissertação intitulada *Ser-tão Baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade Baiana*, para José Eli da Veiga não existe um modelo único de desenvolvimento para o país todo, citando o autor na íntegra ela destaca que que “o Brasil considera urbana toda a sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características” (VEIGA, 2003, p. 24 apud VASCONCELOS, 2007, p.17).

Diante desses apontamentos, o presente trabalho será estruturado e pensado em três capítulos, sendo o objetivo do primeiro problematizar os aspectos sócio-históricos da formação e da destruição de Canudos. Buscar-se-ão estudos, por meio de pesquisas bibliográficas, que fazem abordagens sobre o processo de constituição e extermínio da antiga Belo Monte.

O tipo de pesquisa bibliográfica se apresenta neste estudo, segundo Minayo (1993), como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo inacabado e permanente” (MINAYO, 1993, p. 23). Portanto, um tipo de procedimento que exige do mesmo aproximações sucessivas da realidade. Desta maneira, o processo analítico vincula pensamento e ação, além de auxiliar na construção do quadro conceitual que envolve este objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007).

O segundo capítulo será orientado pela análise dos documentos oficiais direcionados à discussão sobre a reorganização Canudos, menos de dez anos após o fim da Guerra, assim como os registros sobre a construção da barragem do açude de Cocorobó. Também serão contempladas as investigações sobre os estudos relatórios técnicos sobre desenvolvimento e os projetos de modernização.

O terceiro capítulo será nortado pelo modo como a população local expressa e manifesta as suas memórias acerca das duas destruições de Canudos, em suas vivências e práticas cotidianas. Tais elementos foram recolhidos através da observação participante e tentou captar as lembranças dos dois eventos, no intuito de resgatar e registrar as lembranças das destruições de Canudos, frente as crescentes ameaças representadas não só pelo tempo, como também de um conjunto de forças sociais que se empenharam, por vezes com o massacre como método de domínio, para o apagamento e o silenciamento de uma história.

2 A FORMAÇÃO E A DESTRUIÇÃO DA PRIMEIRA CANUDOS: ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO E DA DESTRUIÇÃO DE CANUDOS

2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CANUDOS

A região onde se localiza Canudos, “no alto sertão franciscano” (RIBEIRO, 1995, p. 358) “é historicamente caracterizada por latifúndios improdutivos, domínio político dos coronéis, secas e pobreza” (CANUDOS, A tragédia do sertão, 2015, p. 15). Este canto do sertão nordestino baiano demonstrou, ao longo da história do Brasil, "contradições e graves problemas sociais contidos no interior" (CANUDOS, A tragédia do sertão, 2015, p. 15) da sociedade brasileira. Em condições de muitas dificuldades sociais e políticas, tendo em vista que alguns grupos monopolizavam a terra e o poder, sertanejos com muita força de vontade tentavam, ainda que com muitas privações, uma vida mais digna. Os representantes do clero estavam afinados politicamente com os latifundiários, eram eles também fiadores de uma realidade áspera, violenta e brutal para os sertanejos.

Belo Monte foi um núcleo de povoamento marcado pela resistência popular. E por quê? O dado mais importante é que o povoado tentava romper com a submissão aos membros das oligarquias locais. Assim, os conselheiristas procuraram construir uma vida menos submissa aos poderosos locais e regionais. E devido a essa autonomia sertaneja foi destruído pelo inseguro e jovem estado republicano (ATAÍDE, 1994).

A religião foi a sustentação, ou seja, teve um “papel determinante [...] como base segura para a compreensão da formação do arraial e da impressionante resistência sertaneja.” (HERMANN, 1997, p. 19). Assim, Canudos, além de ser uma comunidade de inspiração religiosa, foi uma espécie de resposta ao quadro social vigente, já que “idealizou”, mesmo que a seu modo, um projeto de reinventar o sertão. E justamente por esta independência foi varrida do mapa esta comunidade “que ousara criar uma forma própria de organização social” (SAMPAIO, 2001, p. 31). Conforme esclarece Queiroz (2003)

Alcançou com sua gente a velha fazenda de gado abandonada à beira do Vaza Barris, e ali se instalou, denominando Belo Monte o arraial que imediatamente surgiu. Sermões e milagres continuavam atraindo para a antiga fazenda de Canudos multidões de fiéis, desejosos de conhecer o ente extraordinário e de viver sob suas leis (QUEIROZ, 2003, p. 226).

Os sertanejos conselheiristas estavam, portanto, motivados pela possibilidade de escaparem da dependência do coronelismo, tema que vai ser discutido posteriormente, além de aderirem a um movimento que abriu uma rara perspectiva de melhores condições de vida. Assim, a fundação de Canudos criou um espaço social livre, destinado a um projeto religioso, em uma área de grande influência dos coronéis (BARTELT, 2009). Uma experiência considerada, à sua época, grande ameaça para a ordem republicana recém implementada.

Canudos é um bom exemplo dessa classe de enfrentamentos, como a grande explosão dessas modalidades de lutas. Ali, sertanejos atados a um universo arcaico de compreensões, mas cruamente subversivos porque pretendiam enfrentar a ordem social vigente, segundo valores diferentes e até opostos aos dos seus antagonistas, enfrentavam uma sociedade fundada na propriedade territorial e no poderio do dono, sobre quem vivesse em suas terras. Desde o princípio os fiéis do Conselheiro eram vistos como um grupo crescente de lavradores que saíam das fazendas e organizavam em si e para si, sem patrões nem mercadores, e parecia e era tido como o que há de mais perigoso (RIBEIRO, 1995, p. 174).

Pelo alto das serras e estradas deslocavam-se grupos em busca da cidade que ficaria famosa. O Arraial cresceu e atraiu gente de todo o sertão da Bahia, do Ceará, de Alagoas, de Sergipe e de outros estados próximos ou os mais distantes, sobretudo de locais onde o Conselheiro havia peregrinado. Os sertanejos estavam em busca de uma vida mais digna, de um pedaço de chão para plantar, além do auxílio espiritual na forma das pregações do Conselheiro.

O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas. A edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até doze casas por dia; e, à medida que se formava, a tapera colossal parecia estereografar a feição da sociedade ali acoitada (GALVÃO, 1985, p. 232).

Dias e Neiva (1999) destacam que o espírito de solidariedade presente no Arraial favoreceu, de forma significativa, a existência de melhores condições de vida à população do Belo Monte, além de possibilitar a superação de algumas dificuldades que a caatinga oferecia frequentemente. Para os autores “Canudos foi uma comunidade que por se organizar de forma solidária e coletiva, conseguiu transpor alguns obstáculos que o meio natural colocava para a sua existência” (DIAS; NEIVA, 1999, p. 63).

No sertão, no final século XIX, a República era essencialmente virtual. Na maioria das vezes se fazia presente através da violência, da repressão em relação às massas populares, que por sua vez, historicamente se mantiveram marginalizadas, excluídas

principalmente, daqueles elementos básicos que um Estado moderno deveria proporcionar; saúde, educação, desenvolvimento social.

O sertão foi constituído através do genocídio [...] a violência em nome do Estado contra a população foi fundadora do Sertão e formou a sua tradição mais antiga. Durante toda a época colonial e imperial, pelo menos, o Estado se fazia presente no Sertão pelas instituições repressivas, omitindo as instituições e serviços que são igualmente integrais do conceito Estado moderno como, por exemplo: educação, infraestrutura, política de desenvolvimento econômico, apoio social e separação dos poderes (BARTELT, 1999, p. 45 - 47).

E particularmente o sertão da Bahia foi historicamente uma das regiões mais carentes de infraestrutura mínima, por não receber investimentos por parte do governo local, que privilegiava as regiões com maior dinamismo econômico (DIAS, 2019).

Belo Monte e as regiões adjacentes, sob a influência dos conselheiristas, constituíam uma espécie de Estado caboclo mais ou menos independente do Estado republicano. Como se fosse “um Estado dentro do Estado” (MACEDO; MAESTRI, 2011, p. 84).

Contudo, “é certo que se tratava de uma experiência social e política distinta daquela do governo central republicano”(SCHWARCZ, 2015, p. 333). A ideia de comunidade é presente no campo analisado por Euclides da Cunha, servindo de modelo para se caracterizar a organização social dos novos territórios da pobreza (VALLADARES, 2005).

Segundo Euclides da Cunha (1985) em *Os Sertões*:

Os sertanejos que se refugiaram em Canudos, onde tentaram criar um estilo comunitário de vida, não poderiam ser vistos como culpados, mas sim como vítimas de uma série de fatores econômicos, geográficos, raciais e históricos. Abandonada pelo governo, a população miserável do sertão, formada pela mistura do branco com o negro e o índio, foi ficando cada vez mais isolada e acabou formando comunidades fechadas [...].-Criava-se assim uma situação propícia à atuação de líderes capazes de eletrizar multidões com suas promessas de paraíso e bem-aventurança (CUNHA, 1985, p. 27).

“O sertão significou muito mais do que o espaço e a região dos acontecimentos que compreende o Ciclo do Conselheiro” (BRAGA, 2011, p. 03).

Ao mesmo tempo, o sertão significa(va) algo desconhecido, não desbravado, fora do alcance do braço da lei, incivilizado, certamente como oposição ao termo “cidade”, este sim implicado pelo império da lei, da civilização e dos valores urbanos (GALVÃO, 2001). Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro (1995) a população sertaneja se distanciou “não só

espacial mas também social e culturalmente da gente litorânea, estabelecendo-se uma defasagem que as opõe como se fossem povos distintos”(RIBEIRO, 1995, p. 355).

No sertão, a caatinga, como lhe chamavam os índios, com uma vegetação de cactos, de moitas espinhosas, de ervas raquíticas, amarelas, calcinadas, de árvores esqueléticas com folhas raivosamente eriçadas, transformadas em espinhos ou arestas, de árvores ventradas que são como odres para reter sob a casca rugosa a maior quantidade possível da mesquinha água da chuva [...] o homem da caatinga nada tem diante de si, a não ser um céu imenso implacavelmente azul estendendo-se sobre seu chapéu de couro, e em que raras nuvens se esgarçam devoradas pelo sol insaciável (BASTIDE, 1979, p. 86 - 87).

E “é deste sertão³, desta terra inculta e árida, deste chão seco, embrutecido e inóspito, que saíram milhares de pessoas em busca de alento para suas dores, decepções, alimentando esperanças singulares, começaram a seguir Antônio Conselheiro” (BRAGA, 2011, p. 03).

O sertão de Conselheiro era habitado por populações que quase nada possuíam para exportar, vivendo da carne do bode, do couro de bode, da rapadura, da farinha de mandioca, boizinhos quase de barro que pastavam em terrenos pobres. Zona tão miserável que viveu muitos anos das benemerências do pobre Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios, abridor de tanques d'água, únicas obras de caráter público que aquele sertão podia ambicionar (CALASANS, 1995, p. 58).

Uma parte das intrincadas origens de Canudos seria o abandono que a região sofreu, durante anos, devido ao total desconhecimento de um Brasil litorâneo europeizado. Segundo Neiva (2000) “o descaso e o desinteresse são os principais fatores para o desconhecimento da realidade, no entanto, o desconhecimento da realidade contribui sobremaneira para os equívocos e fracassos de muitas políticas direcionadas para a região” (NEIVA, 2000, p. 02).

³ “‘Sertão’ é umas das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa historiografia. Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por Frei Vicente do Salvador. No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, ‘sertão’ chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira” (AMADO, 1995, p. 145 - 146).

2.1.1 A Religiosidade em Belo Monte

Conhecer a comunidade de Belo Monte por dentro é se debruçar sobre os aspectos humanos, culturais e sociais de sua vida cotidiana. Seu “modelo concreto de organização social sertaneja que, em consequência de sua natureza messiânica, organiza toda a sua vida cotidiana” (ATAÍDE, 1995, p. 64).

Sendo assim, há uma nítida presença do catolicismo popular (MONTEIRO, 1978) na vida da comunidade e na sua forma de viver, ou seja, no cotidiano do arraial predominava a religião, embora fosse, como de hábito no sertão e, mesmo em geral, no interior do país. Sendo assim, Canudos era um agrupamento organizado a partir de parâmetros que não divergiam da “normalidade tradicional do sertão” (MONTEIRO, 1978, p. 70).

Um quadro como esse é consentâneo com uma visão do arraial que o aponta como uma comunidade organizada segundo padrões que não destoam excessivamente da normalidade tradicional do sertão. Especificamente, é um quadro compatível com as indicações de que existia uma certa diferenciação social e econômica; de que eram bastante intensas as transações comerciais com o mundo circundante (MONTEIRO, 1978, p. 70).

Desta forma, a vida cotidiana de Canudos assemelhava-se muito às comunidades sertanejas da época, ainda que tivesse sua origem ligada a motivos de natureza eminentemente messiânica e defensiva. "O predomínio de contatos primários, a solidariedade ‘clânica’, o conservadorismo dos costumes, a religiosidade e as atividades econômicas predominantemente rurais faziam de Belo Monte um arraial típico do interior” (ATAÍDE, 1995, p. 66).

Darcy Ribeiro (1995) denomina de sertanejo arcaico este tipo social marcado pela presença de longos períodos de seca que afetam a regularidade do plantio e da colheita e favorecem a esperança na intervenção de agentes sobrenaturais. Em um contexto como esse, a religiosidade popular era muito forte e viva.

O catolicismo popular se reinventa através de atividades cotidianas como; rezas, novenas, procissões e ladainhas, lideradas por irmandades de leigos e beatos, muitas vezes sem permissão ou autorização da Igreja, como foi o caso de Antônio Conselheiro (CALVANI, 2018).

O sertanejo arcaico caracteriza-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por seu carrancismo de hábitos, por seu laconismo e rusticidade, por sua predisposição ao sacrifício e à violência. E ainda, pelas

qualidades morais características das formações pastoris do mundo inteiro, como o culto à honra pessoal, o brio e a fidelidade a suas chefaturas. Esses traços peculiares ensejaram muitas vezes o desenvolvimento de formas anômicas de conduta que envolveram enormes multidões (RIBEIRO, 1995, p. 355).

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (2003), os movimentos messiânicos expressam o dinamismo das sociedades tradicionais, demonstrando, com efeitos, que as populações rurais são capazes de reagir aos seus problemas, procurando soluções compatíveis com sua visão de mundo, sempre religiosa. A autora se contrapõe, desta forma, às análises que estereotipam os sertanejos como conformistas ou fatalistas (QUEIROZ, 2003). As transformações políticas decorrentes da abolição da escravatura e da proclamação da República, certamente abalaram o sistema patrimonialista nordestino e abriram espaço à reação messiânica como de Canudos.

Sociólogos da religião, consideram o catolicismo como berço dos movimentos religiosos de protesto social. Julgamos, assim, o catolicismo sertanejo condicionamento significativo da mensagem e atuação religiosa e política de Antônio Maciel. (OTTEN, 1995, p. 117).

De um modo muito geral essas transformações políticas dizem respeito às mudanças, no sistema entre o sistema local de mando e os círculos abrangentes de poder político, de administração e da economia. Resumidamente, sob um dos seus aspectos⁴, pode-se dizer que esse fenômeno liga-se com o que tem sido caracterizado como “uma crise no mandonismo tradicional e, mais especificadamente, com a emergência do coronelismo” (MONTEIRO, 1978, p. 42).

A população sertaneja abandonada enxergava algum apoio na religiosidade (CASTILHO; BLINI, 2016). Havia um predomínio de uma “fé popular, ligada ao misticismo, às crendices, que tinha o objetivo de compensar a fome” (CASTILHO; BLINI, 2016, p. 51), dar esperança diante das constantes secas e encorajar nas situações de carências de diversas ordens. Assim, o catolicismo oficial, o institucionalizado, estava distante da realidade dos sertanejos.

Esta ‘fé’ adotada pelo sertanejo, na verdade nada mais é do que instinto de sobrevivência, pois ele recorre à religião como uma forma de solucionar seus problemas. Como a religião oficial não atende às suas necessidades essenciais -como a fome - através da religiosidade popular tenta suprir essa carência (SOLA, 1989, p. 18).

⁴ Outros aspectos deste fenômeno político serão vistos e analisados, com mais atenção, no decorrer deste capítulo.

Segundo Roger Bastide (1951), seria “um catolicismo que era mais um clima de sentimento de que uma educação para uma vida espiritual [...] mais social que religioso, mais voltado para as coisas da terra, da terra brasileira, que para o sobrenatural” (BASTIDE, 1951, p. 336). Um catolicismo de penitência e apocalipse também conhecido como catolicismo rústico, popular, que, para Walnice Nogueira Galvão (2001) não tinha nada de desviante (GALVÃO, 2001).

Roger Bastide (1979) afirma que a religião no sertão é tão trágica quanto o sol que assola a paisagem, uma religião da “cólera divina”. “O penitente, vergastado pelas disciplinas, lava com sangue os pecados do mundo, e o profeta substitui aqui o padre” (BASTIDE, 1979, p. 88).

Os Irmãos pregadores percorrem noutros tempos o sertão, e seus sermões só falavam em castigos, sofrimentos, punição de pecados. Reclamavam o arrependimento, a luta contra a tentação dos sentidos, apelavam para a vida ascética. Quando partiram, profetas leigos os substituíram, tendo na mão o bastão de peregrino. O rosto coberto de barba hirsuta, cabelos caídos em desordem pelos ombros; caminhavam através da caatinga, mendigando, rezando, anunciando o fim do mundo. Antônio Vicente Mendes Maciel foi um deles (BASTIDE, 1979, p. 101).

No sertão nordestino da segunda metade do século XIX, havia vários “conselheiros”. Vale ressaltar que as sucessivas secas que assolaram a região, nesta época, culminaram na famigerada seca de 1877, causando crise econômica sem precedentes e um saldo final que ultrapassou os cem mil mortos. A morte, portanto, rondava o povo sertanejo. E quando “se soma a isso a libertação dos escravos em 1888, que atirou ao desamparo as hostes conselheiristas; não é de admirar que tenham surgido tantos conselheiros, tantos beatos [...] pois era época e uma região de carência” (GALVÃO, 2001, p. 33), onde esses davam conselhos, de maneira informal e conforme a religiosidade popular e não oficialmente reconhecidas pela Igreja.

Então, surgiram muitos movimentos místicos liderados por beatos, que tinham como premissa básica suplicar a Deus chuvas, alimentos, vestes e perdão para as transgressões dos preceitos religiosos, segundo eles causadores daquele infortúnio (ARAÚJO FILHO, 1995, p. 84).

Segundo José Calasans (1986), os beatos no nordeste eram identificados e recebidos como predadores. Antônio Conselheiro guiou Belo Monte como um exemplo de soberania religiosa, já que, centralizou alguns elementos de um modelo ideal de sacerdote.

Como “na realização deste modelo, as atribuições de diretor espiritual e as condições de beato e de místico, dificilmente, poderiam ter-se mantido dentro dos limites traçados pelas estruturas religiosas e políticas dominantes” (MONTEIRO, 1978, p. 65). Conforme aumentava o séquito conselheirista, demonstrava uma saída às formas habituais de dominação e uma maneira de embate aos tradicionais padrões de domínio, como os sacerdotes e os coronéis.

No Nordeste, esse clero laico possuía uma hierarquia informal e semi-oficial. Os beatos tiravam rezas, puxavam terços, cantavam ladainhas, esmolavam para as igrejas. Mais informados e inseridos nas coisas sagradas, os conselheiros pregavam e sobretudo aconselhavam os crentes. Eram uma espécie de ‘bispos` de pés descalços” (MACEDO; MAESTRI, 2011, p. 24).

Inclusive, o “domínio” de Conselheiro funcionava de modo análogo aos princípios coronelísticos. Com uma diferença fundamental: não fundava seu poder em propriedades rurais e na dependência econômica daí resultante, nem em influência políticas, mas em sua “legitimidade religiosa ou, se preferirmos, em sua santidade, em sua proximidade com Deus” (BARTELT, 2009, p. 76).

Segundo Douglas Monteiro (1978), Belo Monte era orientado pela “rebeldia conservadora de Conselheiro” (MONTEIRO, 1978, p. 66). “As críticas do líder canudense eram identificadas a ‘adversários e males concretos’” (MONTEIRO, 1978, p. 67), como as imposições tributárias da República ou os comportamentos pouco regrados, do ponto de vista moral e religioso. Desta forma, o mesmo autor aponta, que a ortodoxia religiosa predominante em Canudos, era base da sua vida social pautada “em um estilo de convivência social e de controle, negador do estado de coisas que reinava nas cidades comuns” (MONTEIRO, 1978, p. 68). Em Belo Monte houve, segundo Monteiro (1978), uma “compatibilização entre valores tradicionais do sertão e os comportamentos efetivos dos sertanejos” (MONTEIRO, 1978, p. 70).

Para que a eterna bem-aventurança chegasse mais depressa, deviam os adeptos sujeitar-se a comportamentos especiais, meios indicados por Deus ao seu mensageiro para que mais cedo se atingisse o Milênio: abandono de toda riqueza, de todo luxo, de toda vaidade, de todos os desejos, a prática da castidade, da humildade, da abstinência, do arrependimento, das penitências. Era vivendo sob as ordens do Messias que se conseguia atingir tal estado de perfeição; e era em Canudos, no império de Belo Monte, que o Paraíso Terrestre se colocava ao alcance dos fiéis. Habitando ali, penetravam no universo sagrado, deixando para trás miséria e sofrimento da vida terrena e profana (QUEIROZ, 2003, p. 227).

Assim, a religiosidade não pode ser considerada apenas como parte de um projeto político específico, mas como “suporte cultural determinante e central da luta conselheirista” (HERMANN, 1996, p. 31). Em meio às condições sociais adversas como as do sertão, a religião assume papel essencial na manutenção da ordem social, e, durante a guerra, se intensificava. O catolicismo popular é um dos elementos mais importantes, conforme a interpretação de Galvão (2001), para se compreender o conflito.

Desta forma, a prática religiosa se apresentava, nesta região, como um suporte para uma vida de infortúnio e adversidades. E mesmo os traços de igualdade que havia, certamente, eram dados da religião comum que costumam apagar apenas, idealmente, as barreiras de classe ao criar uma organização social que prega a fraternidade.

Queiroz (2003) mostrou como as crenças religiosas do povo conselheirista estão inseridas no sistema de valores e podem chegar a transformá-lo na forma de veículos de protesto social popular contra ordem vigente estabelecida até o posicionamento dentro da estrutura social. Assim, a religiosidade foi fundamento na constituição de uma organização social.

A comunidade formada em torno de Conselheiro encontrava base na solidariedade desenvolvida a partir da crença em seus poderes messiânicos. Assim vemos colorir-se de tonalidades religiosas, todos os pontos de atrito entre a sociedade mais ampla e o grupo restrito dos adeptos: razões políticas, econômicas, rivalidade entre estrutura eclesiástica e o prestígio de Conselheiro, tudo se justificava em nome valor sagrado atribuído ao líder e ao seu verbo (QUEIROZ, 2003, p. 240).

Canudos demonstrou ter distinções internas, que lhe davam uma fisionomia própria e evidenciavam uma organização social complexa. A estratificação, por sua vez, se apoiava na riqueza e no prestígio como critério, dividindo o povoado em duas partes. “E todo o conjunto que formava o Império de Belo Monte, cujos fundamentos eram essencialmente religiosos, pois assim como os deveres mais importantes eram os religiosos” (QUEIROZ, 2003, p. 234 - 235). Duglas Monteiro (1978) considerava que, em Belo Monte, existia uma certa diferenciação social que estava “fundamentada em critérios religiosos” (MONTEIRO, 1978, p. 62).

Distinções e privilégios no grupo canudense podiam ser observados. A própria organização espacial do arraial demonstrava a importância da praça das Igrejas e do grupo social que lá residia [...]. Ladeando as igrejas e próximo ao santuário morava o Conselheiro, e, nas chamadas *casas de telha*, residiam as famílias Vilanova, Joaquim Macambira, Antônio da Mota, João Abade e outros líderes. Ao lado dos grandes líderes havia um segmento populacional composto por crentes e fiéis discípulos do Conselheiro, praticantes de seus

ensinamentos e diretamente ligados aos ofícios religiosos (ATAÍDE, 1995, p. 70 - 71).

Para Maria Isaúra Pereira de Queiroz (1977) este grupo de beatos e auxiliares diretos que desempenhavam um papel especial na comunidade constituía uma espécie de “confraria”. Duglas Monteiro (1978) também admite que a estratificação em Canudos era nítida e refletia sobre vários aspectos da vida cotidiana. Principalmente no econômico e social que, claramente, eram definidos através da ordem divina. Monteiro (1978) ressalta que esta ordem divina determinante na organização societal em Canudos “admite desigualdade e que reserva a cada um, conforme sua posição, determinados direitos e deveres” (MONTEIRO, 1978, p. 65).

O arraial de Belo Monte cresce como centro comercial, artesanal e agrícola. Define-se uma hierarquia política interna ao grupo e determina-se uma estratificação, baseada na riqueza e no prestígio. Desenvolvem-se controles sociais com raízes religiosas, mas com a função de fortalecer a vida familiar e política. Estas indicações são suficientes para demonstrar o quanto esse movimento messiânico correspondia praticamente as necessidades da existência (FRANCO, 1997, p. 112, nota de rodapé).

Uma hierarquia interna cujo vértice era Antônio Conselheiro; “ponto mais elevado da escala social, era o chefe, o pastor, o pai” (QUEIROZ, 2003, p. 230). Segundo Monteiro (1978):

A atuação de Conselheiro, como líder religioso, encontrava um desdobramento natural na condição de chefe civil, capaz de interferir, orientar e comandar no plano político e econômico e, de um modo geral, na esfera dos cuidados profanos de seus seguidores (MONTEIRO, 1978, p. 70).

Apesar de não ter sido propriamente uma comunidade igualitária, já que havia diferenciação “até visível entre mais ricos e mais pobres, dada pela aparência das casas, alguns traços de igualdade havia, e certamente conferidos pela religião comum” (GALVÃO, 2009b, p. 49). Galvão (2009b) destaca que a mais acentuadas dessas marcas “era a inexistência de propriedade privada da terra. Quem chegasse podia erguer seu barraco, sem pagar nada a ninguém” (GALVÃO, 2009b, p. 49).

Assim, a Canudos conselheirista, exemplo histórico de comunidade sertaneja messiânica, apresentava uma vida socioeconômica simples e cultura material despojada. Toda a sua vida cotidiana desenvolvia-se em torno das atividades religiosas e da organização do trabalho, às quais se subordinavam as demais (ATAÍDE, 1995).

Considerar o movimento de Canudos, dentro deste contexto histórico particular, capaz de favorecer uma compreensão mais equilibrada, sendo possível encontrar uma compatibilidade acentuada entre a prática religiosa acima descrita e a vida social de Canudos.

Legitimada como uma comunidade alheia aos mandos e desmandos dos grupos do poder da ordem vigente, Canudos, se consolidou como uma afronta aos interesses dos detentores do poder. Enquanto, o clero oficial acusava Belo Monte insinuando que o séquito conselheirista estava ligado ao sacrilégio e à perversão e via sua influência de aumentar a cada dia naquela região dos sertões nordestinos, os políticos e latifundiários propagandeavam que Conselheiro era monarquista e encabeçava um movimento que além de desejar derrubar a República, instaurada em 1889, e também visava dizimar suas grandes propriedades de terra.

2.1.2“Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”; o Papel da Igreja na Primeira Destruição de Canudos

Nem sempre a relação entre a Igreja e o bando de Conselheiro foi de oposição e enfrentamento. Durante a peregrinação de Conselheiro, a mesma Igreja foi beneficiada pelos mutirões dos beatos conselheiristas, pois reparavam igrejas e cemitérios, o que gerava uma economia para Igreja, já que tais serviços estavam dentro de sua alçada.

As relações da Igreja Católica com o Conselheiro tinham sido indefinidas, no passado. Como ele não se arvorava a sacerdote, não pregava dentro das igrejas nem ministrava os sacramentos, nada usurpava. Além disso, seus mutirões para reparar igrejas e cemitérios implicavam poupança para a Igreja, que detinha essa responsabilidade. E suas campanhas de reavivamento, com realização de novenas e trezenas, traziam ganhos para os padres, que auferiam lucros para casar e batizar. Alguns vigários o detestavam, outros eram seus amigos (GALVÃO, 2009b, p. 50).

Conforme o movimento de Canudos foi se tornando cada vez mais autônomo, em relação a qualquer dominação costumeira, a insatisfação da Igreja institucional aumentava. A ameaça que representava para a ordem pública o movimento de Conselheiro parece ter contribuído para a desaprovação da Igreja.

Se a oligarquia temia o esvaziamento do campo e a destruição da propriedade, o medo da Igreja se dirigia a outros alvos. Diante da tensão crescente, foi a Igreja a primeira instituição a tentar esvaziar e reprimir a comunidade. Em primeiro lugar, a perda de freguesia, com os fiéis sendo usurpados por líderes carismáticos, leigos como Antônio Conselheiro. Em

segundo lugar, a Igreja percebeu os perigos de voltar a mergulhar nos anseios do povo, o que podia ser tão subversivo para a ordem quanto o fora o cristianismo primitivo, antes de tornar a religião dominante, hierarquizada e subserviente ao poder, esquecendo-se de suas origens enquanto fé e esperança dos pobres (GALVÃO, 2001).

A Igreja, que está na origem da Guerra de Canudos, mobilizando as autoridades contra Antônio Conselheiro quando este passou a manifestar-se como um poder concorrente, também aparece no final, exortando o povo a fazer penitências e a reassumir a situação de subserviência a que sempre havia se submetido (SAMPAIO, 2001, p. 79).

O processo de romanização consiste, de forma geral, em um movimento de modificações no interior da Igreja, ou seja, uma fase de profundas reformas no catolicismo adotado em terras brasileiras, “principalmente, mas não só, em seu aspecto institucional. Apontaria para uma inserção da estrutura hierárquica da Igreja Católica do Brasil na estrutura burocrática da Santa Sé” (AQUINO, 2011, p. 02).

Essa inflexão levaria a uma clericalização e sacramentalização das práticas religiosas do catolicismo no Brasil sem precedentes, em substituição ao caráter laico, festeiro, regalista e devocional do catolicismo praticado até esse movimento que teria se iniciado no século XIX, mas que se fortaleceu, de fato, a partir do fim do padroado, em 07 de janeiro de 1890 (AQUINO, 2011, p. 02).

Este tipo reforma, no interior do clero, afastava a Igreja das camadas populares, que um dia foi suas bases. Além de encarar as crenças do povo como fanatismo e superstição e que deveriam ser extintas. A fé passa a ser separada da vida, princípio elementar do catolicismo popular, predominante no interior e especialmente em Canudos (AQUINO, 2011).

A reforma afasta a Igreja do povo simples do interior no qual ela viu as suas bases, e, deste modo, perde a oportunidade de assumir, na prática, a causa do povo. Passa a considerar as crenças do povo expressão de fanatismo e superstição a ser abolida. O racionalismo sobrenaturalista, que separa a fé da vida, não vê nas formas populares da fé expressões vitais. Ao contrário, em seu maniqueísmo tenta destringir o profano do religioso, separar o social do espiritual. Não entende a fusão dos dois planos na vida do povo, ademais tem como meta o oposto, a separação. Na Bahia batem de encontro o catolicismo tradicional leigo, expressão da vida do povo, de traços proféticos, e a Igreja em reforma, querendo exterminar este mesmo catolicismo para substituí-lo por um mais puro, de anseios sobrenaturais (OTTEN, 1995, p. 136).

Diante deste quadro, a Igreja, mais do que nunca, vai perseguir esse tipo de religiosidade espontânea e carismática que dispensa a sua assistência oficial e coloca a autoridade de seus líderes acima da autoridade sacramentada dos ministros ordinários. Segundo Otten (1995) “nenhum leigo deve arrogar-se este direito: rezar terço, esmolar e construir cemitérios e capelas pela lei da Igreja é possível, mas pregar não” (OTTEN, 1995, p. 136).

De acordo com o canudense e descendente de conselheirista João Batista da Silva Lima (2019) os aspectos que levaram à guerra contra Canudos “vão além do relatório: os coronéis, os fazendeiros e os grandes latifundiários exercem assim como a igreja católica, junto à República, efetiva influência na perseguição, morte e destruição de Canudos, do Belo Monte, do Conselheiro e sua gente” (LIMA, 2019, p. 170).

Assim, a mesma Igreja que fora favorecida pelos “fanáticos” do beato, se vê afrontada com a crescente influência de Conselheiro no sertão. Aquele arraial de sertanejos tementes a Deus representou perigo real para a ordem social estabelecida do Brasil dos últimos anos do século XIX.

A Igreja Católica, instituição que teve 2.000 anos para aprender a astúcia da sobrevivência, assinala sua capacidade de acomodação [...]. Jamais deixou de reivindicar as palavras de Jesus Cristo nos Evangelhos, para justificar essa extrema flexibilidade tática: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”(GALVÃO, 2001, p. 65).

2.1.3 O Latifúndio, o Coronelismo e as Oligarquias

Em meados do século XIX, menos de 5% da população rural possuía terras⁵. A concentração fundiária estava centralizada em poucas mãos das oligarquias locais. Os mesmos grupos que detinham “voz ativa” na vida pública, ora no governo propriamente dito, ora como candidatos e eleitores. As eleições se apresentavam com um caráter de se manter no poder um simulacro de legalidade.

Na base do sistema estava a figura do coronel, dono da vontade dos eleitores e senhor dos currais eleitorais, cujo o poder pessoal substituíria e representava o Estado, distribuindo como favor e benesses, a seu bel-prazer, o que seria de direito dos cidadãos. Nesse quadro, as eleições era um ritual vazio, a participação eleitoral era mínima e a fraude norma eleitoral (HERMANN, 2018, p. 34).

⁵ Emilia Vioti Da Costa em sua obra *Da Senzala à Colônia* (1966) analisou a “marcha avassaladora do latifúndio”.

Teresa Sales (1994), afirma que o latifúndio faz parte do cerne da cultura política brasileira e seria uma certa unanimidade “entre os vários autores que se debruçaram sobre nossa herança colonial” (SALES, 1994, p. 28). O latifúndio expresso seja na sesmaria, na fazenda escravocrata ou na grande propriedade de terra, demonstra o aspecto predominante do “domínio rural ou domínio territorial, ou seja, o que implica a contrapartida do favor, da dádiva, do mando e subserviência” (SALES, 1994, p. 28).

Começando de baixo para cima, na formação da sociedade brasileira, a primeira base de poder era a grande propriedade, onde dominava o proprietário, fora do alcance das autoridades. Seus domínios eram pequenos estados onde mandavam sobre as mulheres, escravos e dependentes. Eram os mandões, os caciques. Seu estilo de poder é o mandonismo.

O Brasil “se formou”, desta forma, sob a marca do latifúndio, e tem dificuldades de se libertar dele, o que estimulou a formação de um sistema político em que a sociedade operalizada por um tipo de Estado patrimonial e clientelista. Segundo Maria Isaúra Pereira de Queiroz (1969), a realidade brasileira desde o início da colônia, com uma economia na base da agricultura, concentra suas autoridades políticas nas mãos dos proprietários rurais. Há, portanto, uma reprodução de um jogo político que se apoia na manutenção das estruturas de mando e do personalismo. Personalismo este que atravessa as relações políticas brasileiras que, segundo Queiroz (1969), são relações subordinativas e se alimentam do paternalismo, do nepotismo. Assim, estas conexões são fundadas nos vínculos pessoais (amizade, tutela, parentesco).

A vida brasileira, e não só no sertão, foi por séculos dominada pelo patriarcalismo, com base em famílias possuidoras de grandes propriedades fundiárias formando a classe dominante e detendo o poder político. Essa situação era pontilhada pelas lutas desses potentados reunidos em clãs que tudo disputavam: os votos dos eleitores, os empregos públicos, o controle da polícia, os recursos a que os postos administrativos davam acesso, a posse da terra, os limites entre as fazendas, as aguadas para o gado, os melhores pastos e rebanhos (GALVÃO, 2001, p. 19).

A manutenção de uma estrutura de poder privado no Brasil também é sustentada pelo predomínio de uma cultura política do mando, de um poder pessoal e personalista cuja base de poder é o território, a terra, o latifúndio. Da terra agregam-se formas de manutenção de seu poder que estão unidas numa definição do ruralismo como poder que mistura dominação, banditismo e justiça costumeira. Por isto este mundo é mantido à margem, intocável e imperceptível.

Para Maria Isaúra Pereira de Queiroz (1976), este padrão de organização social e de domínio político predominante no Brasil, favoreceu a persistência de práticas

assentadas na sobrevivência do mandonismo local. Portanto, suas análises evidenciaram que as velhas estruturas sociais continuavam a operar de modo desenvolto e persistente, no que diz respeito ao controle da vida política (REZENDE, 2007a).

Com o novo regime algumas perspectivas de longa data foram aprimoradas. Uma delas era o perfil oligárquico da nação.

Com a República, a Guarda [nacional] perdeu sua natureza militar, mas os coronéis conservavam o poder político nos municípios que viviam. Daí em diante, o coronelismo passou a significar um complexo sistema de negociações entre chefes locais e os governadores dos estados, e deste com o presidente da República. O coronel seria um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322).

Existe uma dificuldade, no Brasil, de vencer as práticas oligárquicas secularmente arraigadas na vida social brasileira (REZENDE, 2004) e uma facilidade em criminalizar conflitos e antagonismos sociais das mais diversas ordens, “forças repressoras se empenham em minar todo e qualquer conflito entre os múltiplos interesses constituintes da vida em sociedade” (REZENDE, 2004, p. 25). Não se transformam movimentos, como o de Canudos, o de Contestado, o de Pau de Colher em forças sociais de mudanças. Pelo contrário, estes são tratados através das formas de violências mais brutais; como a degola, o extermínio, o genocídio.

A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país (MARTINS, 1994, p. 19).

A conexão política, através de uma rede de interesses oligárquicos, se apresenta como um problema brasileiro, no qual, predominam a supremacia do poder privado, e a constante exclusão política que insiste na ausência de enfrentamento e a impossibilidade de formação de espaços políticos (REZENDE, 2007b). As práticas oligárquicas estão petrificadas e o que leva, nas palavras de Furtado (1997) a uma “atrofia da vida política” (FURTADO, 1997).

O latifúndio no Brasil, portanto, nasceu e se desenvolveu “sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi

respeitado e muito menos exercido. (...). Desse estigma de ilegitimidade que é o seu pecado original, jamais se redimiria”(GUIMARÃES, 1977, p. 19).

Canudos se encontra no país do latifúndio, em uma região que reforça ainda mais o domínio secular da grande propriedade de terra, fundado em uma tradicional correlação de forças entre o papel do Estado e das elites políticas quando a questão é a posse da terra, ou o acesso a ela. Assim, as lutas sociais em torno da terra foram tratadas pelo Estado como caso de polícia. Neste sentido, Andrade (2005) escreveu;

Durante a primeira república, o problema agrário, que se tornou crônico desde o período colonial, ficou à espera de uma resolução, sendo as reivindicações dos trabalhadores e dos pequenos produtores agrícolas reprimidas, inicialmente pela polícia e, nos casos em que pôs em perigo a ordem estabelecida, pelas forças armadas como em Canudos. (ANDRADE, 2005, p. 155).

Neste cenário, Canudos passou a representar, na prática, o oposto mais imediato do latifúndio, “sua antítese [...] Canudos poderia estimular o surgimento de outras experiências idênticas [...]. A experiência de Belo Monte era uma afronta que precisava ser erradicada e seus líderes punidos [...] antes que fosse tarde demais” (PONTES, 1992, p. 170). O que, provavelmente, abalaria as estruturas de poder e propriedade baseadas no monopólio da terra (PONTES, 1992).

O fato de Belo Monte não estar submetido nem aos proprietários de terra, nem aos chefes políticos da região, representava um elemento perturbador num mundo dominado pelo latifúndio (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Canudos foi visto como um perigo para a ordem social de toda região, inclusive de todo o sertão, um considerável risco de contágio:

O ambiente moral dos sertões favorecia o contágio e o alastramento da nevrose. A desordem local ainda podia ser núcleo de uma conflagração em todo o interior do Norte. De sorte que a intervenção federal exprimia o significado superior dos próprios princípios federativos: era a colaboração dos Estados numa questão que interessava não já à Bahia, mas ao país inteiro (GALVÃO, 1985, p. 283).

A Constituição Republicana de 1891 ofereceu plenos poderes aos estados (antigas províncias) para suas constituições particulares, obedecendo a princípios básicos para todo o país. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) destaca como um dos princípios básicos, o respeito à autonomia municipal. Portanto, com a introdução do federalismo pela carta de 1891, uma nova forma de governo se instaurou, baseada na estreita relação entre coronéis,

governadores e presidente. O governo provincial e geral transformou-se num sistema integrado de dominação (CARVALHO, 1996).

Em linhas gerais, a Constituição de 1891 expressou o poder político das frações de classe de proprietários fundiários que se organizaram para obstaculizar qualquer política que significasse uma reformulação da estrutura fundiária vigente [...] os setores oligárquicos dominantes fariam abortar qualquer iniciativa de reformulação da estrutura fundiária, consolidando, justamente em nome de ruptura realizada, uma continuidade com o passado, apesar do conjunto de mudanças presente no bojo da alteração do regime político (PRIETO, 2019, p. 44).

A constituição de 1891 foi uma comprovação política da consolidação e hierarquização das lideranças locais, por meio das funções mediadoras de um regime oligárquico, “estabelecendo uma via de mão dupla: o Estado apoiava os coronéis, fortalecendo seus interesses políticos privados, e os coronéis apoiavam com lealdade o Estado constituído oligarquicamente” (PRIETO, 2019, p. 46).

Com a proclamação da República, houve o fortalecimento dos estados, pacificando e cooptando suas oligarquias. Era necessário, portanto, reunir as oligarquias em torno de um arranjo que garantisse seu domínio local e sua participação no poder nacional de acordo com o cacique político de cada uma (CARVALHO, 1987).

A ascensão de Canudos se insere justamente neste contexto marcadamente caracterizado pelo fato de o coronel-proprietário de terra passar a fazer parte da estrutura mais complexa de poder no sertão. “O coronel, que fora o antigo dono da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores” (QUEIROZ, 1976, p. 203).

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976):

O coronelismo se integra [...] como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro-datado porque, embora aparecendo a apelação de “coronel” desde a segunda metade do Império, é na Primeira república que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República: o mandonismo local teve várias formas desde a colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo em relação aos tipos de poder político-econômico que marcaram o Brasil (QUEIROZ, 1976, p. 172).

Assim, o coronelismo não é fenômeno exclusivamente político, tal como era primordialmente tratado nas análises correntes sobre o assunto, mas manifestação mais geral

da sociedade tradicional. Em função disso, o coronelismo passa a ser entendido, enquanto “forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da República” (QUEIROZ, 1976, p. 160). Isto é, como parte integrante de uma totalidade maior, num momento definido da história brasileira.

De modo marcante, o “coronel”, como tipo social peculiar à Primeira República, surge como uma figura suspensa entre duas ordens de lealdade, nem sempre compatíveis: as exigências e expectativas decorrentes de suas relações com as “situações” políticas e aquelas derivadas de seus laços com uma clientela. Seus antepassados no mandonismo local, régulos e potentados rurais, “homens bons da governança da terra”, viam-se reconhecidos por parte das autoridades como um poder costumeiro local, garantido pela estrutura patrimonialista de dominação. Ao isolamento das áreas em que atuavam correspondia uma relativa deficiência nos recursos de controle que sobre eles poderia ser exercido, bem como uma rarefação em suas transações com as autoridades externas que nem sempre eram a parte forte nos jogos políticos (MONTEIRO, 1978, p. 42).

Desta forma, a preservação velhas formas de dominação, que subordina (pessoalmente) um variado elenco de homens livres e pequenos proprietários, no estilo do mais tradicional “mandonismo local”, a base política do chamado coronelismo. O coronel torna-se a encarnação viva da combinação conservadora entre o moderno e o arcaico na sociedade brasileira, especialmente nesta fase.

“As oligarquias estaduais, cuja base são os partidos dos estados, se organizavam com uma forte participação dos coronéis” (LEÃO, 2015, p. 14) e assim como os demais estados, a política baiana era dominada pela oligarquia, que se dividia em duas facções que disputavam o poder e nele se alternavam e estruturavam um emaranhado de circunstâncias da política oligárquica da Bahia.

O centro desse emaranhado era a rivalidade entre os grupos de José Gonçalves e Luís Viana, velhos companheiros desde o regime monárquico que, na República, com o federalismo e a descentralização política, haviam se transformado em rivais irreconciliáveis. Assim, “as disputas no seio da elite política baiana refletem as transformações no plano nacional e têm reflexo imediato na organização e nas ações do poder local” (SAMPAIO, 2001, p. 34). Para Consuelo Novais Sampaio (1993),

A principal vertente explicativa para a brutal resposta que o governo federal deu a Canudos, deve ser encontrada, não no Conselheiro, nem tampouco nos seus romeiros, mas na disputa pelo poder, primária e mesquinha, que se desenvolvia no país e, mais especificamente, no Estado (SAMPAIO, 1993, p. 98).

Os vianistas e os gonçalvistas eram “até então virtualmente um clube social de amigos com mentalidade semelhante. O controle sobre os municípios do Estado foi a controvérsia maior” (DELLA CAVA, 1995, p.100). A consequência direta dessa cisão partidária foi a luta entre vianistas e gonçalvistas para cooptar aliados locais (DELLA CAVA, 1995).

Enquanto os gonçalvistas, entre eles o Barão de Jeremoabo⁶, estavam fora do poder durante a eclosão da guerra e viam a rebeldia do Conselheiro (como o não pagamento de impostos) como instrumento valioso para alcançar a intervenção federal, recurso das oligarquias para inverter o controle político regional. A preocupação dos vianistas era “aniquilar o poder político da oposição” (SAMPAIO, 2001, p. 35).

As ocorrências de Canudos foram manipuladas pela oposição, de modo a fazer com que a intervenção federal fosse apontada como a única solução para a situação de caos político-administrativo em que mergulhara o estado (SAMPAIO, 1993, p. 101).

A princípio, Canudos não era prioridade do governo estadual (Canudos por si mesmo) e menos ainda do governo federal. Nesse mesmo período, duas importantes regiões do Estado estavam “convulsionadas: a das lavras diamantinas, já conflagrada pelas lutas sangrentas entre coronéis [...] e o Sul, onde a expansão cacauzeira ampliara a luta pela terra, produzindo uma impressionante quantidade de homicídios” (MACIEL *et al.*, 1999, p. 37 - 38).

O governador da Bahia, Luís Viana, não encara Conselheiro como uma ameaça. Segundo Sampaio (1993), “Luís Viana não via no Conselheiro um elemento perigoso, como desejava a oposição. Além do mais, recorda-se que o próprio barão de Jeremoabo, que clamava a destruição de Canudos [...] não responsabilizou o Conselheiro pelas agitações populares” (SAMPAIO, 1993, p.102). Ao barão interessava a recuperação do poder político perdido, considerava a comunidade conselheirista utópica e não via “nela qualquer ameaça ao poder constituído” (SAMPAIO, 2001, p. 35).

Em 1895, está claro, Canudos ainda era objeto secundário nas preocupações dos que lutavam pelo poder. O importante era destruir a facção rival. O próprio José Gonçalves, em carta ao compadre barão, com data de 6 de janeiro desse ano, narra essa tentativa de aniquilamento político de que foi vítima (SAMPAIO, 2001, p. 49).

⁶ “Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, foi um dos mais ativos e combativos homens públicos da Bahia [...] Dono de 61 fazendas (59 na Bahia, 2 em Sergipe, foi, possivelmente o maior proprietário rural dos sertões [...] Teve atuação destacada no exercício da atividade política” (SAMPAIO, 2001, p. 17 - 19).

Com receio de enfraquecer a soberania da Bahia, Luís Viana evitava a colaboração das tropas federais. O governador não admite intervenção na Bahia, defendida por ele como autônoma e que não haveria necessidade de muitas forças para destruir Canudos, já que, segundo Viana, era formado por beatas, crianças e alguns homens mal armados (GALVÃO, 1994). Além disso, é importante ressaltar que, segundo Hermann (1996), para haver uma intervenção federal era necessário um pedido direto do governador, “o que significava uma demonstração-limite de incapacidade para o restabelecimento da ordem estadual (HERMANN, 1996, p. 11). Diante deste quadro Luís Viana fez questão de prosseguir comandando o “cerco aos conselheiristas” (HERMANN, 1996, p. 12).

Se a disputa que separava esses dois grupos não houvesse ocorrido no mesmo tempo histórico de Canudos, ou não houvesse sido tão aguda e primitiva como se manifestou, é possível que o holocausto do Conselheiro e seus seguidores não houvesse acontecido (SAMPAIO, 1993, p. 98).

Canudos só ocupa a agenda do governo baiano quando a independência do arraial passa a ser usada pela oposição para acusar Luís Viana de incompetência. Além disso, os fracassos das três expedições eram explorados tanto na Bahia quanto na capital federal. Depois da morte de Moreira César a oposição perdeu o temor e passou a tachar o governador Luís Viana de incapacidade administrativa e astúcia política, por haver permitido que o movimento de Canudos se expandisse para além do controlável (MACIEL *et al.*, 1999). Portanto, a “derrota da terceira expedição foi um duro golpe, àquela altura imprevisível, no fragilíssimo equilíbrio de forças políticas da primeira fase da vida republicana” (HERMANN, 1996, p. 12).

Acusa-se também o governador da Bahia de negligência, de deliberadamente haver permitido a expansão dos “fanáticos” de Antônio Conselheiro de perseguir e aniquilar os dois chefes políticos do partido oposicionista [...]. Foi a disputa pelo poder, na Bahia e na capital federal, que conferiu a dimensão nacional a Canudos (SAMPAIO, 1993, p. 102 - 105).

Vale ressaltar que após a derrota da terceira expedição, como indica Sampaio (2001) a ameaça monarquista tornou-se presente em toda parte. E com a demora de providências aumentavam os boatos e os medos, numa espécie de efeito dominó. “A prolongada espera fez crescer a ansiedade e aguçou o medo”(SAMPAIO, 2001, p. 69). Segundo Galvão (2001) “as notícias agora pelo telégrafo, chegavam rapidamente ao país todo” (GALVÃO,

2001, p. 87). Assim, a derrota da terceira expedição acirrou os ânimos e apavorou ainda mais a opinião pública.

Após o desastre de Moreira César, sem que se encontrasse substitutivo para o espectro de conspiração monárquica, o medo se tornou patológico e Canudos deu corpo ao fantasma da restauração, que serviu para justificar o emprego da força armada, da degola de centenas de brasileiros e fazer calar a oposição política e o povo em geral (SAMPAIO, 2001, p. 35, grifo meu).

Belo Monte assume uma dimensão de problema nacional, repercutindo das mais variadas formas (trem, telégrafo e jornal⁷) “uma ideia de pânico que se alastrou pelo país” (GALVÃO, 2001, p. 77) alicerçada pela restauração da monarquia e de que Canudos seria um foco deflagrador. Desta maneira, houve uma precipitação por parte da oposição em localizar em Canudos um “centro irradiador de conspiração internacional e anti-republicana” (HERMANN, 1996, p. 14) que resultou na extinção de qualquer possibilidade de investigação sobre as reais dos sertanejos.

O medo que destruiu Canudos foi um medo diferente. Em contraste com esses medos, foi um medo construído, não só pelas facções políticas em luta mas, principalmente, pela Igreja Católica e pelo Exército. A imprensa (grande e pequena) encarregou-se de recriar e de espalhar esse medo que, de boca em boca, foi impregnando os brasileiros, até atingir o paroxismo da perversidade, após a fragorosa derrota da terceira expedição (SAMPAIO, 2001, p. 32).

Além do devaneio da restauração monárquica houve o fantasma das fazendas destruídas (SAMPAIO, 2001). O primeiro contemplava os interesses políticos nas esferas estaduais e federais além de servir de justificativa, portanto, para a matança, o extermínio de centenas de sertanejos brasileiros e afastar, de vez, a oposição política (SAMPAIO, 2001). Já o segundo se apresentou como um “elemento aglutinador das classes dominantes” (SAMPAIO, 2001, p. 35).

O medo que destruiu Canudos não surgiu das camadas populares nem impeliu o progresso. O medo de Canudos foi um *medo construído* pelos de cima, com o propósito de enfraquecer e mesmo aniquilar forças adversárias, numa cruenta disputa pelo poder político no interior da mesma classe social (SAMPAIO, 2001, p. 32).

⁷ “As notícias, agora pelo telégrafo, chegavam rapidamente ao país todo. Desenrolou-se intenso debate parlamentar e jornalístico sobre o retardamento injustificável, sugerindo incompetência de comando” (GALVÃO, 2001, p. 87).

Diante deste quadro de ameaças que Canudos representara, houve, portanto, uma certa união das camadas mais preponderantes e os setores intermediários da sociedade brasileira. Juntos “clamaram pela destruição de Canudos” (SAMPAIO, 2001, p. 66).

Em outras palavras, brasileiros derramam o sangue de brasileiros pela manutenção do *status quo* e pela preservação da grande propriedade fundiária, a maioria imensos latifúndios, maiores que países europeus (SAMPAIO, 2001, p. 35).

Assim, o latifúndio foi um elemento importante na mobilização contra Canudos e na aceitação dos resultados devastadores obtido. “Aos olhos dos fazendeiros, Canudos reunia não apenas devotos, mas muitos bandidos que em qualquer momento poderiam invadir suas terras” (SAMPAIO, 2001, p. 59).

A defesa da *propriedade fundiária* estava no grito de luta que uniu todos os setores das classes dominantes na guerra contra Canudos. Secado o sangue e assentadas as cinzas-mas antes que tudo virasse poeira-, os grandes fazendeiros apressaram-se a pedir indenização pelos danos sofridos. Curiosamente, ao contrário do que temiam, os estragos haviam-lhes sido causados por soldados oficiais que, famintos, invadiram fazendas, roubando quantas reses encontravam (SAMPAIO, 2001, p. 79).

Indiretamente Canudos atingiu a grande propriedade. A força de trabalho, elemento que tornara o latifúndio rentável e produtivo, dava indicativo de escassez (SAMPAIO, 2001). Houve um “despovoamento das fazendas” (GALVÃO, 2001) e um grande descontentamento dos latifundiários em relação à exploração da mão de obra passou a ser cada vez mais frequente.

À época, Canudos tornara-se, demograficamente, a segunda cidade da Bahia, o que provocou uma escassez de força de trabalho nas fazendas- para o descontentamento de muitos coronéis da região. Os conselheiristas desafiaram o latifúndio, tornando-se posseiros e colocando em primeiro plano a reprodução social, econômica e política do campesinato como classe (PRIETO, 2019, p. 40).

O êxodo da mão de obra levou o que Walnice Nogueira Galvão (2001) chama de “o medo da oligarquia” (GALVÃO, 2001, p. 55). Esse medo apresentava duas faces: o medo do êxodo dos trabalhadores que levaria as fazendas à falência; e o medo da ocupação das propriedades pelos camponeses.

Os donos das terras viram-se definitivamente seus trabalhadores nas várias formas que essa subordinação assumia, e ainda assume, no interior camponês: empregado, diarista, agregado, morador, meeiro etc. Mais um passo, é ao medo de verem suas propriedades definharem por falta de trabalhadores acrescentariam o medo premonitório de verem-nas invadidas pelos pobres (GALVÃO, 2001, p. 57).

O aumento rápido da população do arraial, segundo Sampaio (2001), provocou nos fazendeiros “o medo de que, para se sustentar, os “fanáticos” viessem a invadir suas terras”⁸ (SAMPAIO, 2001, p. 42). Para a autora, o medo foi construído, como visto anteriormente, por diversas forças sociais e políticas.

A partir dessa conjuntura e da invenção de um clima conspiratório e revolucionário que o governo federal preparou a quarta e última expedição para destruir, “destróçar” Canudos, como diria o próprio presidente. Pouco interessado nos reais motivos para a formação de Canudos pelo séquito do beato Conselheiro, e sem qualquer preocupação em comprovar a dimensão do verdadeiro perigo representado pelo arraial, Prudente de Moraes se viu diante da urgência do extermínio (HERMANN, 1996, p. 16).

2.1.4 A República

A fundação da República ficou sendo como obra exclusiva do Exército, fracassando a tentativa de estabelecer um mito civil de fundação (CARVALHO, 1996). Uma espécie de revolução dentro da ordem, levada a efeito pela corporação militar, como a de 15 de novembro, e não pela massa; uma forma de ruptura controlada que fosse compatível com a ideia de evolução.

A ausência de um amplo engajamento popular no processo que culminou na proclamação de 1889 possibilitou que a República se efetivasse quase como conspiração. Aparentemente isso não acarretaria grandes problemas, segundo Euclides da Cunha, uma vez que o movimento republicano em si mesmo já era expressão das reivindicações da sociedade como um todo (REZENDE, 2001b, p. 482).

As camadas aburguesadas da sociedade brasileira desejavam e cultuavam um padrão de vida que se assemelhava às sociedades europeias do século XIX. O que provocou efeitos culturais nefastos, já que favoreceu a formação de elites de luxo, voltadas para gastos supérfluos. Elites danosas para o Brasil, pois vão gerar disparidades enormes, estilos de vida absolutamente diferentes; de um lado ostentação, de outro miserabilidade. Houve, portanto,

⁸ “Sabe-se que entre os crimes considerados abomináveis, no código de conduta a que obedeciam, estavam o furto e o atentado à propriedade alheia, em qualquer modalidade” (SAMPAIO, 2001, p. 35).

uma importação, pelas elites, de um estilo de vida europeu, incorporando um estrangeirismo dos setores preponderantes (REZENDE, 2007a).

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia que pudesse se opor a ela. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose [...]: a condenação dos hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 1983, p. 43).

Se o massacre a Canudos se deu, para os setores preponderantes da sociedade brasileira, em nome do fim da barbárie, para Euclides da Cunha, implicava na destruição do cerne da nacionalidade brasileira, “rocha viva da nacionalidade” (CUNHA, 1985). Se a parte mais nacional do Brasil, como apontado por Euclides da Cunha, a gente do sertão é pouco civilizada, a tentativa de civilização implementada pelo projeto republicano era pouco nacional. O próprio Euclides da Cunha (1985) considerava o sertanejo nordestino estrangeiro dentro de sua própria terra.

Em um contexto histórico que predominava no país “uma ideia (europeia) de civilização, completamente desconectada da realidade brasileira” (REZENDE, 2001b, p. 203), com um projeto civilizacional que não levava em consideração as especificidades de um tipo de brasileiro que sempre esteve negligenciado (REZENDE, 2001b), como o sertanejo das caatingas. Não existia no Brasil, portanto, um autêntico projeto nacional, que levasse em consideração as particularidades brasileiras. Para Euclides da Cunha (1985), o Brasil teria que construir um modo próprio de civilização, diferente dos padrões europeus.

Enquanto um novo Rio de Janeiro era criado pela República, por um lado, aumentava a segregação social e o distanciamento espacial entre os setores da população, por outro, as camadas vindas do Império, continuaram a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais (CARVALHO, 1987).

Conforme José Murilo de Carvalho (1987), a cidade do Rio de Janeiro teria perdido algo de sua identidade, de sua combatividade, para ficar “domesticada” pela atuação das oligarquias que comandavam o país. O Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do século XX, era lugar de contato com o mundo exterior, especialmente a Europa – por onde chegavam as novidades tecnológicas, culturais e estéticas. Conforme Neves (2018), então capital federal era uma espécie de “Paris tropical” (NEVES, 2018, p. 13).

Domesticada politicamente, reduzido seu peso político pela consolidação do sistema oligárquico, à cidade pôde ser dado o papel de cartão postal da República. Entrou-se cheio no espírito francês da *belle époque*, que teve seu auge na primeira década do século [...]. Mais que nunca, o mundo literário voltou-se para Paris, os poetas sonhavam viver em Paris e, sobretudo, morrer em Paris. Com poucas exceções, como o mulato Lima Barreto e o caboclo Euclides da Cunha, os literatos se dedicaram a produzir para o sorriso da elite carioca, com as antenas estéticas voltadas para a Europa (CARVALHO, 1987, p. 39 - 40).

A decisão de destruição de Belo Monte resultou das conjunturas políticas, como já foi abordado, e da específica situação de escolha numa guerra civil republicana no centro do poder. Canudos não somente foi considerada um instrumento do monarquismo restaurador, como também uma ameaça à insegura República (BARTELT, 2009). A consolidação do novo regime era mais crucial que os princípios básicos da democracia que teoricamente davam sustentação para este sistema, “eliminar os canudenses passou a ser uma questão crucial para a sobrevivência política do projeto civil, e àquela altura paulista, de manutenção da República no Brasil”(HERMANN, 1996, p. 16).

Durante todo o desenrolar da quarta expedição Canudos não deixou de ocupar o noticiário da capital e os informes do general Arthur Oscar sobre os avanços do Exército na região não deixaram de ressaltar a grandeza do papel das forças militares na consolidação dos princípios republicanos (HERMANN, 1996, p. 16).

A partir de 1897, políticos e imprensa produziram uma relação entre Canudos e o monarquismo oficial e, por esse motivo, tinha, impreterivelmente, que ser destruído. “A República procurou converter Canudos num grande exemplo: um exemplo da barbárie contra a civilização; do atraso contra a modernidade” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 334).

O que se assistia (o massacre dos rebelados de Canudos) em nome do fim da barbárie, no final do séc. XIX, implicaria a destruição do cerne da identidade e da nacionalidade brasileiras? No que consistiam estas duas últimas, bem como as mudanças civilizatórias que as destruíam? (REZENDE, 2001b, p. 203).

A existência de uma sociedade como a de Canudos, abalou fortemente a ainda instável República e fez surgir uma série de boatos, medos e suposições. A vitória da terceira expedição pelos conselheiristas agravou ainda mais este quadro, que segundo Hermann (2018)

“depois da inacreditável derrota da terceira expedição, Canudos passou a ser considerada uma séria ameaça à estabilidade do regime republicano” (HERMANN, 2018, p. 131).

Segundo Levine (1991), cada parte ameaçada dessa elite pareceu ver em Canudos os reflexos dos seus próprios receios e inseguranças. “A presença de Canudos representa para a restrita classe alta a incerteza quanto ao próprio poder, em relação, por exemplo, à segurança pessoal. Essa é uma realidade de destruições e devastações” (BARTELT, 2009, p. 127).

A mesma insegurança que assolava as elites também atingia a política na primeira fase da República, a nível federal. As relações entre Federação e os Estados federativos eram um dos problemas políticos insolúveis, que tiveram lugar com mudança de sistema de 15 de novembro de 1889. Conforme a Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891, o Exército regular era questão federal, e as polícias civil e militar, por sua vez, pertenciam ao âmbito estadual. O artigo 6º definia a intervenção da União, com meios militares, em questões estaduais se a) um perigo externo ameaçasse a região, b) se a forma federal da República fosse ameaçada ou c) se a ordem pública fosse perturbada. Esse artigo, em sua flexibilidade, era pretexto para o governo federal assegurar a lealdade dos governos estaduais, assim como a de seus parlamentares enviados ao Congresso Federal (LESSA, 1988, p. 80).

Desta maneira o governo estava com suas ações ancoradas na Carta Magna. Porém, tendo o cuidado para transgredir a posição favorecedora do governo. Como as que justificaram que o massacre foi feito com o respaldo constitucional. Contudo, era necessário calar os revoltosos. Sendo importante então notar a diferença entre Estado de direito e Estado democrático de direito, onde o Estado pode agir dentro da lei para renovar práticas autoritárias. Assim sendo, ele pode ser um Estado de direito autoritário e não um estado de direito democrático.

“Um cenário político singular fez da destruição de Canudos a prova cabal e urgente para a confirmação do compromisso assumido com os princípios de um governo verdadeiramente republicano” (HERMANN, 1996, p. 83). A conjuntura política que converteu “famintos sertanejos em inimigos nacionais, processo que legitimou a construção de uma identidade, de um lado, e a necessidade da exclusão física do opositor, de outro”(HERMANN, 1996, p. 83). Por esta mesma lógica, o discurso cientificista criou argumentos que colocava em oposição civilização e barbárie, expondo a urgência do extermínio destes brasileiros. Brasileiros estes que eram considerados contrários à ordem (e automaticamente ao progresso) de forma intrínseca, ou seja, esta postura transgressora seria inerente a eles, de acordo com os ditames científicos da época. Assim, nessa perspectiva, voltar a refletir o extermínio de Canudos, mais

de cento e vinte anos depois, “a partir do binômio identidade e exclusão, parece tão contemporâneo quanto falar do enorme fosso que ainda separa o discurso da prática efetiva do exercício pleno da cidadania no Brasil” (HERMANN, 1996, p. 83).

Canudos é a primeira grande batalha da República e talvez mais emblemática: dirigia-se a uma imagem fantasmagórica do atraso, um passado que nada tinha de passado, uma tradição que precisava ser morta. E isso se fez não só através do aniquilamento do corpo dos conselheiristas na brutalidade das trinta mil mortes, mas pelo fogo que queimou Canudos (BARROS; PRIETO; MARINHO, 2019, p. 28).

Para Hermann (1996), a destruição de Belo Monte não teria sido planejada por conta de uma real ameaça de restauro da monarquia por parte dos sertanejos, mas sim por conta da necessidade de afirmação do compromisso e da legitimação do novo governo republicano. A Imprensa endossava, através dos seus discursos, a oposição entre “civilizados e bárbaros” na construção do país republicano. Assim, compreende-se o discurso cientificista como “construtor” de uma nova identidade, que transformaria então os “sertanejos famintos em inimigos da nação” (HERMANN, 1996, p. 83).

Ao aprofundarmos um pouco a análise desta conjuntura, concluímos que os sertanejos foram mortos em nome da República e de todos os abstratos princípios que a norteavam, embora o verdadeiro desafio para o enfrentamento armado tenha partido menos da certeza da ameaça representada pelos “inimigos” e mais, muito mais, das disputas travadas dentro do palácio do governo, na capital federal. Não foi, portanto, uma guerra ideológica que opôs civilização e barbárie, a raiz da guerra a Canudos. Mas uma guerra bem menos edificante e nobre que, longe das reflexões sociológicas e científicas, colocava em pauta métodos ainda pouco civilizados para a manutenção do poder (HERMANN, 1996, p. 88).

De acordo com a história oficial, a transição da monarquia à república aconteceu, sobretudo, de maneira pacífica e sem conflitos. A competência e a soberania dos “pais da Constituição” teriam sido responsáveis pela continuação positiva. Porém, autores mais críticos em relação à história e à sociedade brasileira, lembram que o Império foi extinto sem que maiores partes da população tenham sido integradas, sem haver grupos preparados para por em prática o ideário adequado e dar sustento à República.

2.1.5 O Positivismo e Outros “Ismos”

Em uma carta pública datada de 1º de outubro de 1888, o apostolado positivista elaborou a propósito de certa nota de Joaquim Nabuco, onde se indagava seu pensamento sobre a ligação entre escravocratas e republicanos e apontavam como grande aspiração a implementação de uma ditadura republicana, no qual se apoiava diretamente no povo, “com a eliminação política da burguesocracia escravista, isto é, com a eliminação do parlamentarismo” (HOLANDA, 1976, p. 339).

O sertão era percebido como território da barbárie, tal como o conceberam, na primeira metade do século, a elite imperial e o olhar estrangeiro, marcadamente ilustrado. A ideia de sertão sintetiza a representação do outro indesejado e distante, símbolo daquilo que não se poderia conceber como nacional (OLIVEIRA, 2002, p. 512-513).

O século XIX foi conhecido como o “século das ciências naturais”, iniciou-se no Brasil com atraso característico, devido à assimilação das tendências trazidas da Europa. Teorias positivistas, evolucionistas, darwinistas e racistas tiveram espaço na segunda metade deste século (BARTELT, 2009).

Além da oposição à monarquia,

a elite intelectual da época, aceitava estas ideais que permitiam pensar a integração do Brasil na cultura ocidental. O positivismo, o darwinismo, o spencerismo e o materialismo preencheram o mesmo papel; essas correntes veicularam uma filosofia da história que possibilitava esta integração ao moderno, ao científico, ou ao Estado positivo (OLIVEIRA, 1990, p. 82).

Após 1870, o cientificismo havia se tornado um paradigma importante, pelo menos nos setores da sociedade brasileira voltados para a modernização. Era uma forma de se aproximar dos modelos europeus de conhecimento e civilidade e se fazer apresentar como uma sociedade moderna e com preocupações científicas (SCHWARCZ, 1993).

Um positivismo não-ortodoxo promoveu o desenvolvimento de um programa de fomento à recente classe média urbana. Os temas principais do programa eram a política de educação e de formação, a integração nacional e o desenvolvimento industrial. O investimento em educação deveria produzir uma elite tecnocrática e acelerar o processo industrial, sem colocar em questão os fundamentos agrários do Brasil e suas estrutura social oligárquica. No início da República, segmentos importantes do Exército, sob a direção do teórico Benjamin Constant [...], desenvolveram uma política educacional positivista (BARTELT, 2009, p. 151).

Um dos grandes expoentes dessa corrente científica e modelo interpretativo que dominou a inteligência brasileira nesse período foi o médico- antropólogo Raimundo Nina Rodrigues. Em seu diagnóstico sobre a principal liderança canudense, Rodrigues afirma categoricamente: “Antônio Conselheiro é seguramente um simples louco” (RODRIGUES, 1939, p. 52). De acordo com o estudioso, essa suposta “loucura mística” de Antônio Vicente teria influenciado as massas sertanejas, causando uma “verdadeira epidemia vesânica”. Ainda segundo o autor, essa “loucura coletiva” só se tornou possível em virtude de uma suposta predisposição dos sertanejos a tal enfermidade, como também em razão da sua degeneração, fruto de sua mestiçagem de raças e do estágio inferior de evolução social em que se encontraria tal população. Assim, Rodrigues interpreta o fenômeno de Canudos como:

[...] a comunicação de uma verdadeira alienação mental onde cada membro da seita reflectia, segundo seu temperamento ou suas predisposições neuropáticas, a influência de um louco. Nos degenerados e predispostos de toda sorte, nos neurosados e alienados declarados, não se limitou a acção suggestiva de Antonio Conselheiro a produzir uma simples convicção íntima compatível com a continuação da vida e do trabalho ordinários, como foi a convicção da grande massa da população do Estado. Ele provocou um estado delirante colectivo, de carácter político- religioso, dotado de tal intensidade, que poude impellir os sectários a todos os sacrificios. Foi um verdadeiro estado de multidão vesânico, que se formou nesta seita de predispostos, de desequilibrados e de loucos, desde que o governo, intervindo para dispersá-los, lhes forneceu uma poderosa causa occasional (RODRIGUES, 1939, p. 129).

Havia quase uma obsessão, por parte dos cientistas e membros das elites, em apontar os atores que impediam os avanços do país rumo a uma nação moderna. Silva e Hansen (2010) fazer as seguintes considerações:

Fortemente associado à doutrina do positivismo de Comte, o pensamento político brasileiro do fim do século XIX, início do século XX enxergava no evolucionismo social a resposta ao atraso brasileiro, e todas as forças que fossem contra a maré da evolução estariam fadando toda a sociedade ao eterno subdesenvolvimento. [...]. Assim sendo, os “cientistas” buscavam entender quais eram os atores que impediam uma evolução mais rápida ao positivo (sociedade burguesa industrial), e a resposta veio contundente: os mestiços. Uma política de eugenia racial instaurava-se no Brasil (SILVA; HANSEN, 2010, p. 17).

Segundo Carvalho (1987), a república guardava alguma preocupação com o bem público, desde que o público não participasse do processo de decisão. O positivismo, ou essa perspectiva positivista acerca da República, ressaltava, por um lado, a ideia de progresso

pela ciência e, de outro, a ideia de ditadura republicana, que garantia um tipo de conduta ríspida, severa e autoritária. Uma espécie de prática republicana que barra qualquer participação popular. “Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares” (CARVALHO, 2017, p. 26).

A versão positivista da república, em suas diversas variantes, oferecia tal saída. O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia correspondia à fase teológica-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república (CARVALHO, 2017, p. 29).

Se na Europa da época, o liberalismo ignorava a questão da absorção das massas populares à vida política, se defrontando com as propostas socialistas, aqui no Brasil a corrente liberal se empenhava em extinguir ou reconstruir o Estado vigente (OLIVEIRA, 1990). Aqui determinavam-se tarefas como solução do problema das relações entre indivíduo e o Estado, “a efetivação dos mais elementares e básicos ‘direitos naturais’ a abolição da escravatura, a concessão da liberdade de culto e a livre manifestação do pensamento” (OLIVEIRA, 1990, p. 82).

Neste contexto positivista, predominava a ideia de ditadura republicana. “Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis o ideal de despotismo ilustrado que tinha raízes na tradição luso-brasileira desde os tempos pombalinos do século XVIII” (CARVALHO, 2017, p. 27).

Para Carvalho (2017) o grupo dos militares foi o mais seduzido por essa noção de república e sociedade. Algo contraditório, já que foi um projeto político arquitetado pelas bases republicanas, um governo feito por militares. Mas os militares “sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial. Por outro lado, por serem parte do próprio Estado, não podiam dele prescindir como instrumento de ação política” (CARVALHO, 2017, p. 30).

Desta forma, houve uma proposta de fazer do Estado, por intermédio da ditadura republicana, um agente do bem comum, um promotor das políticas sociais, um preparador da sociedade positivista baseada na harmonia das relações sociais, que reforçava, na melhor das hipóteses, o paternalismo governamental (CARVALHO, 2017).

A própria sociologia no Brasil se formou sobre a égide do evolucionismo. Mas como Antônio Candido (2006) em *A sociologia no Brasil*, salienta que não se trata de uma importação artificial de modas europeias e sim, uma adequação a várias de nossas realidades locais. O evolucionismo adaptado às realidades brasileiras era marcado por uma obsessão pelos

fatores biológicos, preocupação com etapas evolutivas e com o peso do passado escravocrata e as possibilidades de desenvolvimento futuro. Além de grandes sínteses explicativas (teoria social sobre o Brasil) a partir de critérios evolutivos.

Enquanto isso as teorias positivistas e sobre inferioridade das “raças” não europeias serviam como justificativa para a marginalização da população, em um regime republicano. Um tipo de raciocínio que revela de imediato tanto o preconceito e racismo dos “iluminados” pela “civilização” quanto a dificuldade de compreender o próprio contexto que viviam.

O aspecto que iria cunhar de maneira mais forte a percepção de Canudos não está na sua dimensão racial, mas na política. Nos primeiros anos agitados depois de 1889, a República ainda não tinha certeza do seu triunfo e procedeu – por um medo justificado ou apenas imaginado — com determinação contra as vozes oposta. Neste contexto, Canudos tornou-se o objeto das angústias republicanas de uma contra-revolução monarquista que tinha que ser combatida com todo rigor possível; tornou-se a pedra de toque pela qual se podia comprovar a jovem república, isto é, passou a ser palco em que as lutas políticas dos anos 90 do século XIX foram travadas (HAUSSER, 2001, p. 162).

2.1.6 Como os Órgãos Oficiais Justificam a Destruição da Primeira Canudos: Uma Abordagem Bibliográfica

A destruição de Canudos se deveu menos ao anti-republicanismo do Conselheiro do que a fatores políticos, como os conflitos entre facções partidárias na Bahia, a atuação da Igreja contra a atuação pouco ortodoxa dos beatos e pregadores e as pressões dos proprietários de terras contra a comunidade, cuja expansão trazia escassez de mão-de-obra e rompia o equilíbrio político da região (VENTURA, 1997, p. 166).

Portanto, para este autor, estes três fatores colaboraram para o ataque das forças do governo a Canudos; o arraial formava um polo de atração para os camponeses da região, comprometendo a obtenção de mão de obra por parte dos fazendeiros locais, o que ameaçava a tradicional submissão dos sertanejos à opressão e à exploração que eram exercidas pelos coronéis; Antônio Conselheiro e sua liderança messiânica dispensavam a intermediação do clero católico, reduzindo o poder da Igreja exercido sobre os sertanejos; a posição contrária de Conselheiro em relação ao casamento civil e à cobrança de impostos por parte do Governo da República recém instalada, associada a um sebastianismo singular, fizeram com que as autoridades, que estavam distantes dos acontecimentos e pouco conheciam as especificidades do universo sertanejo, considerassem Canudos um perigoso reduto de reinstalação monárquica.

Outros conflitos políticos em nível nacional transformaram o povoado em alvo de grupos e facções, como os embates entre civilistas e militaristas, ligados à sucessão do presidente Prudente de Moraes (1894-8). A guerra serviu de pretexto à repressão aos grupos monarquistas e aos setores jacobinos, tendo contribuído para a implantação da política dos governadores, criada pelo presidente Campos Sales (1898-1902), em que as lideranças civis de Minas Gerais e de São Paulo passaram a se alternar no poder. Pressões da Igreja também foram decisivas para o agravamento do conflito. Com a política centralizadora exercida pela Santa Sé a partir de 1860, no pontificado de Pio IX, o clero brasileiro passou por um processo de romanização, em que os padres foram submetidos à autoridade dos bispos e das arquidioceses, que passaram a combater a ação dos pregadores leigos (VENTURA, 1997, p. 165).

“Neste contexto que Bartelt (2009) propõe a guerra e as notícias sobre ela como um evento discursivo que leva em consideração os interesses do poder político local, e também nacional” (RIBEIRO, 2015, p. 150); aproveitando-se da frágil República recém-implementada, produz uma narrativa monarquista “em torno do arraial, e a notícia nos principais jornais de todo o país” (RIBEIRO, 2015, p. 150).

Para compreender o que pontua Bartelt (2009), é pertinente que se busque entender o contexto de incertezas políticas que permeava os ideais da jovem República que, como mostra Fausto (1995), decorria da heterogeneidade de interesses e divergências na forma de organização da república entre os grupos políticos.

De acordo com Euclides da Cunha em *Os Sertões*, a quarta expedição foi organizada através de uma “grande comoção nacional” (GALVÃO, 1985, p. 144). A Guerra de Canudos teve seus principais acontecimentos estampados nas páginas dos principais jornais do país, especialmente a partir da quarta expedição.

Pode-se afirmar que os jornais de 1897 foram parte relevante na formação de um conjunto de imagens amplamente difundidas acerca de Canudos e da República brasileira que buscavam justificar o massacre final do arraial. Foram acontecimentos tão impactantes e relevantes os que se passaram na região de Canudos que esta guerra, se não criou, intensificou o hábito jornalístico de enviar correspondentes para o local dos conflitos, de modo a informar sobre os eventos. Mais do que enviados especiais, muitas vezes eram “especializados” – no caso da Guerra de Canudos, muitos dos enviados eram oficiais do exército, em exercício ou não. O mais famoso destes enviados, Euclides da Cunha, era tenente reformado (LEÃO, 2015, p. 20).

Foram nos jornais da época que a cultura republicana no Brasil consolidou-se (LEÃO, 2015). Esta ideia se confirma quando Galvão (1994) atenta que a Guerra de Canudos encontrou amplo espaço nos jornais brasileiros, nas quais as ações do governo foram, de certo modo, justificadas em suas páginas. A imprensa, para esta autora, adotou o discurso de que

Canudos era fruto de uma conspiração monarquista, dessa maneira, era necessária a ação do Estado no sentido de livrar o país dessa ameaça (GALVÃO, 1994). A República, portanto, estava em perigo, abalada pelos conselheiristas, o que justificava a necessidade da ação do Exército e demonstrava a sua fragilidade.

A construção de uma atmosfera de medo teria sido fundamental para as elites que objetivavam reaver o domínio político há pouco perdido, com a proclamação da república e se viam em uma desordem social “ameaçadora”, que justificava a intervenção do governo federal, tornando a estratégia mais viável para se ter êxito. (SAMPAIO, 2001).

O medo que povoava o imaginário das elites girava em torno da escassez de mão-de-obra e, principalmente, da possibilidade de quebra nos padrões de dominação, decorrente da grande capacidade do Conselheiro em atrair para si a atenção da massa de trabalhadores rurais, sendo muitos deles ex-escravos.

Hermann (1996) encara a questão política, vista pela sua conjuntura, como aquela que teria sido “a verdadeira causa da guerra contra Canudos” (HERMANN, 1996, p. 18). Assim, para a autora, a destruição de Canudos não teria sido projetada por conta de uma real ameaça de restauro da monarquia por parte dos sertanejos. “Todos os intelectuais estavam atrelados ao carro do poder, empenhados na grande parada histórica do tempo que era a consolidação nacional” (GALVÃO, 1994, p. 107).

Importante ressaltar que Machado de Assis se comporta como exceção diante da inteligência brasileira da época. O autor criticou acirradamente o predomínio do sensacionalismo nos jornais quando se tratava do arraial conselheirista. Tal sensacionalismo praticado por grande parte da imprensa agravou a percepção da opinião pública a respeito do extermínio histórico de Canudos.

Os direitos da imaginação e da poesia não de sempre achar inimiga uma sociedade industrial e burguesa. Em nome dêles protesto contra a perseguição que se está fazendo à gente de Antônio Conselheiro. Este homem fundou uma seita a que se não sabe o nome nem a doutrina. Já este mistério é poesia. Contam-se muitas anedotas, diz-se que o chefe manda matar gente, e ainda agora fez assassinar famílias numerosas porque o não queriam acompanhar. É uma rejeição do crê ou morre; mas a vocação de Maomé era conhecida. De Antonio Conselheiro ignoramos se teve alguma entrevista com o anjo Gabriel, se escreveu algum livro, nem sequer se sabe escrever. Não se lhe conhecem discursos. Diz-se que tem consigo milhares de fanáticos. Também eu o disse aqui, há dois ou três anos, quando eles não passavam de mil ou três mil e tantos. Se na última batalha é certo haverem morrido novecentos deles e o resto não se desapega de tal apóstolo, é que algum vínculo moral e fortíssimo os prende até a morte. Qual vínculo é esse? (MACHADO DE ASSIS, 1961, p. 401 - 402).

A legitimação, a supremacia, o comprometimento com autenticidade da República se tornaram foco indispensável, acima da noção de redenção nacional, por meio da ordem e do progresso e, ao mesmo tempo, superando o temor do regresso monárquico.

Por esta perspectiva, o massacre a Canudos foi uma das consequências da confusa instauração da República brasileira. E, quando esta aconteceu, a ordem social permaneceu inalterada.

O liberalismo republicano, num pacto com as oligarquias latifundiárias destruíram até o último homem os habitantes de Canudos. Os políticos liberais exultaram com o feito. Apenas algumas vozes isoladas de estudantes se fizeram ouvir denunciando o genocídio. Para eles, o fundamental era a preservação da ordem latifundiária (MOURA, 2000, p. 23).

O extermínio de Canudos está relacionado, segundo Moura (2000), ao liberalismo republicano e as oligarquias latifundiárias que se empenhavam para a manutenção do status quo, negando direitos para a maior parte da sociedade, principalmente aos distantes e desconhecidos sertanejos. Nesta realidade social e política, cabia aos mais fracos submeter às condições impostas a sua sobrevivência.

a guerra civil de Canudos e a violência brutal da elite governamental e do seu segmento militar demonstrou o conteúdo da nova ordem republicana que se instaurara no país. Aos gritos do liberalismo mais exacerbado, os políticos republicanos fizeram um pacto com a antiga classe senhorial conservando-lhe o poder e os instrumentos de dominação. A estrutura agrária, ainda uma herança sesmarial da Colônia, mostrou como ainda funcionava com os seus mecanismos de repressão intactos. Nossa história tem três momentos, que simbolizam os momentos de ruptura com o sistema de dominação e conseguiu abalar sua estrutura: Palmares, no Brasil Colônia; a Cabanagem, no Brasil Império e Canudos na República. Esses três momentos, nos quais os escravos e a plebe rebelde passaram a ser agentes dinâmicos da História, mostram como somente através desse radicalismo o Brasil poderá reformular os polos de poder e de opressão e articular um novo ordenamento social no qual os oprimidos possam fazer a história (MOURA, 2000, p. 76).

Além de justificar um maior poder do Estado, enfraquecido com a constituição de 1891, baseada no federalismo que dava maior liberdade aos estados, sendo vista dessa maneira pelos positivistas, como uma característica que podia levar a desintegração da unidade nacional, igualmente, a imprensa, funcionou como um órgão disseminador do medo sob Belo Monte, por meio de notícias carregadas de sensacionalismos, justificando a ação enérgica das forças legalista na repressão à comunidade de Canudos (GALVÃO, 1994).

A cultura política brasileira atravessou, de forma certa, Canudos. Já que o movimento tinha projeto político diferente do oficial e era encarado com suspeita e rotulado como delinquentes. A solução, em tal caso, foi mobilizar o aparato repressivo do Estado para preservação da ordem social vigente.

Os republicanos estavam ansiosos por uma justificativa para o combate a Canudos, teriam criado o pretexto do antirrepublicanismo do Conselheiro para enfrentar e atacar o seu arraial. Nas palavras de Moniz (1978), “não houve um motivo [para a deflagração do conflito armado]; houve um pretexto” (MONIZ, 1978, p. 100).

Assim sendo, o liberalismo à moda da república brasileira, numa conciliação com as oligarquias latifundiárias “destruíram até o último homem” (MOURA, 2000, p. 23) de Canudos. Os chamados políticos liberais exaltaram o feito. E somente “algumas vozes isoladas de estudantes” (MOURA, 2000, p. 23), em especial da faculdade de direito da Bahia, denunciaram o extermínio.

Na primeira edição da história do exército brasileiro (HEB, 1972), existem indícios de demonstrações acerca do tratamento do exército na primeira destruição de Canudos. No qual indica que o final da guerra e juntamente com ela o fim do fanatismo, do banditismo e do retorno da paz à família “tradicional” brasileira.

Terminava a participação do Exército na defesa das instituições, enfrentando o fanatismo, e o banditismo, que durante alguns anos, trouxeram a intranquilidade ao interior baiano, e tantos sofrimentos causaram à família brasileira, enlutada pela morte de alguns dos seus melhores filhos (HEB, 1972, p. 731).

O festejo da vitória do exército significou, portanto, não apenas uma comemoração da vida dos sobreviventes, “mas também uma homenagem aos membros das forças oficiais mortos na campanha. A derrota de Canudos representava um definitivo golpe nas esperanças dos monarquistas de restaurar o regime e a possibilidade de finalmente estabilizar a República no Brasil ” (LEÃO, 2015, p. 82).

Se antes clamavam pelo extermínio dos canudenses, depois do final da guerra houve mudança na postura adotada. “Assistiu um *mea culpa generalizado*, que acometeu a muita gente e encontraria sua forma mais altamente elaborada em *Os Sertões*” (GALVÃO, 2001, p. 96).

É prudente salientar que após a guerra nada foi encontrado que comprovasse qualquer conspiração monarquista. Aquilo que o país inteiro acreditava, ao defender a República de uma possível restauração monárquica não passara de um equívoco. “Os próprios

monarquistas, todos eles gente branca, rica e cosmopolita e de fumaças aristocráticas, ficavam horrorizados com a aproximação e protestavam sua inocência” (GALVÃO, 2001, p. 98).

Ultrapassada a fronteira da cidadela, nenhum documento que comprovasse um projeto conspiratório ou aliança com forças externas foi encontrado [...] a guerra fratricida de um exército fortemente armado contra sertanejos miseráveis e acantonados numa fazenda abandonada e árida, estimulada por lideranças militares de alta patente, manchou a imagem da instituição (HERMANN, 2018, p. 132).

3 A GÊNESE E A DESTRUÇÃO DA SEGUNDA CANUDOS

3.1 A FORMAÇÃO DE CANUDOS, AGORA SEM CONSELHEIRO

A segunda⁹ Canudos surgiu durante a década de 1910, sobre as ruínas de Belo Monte. Segundo Sampaio (2001) “em 1902 o arraial já estava em processo de recuperação. Aos poucos, os sertanejos foram retornando e levantando suas casas de barro batido” (SAMPAIO, 2001, p. 83). Seus primeiros habitantes eram sobreviventes da guerra e descendentes de conselheiristas que regressaram poucos anos depois do massacre final e ergueram uma nova cidade sobre os alicerces da anterior.

Sobre as ruínas, reergueram Canudos, agora sem Conselheiro e sem o mesmo brilho que uma vez a tornou famosa em todo o Brasil. Mas o pequeno povoado não durou muito. Em 1968, o DNOCS abriu as comportas de imenso açude construído exatamente em cima de Canudos (PINHO, 1996, p. 21 - 22).

Assim, alguns anos após a guerra¹⁰, ex-combatentes e conselheiristas iniciaram a reconstrução de Canudos, estabelecendo-se à margem do Vaza Barris e sobre os destroços da antiga Belo Monte de Conselheiro (CANÁRIO, 1996). “Pouco a pouco, dos escombros, juntaram-se as pedras, na proporção que iam retornando os seus habitantes. E assim surgiu a segunda Canudos” (BOAVENTURA, 1996, p. 67). Esta frase de Edivaldo Boaventura (1996), um dos idealizadores do Parque Estadual de Canudos, sintetiza o ressurgimento da cidade que, expugnada pelo ferro e pelo fogo, viria a ser novamente apagada do mapa pela água, pouco mais de seis décadas depois de renascida.

José Calasans (1993), na introdução do livro *Canudos Cinquenta anos depois* de Odorico Tavares, indica que a segunda Canudos foi reconstruída, aos poucos, e muitos dos “novos” canudenses eram senhores mais adentrados na idade que carregavam consigo memórias cheias de reminiscências da cidade original.

Chegaram aos poucos. Vencidos que se tornaram vencedores. Alguns deles, oitentões, tinham porte e memória. Sabiam recordar, embora nem sempre lhes fosse agradável pensar no que viram, no sofrimento dos últimos dias da “Troia de barro” (CALASANS *apud* TAVARES, 1993, p. 8).

⁹ O vilarejo de Cocorobó emancipado politicamente em 25 de fevereiro de 1985 e, aproveitando a fama do nome, foi rebatizado de Canudos, tornando-se assim a terceira cidade com este nome.

¹⁰ De acordo com a oralidade local, meses após o término da Guerra, Canudos já havia iniciado seu processo de reconstrução.

O livro *Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos* (2002), produzido pela Universidade do Estado da Bahia e pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha demonstra que suas pesquisas se dedicaram aos mapeamentos dos mais variados suportes documentais: fontes orais, escritas, iconográficas, além de proporcionarem olhares atentos rumo ao Parque Estadual de Canudos (PEC), criado em 1997, às margens do Rio Vaza Barris. E sobre a reconstrução de Canudos expõe a seguinte abordagem:

Para a cidade refeita (a Canudos nova), instalada no mesmo espaço territorial da anterior, retornaram muitos dos sobreviventes da guerra, tendo-se mantidos marcos emblemáticos da vila histórica (escombros das Igrejas Novas e Velha, o antigo Cruzeiro). Todavia, pouco se sabia sobre essa fase de ocupação, que perdurou até 1969, quando a cidade foi tragada pelas águas do Vaza-Barris para o enchimento do Açude de Cocorobó (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2002, p. 88).

Para Pinho (1996) a destruição de 1897 poderia ter significado o fim definitivo, mas Canudos surpreendeu mais uma vez. As primeiras décadas do século passado “assistiram à lenta recuperação do povoado, por velhos moradores que retomaram o seu chão juntamente com os novos habitantes” (PINHO, 1996, p. 21). Assim, a guerra pode ter acabado, Canudos não.

A primeira, a Canudos de Antônio Conselheiro, o arraial do Belo Monte, foi totalmente destruída pela guerra. Dos seus alicerces, refez-se a segunda. É Canudos ressuscitada, que perdurou até ser inundada. A primeira foi consumida pelo fogo. A segunda, sepultada pela água. Tentou-se com a represa a destruição que não conseguia antes (BOAVENTURA, 1996, p. 68).

Consuelo Novais Sampaio (2001) em seu livro *Canudos: Cartas para o Barão*, reúne setenta cartas recebidas pelo Barão de Jeremoabo¹¹, Cícero Dantas, no período da guerra de Canudos (novembro de 1896 a outubro de 1897), oferece uma versão do ocorrido pela perspectiva contrária a dos conselheiristas, e completam o livro dois ensaios, sendo um deles *A construção do medo*, de sua própria autoria. Neste ensaio Sampaio (2001) reconhece o pouco material existente acerca do “renascer” de Canudos e demonstra como foi construída essa apreensão em torno do reaparecimento de Belo Monte pelas classes dominantes da Bahia.

¹¹ Vale ressaltar que o livro também apresenta cartas enviadas pelo próprio Barão de Jeremoabo escreveu, muitas delas ao governo, reivindicando medidas para combater Canudos.

Não conheço estudo que acompanhe o renascer de Canudos das cinzas deixadas pelo incêndio da expedição Artur Oscar. [...]. Mas o medo persistia. O caso da professorinha primária escalada para ensinar as crianças da vila de Cumbe (1903) é um exemplo. Ela teve medo [...] “Canudos metia-lhe ainda medo” (SAMPAIO, 2001, p. 83).

“Canudos metia-lhe muito medo”, essa afirmação da professora primária escalada para ensinar crianças do Cumbe, atual Euclides da Cunha, aponta, segundo Sampaio (2001), o pavor presente na memória coletiva da região. E de acordo com Toledo (2002):

O simples nome de Canudos fazia medo, na região – era sinônimo de atrocidade, perseguição, constrangimento – o local começou a repovoar. Alguns eram antigos habitantes que voltavam. Nascia uma segunda Canudos, sobre os escombros da primeira (TOLEDO, 2002, p. 101).

A forma como as forças oficiais-legais se retiraram, “deixando para trás, como carniça de matadouro, uma profusão de cadáveres insepultos” (GALVÃO, 2001, p. 101), ou seja, largando Canudos como um verdadeiro cemitério ao céu aberto e com uma certeza de que aquilo seria o ponto final de uma história. Desta maneira, Canudos se reergueu sobre um espectro de medo, não só da própria paisagem física, mas também dos setores preponderantes da sociedade brasileira.

A classe dominante brasileira sempre teve um enorme desprezo por Canudos. Até muito recentemente, a referência de Canudos e a Antônio Conselheiro sempre era no sentido de desqualificar a comunidade e o seu principal líder [...]. Mas o desprezo e ódio classista estavam restritos ao campo do discurso político: a existência da segunda Canudos não era um problema para os ideólogos da classe dominante (NEIVA, 2000, p. 94).

Prieto (2019) deixou claro que houve a “tentativa de apagamento e da narrativa institucional da barbárie” (PRIETO, 2019, p. 53). Assim, o autor defende que mesmo depois do incêndio ao vilarejo conselheirista a força das ruínas da luta e da resistência impunha “medo às classes dominantes” (PRIETO, 2019, p. 53).

O ressurgimento de Canudos sobre os destroços da antiga Belo Monte parecia algo estarrecedor tanto para os setores com mais peso e relevância política e econômica da sociedade nacional, quanto para aqueles que presenciaram como testemunha ocular a vida e a morte da primeira e da segunda Canudos. A revista *O Cruzeiro* (RJ) de julho de 1947 dedica páginas do seu editorial justamente sobre o tema e destaca o relato de um desses que presenciaram todo esse processo de destruição e reconstrução do antigo arraial conselheirista.

Acabada a luta, voltei: não havia muito mais nada, a não ser montes e montes de gente apodrecendo, sem cabeça [...]. Tudo o que está ali adiante é cemitério vivo. Um padre três anos depois da luta, dizia que aquilo devia ser cercado, fechado e colocada uma cruz na porta. Canudos é um verdadeiro cemitério. Cavou dá em osso de defunto (O CRUZEIRO, 19/07/1947, p. 19).

No livro de Odorico Tavares (1993), *Canudos: Cinquenta anos depois*, consta uma entrevista de Manoel Ciríaco, ex-conselheirista, no qual o entrevistado demonstra o cenário assombroso do arraial logo após a guerra.

Era de fazer medo. A podridão fedia a léguas de distância. Os bichos a gente via correndo por cima dos cadáveres e urubu fazia nuvem. Foi quando o ‘coronel’ Ângelo dos Reis trouxe uns homens e enterrou a jagunçada morta (TAVARES, 1993, p. 47).

O povoado, após uma guerra genocida, “fratricida e desnecessária” (GALVÃO, 2001, p. 111), se levanta novamente em torno da praça e da igreja de Santo Antônio (local próximo à Igreja Nova dos tempos de Conselheiro). Algumas décadas depois a segunda Canudos receberia o status de vila.

A exemplo de tantas outros povoados, vilas e cidades sertanejas, a nova Canudos recriada surgiu formando uma grande praça, [...] no meio da qual localizava-se o mercado, ou barracão, ocupando a nova igreja (de Santo Antônio, concluída em 1939) a parte final de uma das ruas, a poucos metros da igreja nova de Conselheiro, cujas pedras e telhas ainda ocupavam o local onde fora erguida (CANÁRIO, 1996, p. 123).

O dia dezoito de outubro de 1940 não foi comum na pacata Canudos. A cidadela recebeu a visita¹² de Getúlio Vargas, autoridade máxima do chamado Estado Novo (1937-1945). Para atestar o suposto caráter inusitado, não planejado da ação, teria sido esta ida de Vargas, suposto leitor de *Os Sertões*, ao antigo Belo Monte que provocou a decisão governamental de construir o açude, o que obrigaria a população a se transferir para o povoado de Cocorobó com o início das obras, a partir de 1951 (CANÁRIO, 2002; DOS SANTOS NETO, 2008).

O presidente da república da época desejou conhecer, com os próprios olhos, o arraial que fora cenário daquela epopeia descrita por Euclides da Cunha. A ideia do açude

¹² Canário (2002) diz que “Canudos recebeu inúmeras personalidades, figuras de destaque no cenário nacional, como Carlos Luz, presidente da Câmara dos deputados, o vice presidente Café Filho; e até governadores” (CANÁRIO, 2002, p. 37).

surgiu, conforme rezam a lenda e a tradição oral, durante o Estado Novo e foi executada na ditadura militar.

Canudos sempre foi a ferida aberta de um país que esperou – e talvez ainda espera- integrá-la, junto com o semiárido da caatinga nordestina, aos vários projetos modernizantes ao longo da história nacional. É por isso que, em 1940, Getúlio Vargas desembarca em Canudos, motivado pela leitura d’Os Sertões – que lia para os seus filhos -, e promete a construção do Açude Cocorobó, cuja obra é iniciada em 1951 e concluída durante o período da ditadura militar, em 1967 (DIAS, 2019, p. 64).

De acordo com Manoel dos Santos Neto (2008) existe uma relação nítida entre a visita de Vargas e a construção da barragem. Foi em Canudos que Vargas teria prometido aos moradores aquilo que seria um consolo ao sertanejo do semiárido. Entretanto, Eldon Canário (2002) é um dos poucos “narradores” acerca de todo o processo de destruição da segunda Canudos que discorda desta vinculação entre a visita de Getúlio Vargas e a promessa de água constante por meio de uma comporta. Apoiado no diário de Vargas, no qual o ditador não faz nenhuma menção à construção do açude, Canário (2002) acredita que esta conexão seria imaginosa, ou seja, fantasiosa.

Mas Eldon conta o que ouviu, ou melhor, o que não ouviu. Fato concreto é que não há nada de desproposital ou estranho no suposto pedido, posto que, a oferta permanente de água, livrando-os dos sobressaltos das estiagens, sempre fora aspiração dos canudenses pobres, ao contrário do que afirmou o comerciante e fazendeiro abastado, por conseguinte menos vulnerável aos perniciosos efeitos da falta de chuvas (DOS SANTOS NETO, 2008, p. 57).

O fazendeiro abastado a que Manoel Santos Neto (2008) se refere é Antônio Batista, integrante da elite local, que assim como Eldon Canário também desmente “o célebre e controverso diálogo. Batista foi participante privilegiado” (DOS SANTOS NETO, 2008, p. 57). Canário é filho de Canudos como Antônio Bastista, passou sua mocidade na segunda Canudos, reconstruída pelos sobreviventes e descendentes do Belo Monte. Ao expor sua posição, Canário está permeado pelos efeitos do (longo) tempo. Tempo este que acompanhou os diversos entraves da construção da represa, os elevados custos financeiros e o pouco retorno efetivo aos seus habitantes, isto fez também com que ele afirmasse ser uma lenda a promessa de Getúlio Vargas de construir a obra.

Passados 35 anos, desde o fechamento da barragem de Cocorobó, e podendo-se constatar que o açude, apesar de ter destruído Canudos, não alcançou os objetivos idealizados no projeto, encorajei-me a escrever este livro, para

denunciar o grande equívoco perpetrado contra a Memória Nacional [...]. É mister pois, registrar, para as gerações futuras, o crime que se cometeu, ao destruí-la mais uma vez (CANÁRIO, 2002, p. 13).

O jornal carioca *A Batalha* do dia 20 de outubro de 1940 destaca a visita do presidente Getúlio Vargas à vila de Canudos, acompanhado por engenheiros das obras contra a seca;

Situada a cento e cinquenta quilômetros de Itaparica, Canudos para ser atingida pelo chefe do Governo demandava que fosse feita uma viagem estafante. Descendo em um pequeno aeroporto, nos arredores, o presidente Getúlio Vargas, por mais de duas horas caminhando a pé pela terra do sertão ia sempre conversando com os sertanejos que encontrava. O chefe de governo, depois de uma caminhada de cinco quilômetros, atingiu a Favela onde se sediaram as tropas que combateram os jagunços de Antônio Conselheiro. Cercado de engenheiros das Obras Contra a Secas e de vários cablocos habitantes da região, o presidente fez um longo inquérito sobre Canudos. (VISITANDO..., 1940, p. 5).

A notícia acima mostra que Getúlio Vargas fora a Canudos em companhia dos engenheiros, provavelmente, do IFOCS¹³. O que pode indicar que seu intuito era de construir o açude Cocorobó, independente da suposta promessa que tenha feito aos sertanejos e ao chefe político local, Isaías Canário. Já que neste período, em meados da década de 1940, convencionou-se chamar de fase hidráulica de desenvolvimento do Nordeste. Campos (2014) aponta que, devido aos grandes períodos de seca na região, a solução encontrada foi a hidráulica, entre 1877 a 1958.

A solução hidráulica está geralmente associado à hipótese que as políticas hidráulicas, por si só, eram suficientes para resolver os problemas das secas e do atraso regional. A ideia de solução hidráulica está presente em discursos políticos para justificar a construção de grandes barragens, porém não se trata de uma tese defendida pelos bons técnicos (CAMPOS, 2014, p. 5).

Num “imediatismo típico da política infraestrutural brasileira” (BARTELT, 1999, p.53), acreditava-se que, através construção de açudes, seria capaz de manter a população sertaneja na região, reduzindo assim o fluxo migratório e por meio da irrigação garantiria o progresso econômico gerando renda e produtividade agrícola (NEIVA, 2000).

¹³ Simone Dias (2014) assinala que “em 1909, foi criado o IOCS – Instituto de Obras Contra a Seca, primeiro organismo público federal de desenvolvimento regional. Em 1919, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto 13.687, passou a ser denominado IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra a Seca, com atuação prioritária nas áreas mais secas do país, tendo como funções principais a construção de açudes, pontes, estradas, campos de pouso entre outras” (DIAS, 2014, p. 49).

O uso dos sertanejos em obras públicas nos períodos de seca tornou-se uma constante, quando percebemos a tentativa de transformar este trabalhador da agricultura em trabalhador nos moldes da nova conjuntura de progresso que buscava [...] nestas obras, foi amplamente utilizada à mão de obra dos retirantes como forma de evitar a mendicância e transformar o retirante indigente em um trabalhador apto para a organização do trabalho em que o indivíduo não possuísse o controle sobre o tempo e os meios de trabalho. Neste momento, a seca tornou-se um fenômeno de cunho social, ou seja, a preocupação das elites deixou de se voltar somente aos efeitos causados à vegetação, à agricultura e o gado (LIMA, 2010, p. 22 - 24).

Raymundo Faoro (1992) analisa a constituição do *modus operandi* estruturado no Estado brasileiro. De forma breve, o autor demonstra que as formas de execução do poder político, na maioria das vezes, atendiam somente a grupos sociais específicos, que por sua vez se caracterizavam pelo domínio da máquina pública brasileira. Máquina pública esta que se transformou em um meio pelo qual retiravam seus benefícios de poder e riqueza. Desta maneira, Faoro (1992) explica que o tipo de Estado cristalizado na história da sociedade nacional é aquele que a “comunidade política conduz e supervisiona os negócios que são tratados como se fossem privados” (FAORO, 1992, p. 633). Assim, um tipo Estado que se apresenta como um mero planejador da infraestrutura que, através das obras, tentava estimular o desenvolvimento econômico desses grupos e se mantinha indiferente em relação a maior parte da população.

Mais do que “simples” obras públicas, a crença era de que, por meio da ciência aplicada a tais feitorias, numa relação em que “a seca enquanto ‘problema’ a ser ‘combatido’, sob o saber da ciência e do engenheiro” (LIMA, 2010, p. 115) estaria a resolução dos problemas sociais e o alcance do progresso.

Importante salientar que a construção de açudes era tratado publicamente como a solução para antigos e persistentes problemas sociais, como a fome. A açudagem resolveria muito mais que qualquer política pública que visasse a redistribuição de renda, por exemplo. Desta forma, “as águas que alagaram a segunda Canudos, reconstruída dos escombros, não dizem respeito apenas à construção do Açude Cocorobó para combater a seca e a fome, na crença de que as obras de engenharia podem mais que redistribuição de terras” (BARROS; PRIETO; MARINHO, 2019, p. 11).

Assim, a açudagem foi encarada, de um lado, como uma forma de combater a seca e empregar possíveis retirantes e de outro, como um argumento constante para as reivindicações das elites locais (LIMA, 2010).

O engenheiro que chegava até a localidade para erguer a obra tinha que lidar com o estranhamento diante das relações preexistentes, como os interesses locais que viam a construção um momento de bons negócios e com uma mão de obra não especializada que “deveria” ser educada aos novos hábitos e costumes advindos com o *progresso* (LIMA, 2010, p. 117).

O sertanejo deveria se transformar em uma mão de obra apta para um tipo de trabalho racional. Para Celso Furtado (2009) executar um plano de irrigação significa “domesticar” o trabalhador tipo camponês, “que corresponde, na indústria, a um pequeno empresário dublê de operário especializado” (FURTADO, 2009, p. 173). O autor chama a atenção para as terras das bacias dos açudes que estão “em mãos de grandes proprietários, integrados em um sistema de vida de base principalmente pastoril, adversos a toda modificação fundamental nas formas de organização do trabalho” (FURTADO, 2009, p. 173 - 174).

“O governo de Getúlio Vargas, durante o período de 1930 a 1945, enfrentou duas grandes secas: 1932 e 1942” (NEVES, 2001, p. 108) e ficou reconhecido por “uma lógica vigente de construção de açudes como antídoto contra as secas” (POMPONET, 2009, p. 60).

Nesses dois momentos distintos, as ações emergenciais diferiram em modo e intensidade, conforme as circunstâncias do contexto histórico nacional e internacional e de acordo com o pacto estabelecido com as oligarquias locais (NEVES, 2001, p. 108).

Desta forma, de acordo com Neves (2001), as oligarquias do sertão nordestino se beneficiaram dos recursos destinados às obras como a açudagem. De acordo com Pomponet (2009) as políticas executadas por órgãos como o DNOCS sempre estiveram “sob a tutela das elites tradicionais da região” (POMPONET, 2009, p. 58).

A estratégia adotada pelo Estado representa ao mesmo tempo um mecanismo de reforço dos coronéis. Ou melhor, trata-se de um processo simultâneo em que o Estado inviabiliza, parcialmente o coronelismo ao mesmo tempo em que uma boa parcela dos coronéis sobrevive, graças e apesar do Estado (NEIVA, 2000, p. 15).

O projeto se apresentava como uma forma de diminuição dos problemas naturais do semiárido nordestino. Assim, os órgãos governamentais como Banco do Nordeste, CODEVASF, DNOCS, ao mesmo tempo que eram os responsáveis por toda o processo de construção de açudes públicos tinham como preocupação primeira fixar o sertanejo na sua terra natal, evitando assim a migração (LIMA, 2010). O armazenamento da água que seria utilizada para o abastecimento das populações, rebanhos e plantios (ASSUNÇÃO; LIVINGSTONE,

1993) aparece como um “cuidado” secundário. O próprio açude Cocorobó reforça essa ideia, já que primeiro ele foi feito e depois foi pensado como seria (sub)proveitado.

Em 1958, aquela que ficou conhecida como a “grande seca” motivou uma reunião que agregou setores públicos do DNOCS, DNER, Exército, Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP), Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Ministério do Trabalho, da Viação e Obras públicas e representantes da Conferência Nacional de Bispos, da Legião Brasileira de Assistência e da Fundação das Pioneiras Sociais, esta tendo à frente Sarah Kubistchek. A resolução imediata amplamente apoiada por essa elite política, social e religiosa foi “assistir” os pobres através do emprego em diversas obras que igualmente serviriam para “fixar” o trabalhador do campo. (FERREIRA, 2016, p. 39).

Estes órgãos governamentais também se consolidariam como instrumentos das classes dominantes. Já que tais recursos estatais foram apropriados pelas oligarquias servindo a interesses particulares. A cada seca- e foram muitas- as pressões dos grupos políticos oligarcas eram cada vez mais fortes para a liberação de mais recursos.

Ao passo que estas grandes obras justificavam suas existências, se consolidavam como uma ferramenta fundamental para a continuidade das relações de reciprocidade características do “compromisso coronelista” (NEIVA, 2000).

No lugar do poder oficialmente atribuído aos coronéis, conforme ocorreu no período Imperial (Guarda Nacional), é do ponto de vista econômico que o Estado passa, então, a assegurar a hegemonia desse grupo. Se, no passado, o poder central chegava, no nível local, materializado na figura do coronel, esse panorama começa a mudar neste século. Com o passar do tempo, a presença institucional do Estado começa a se fazer sentir mesmo nos confins mais distantes do Sertão e isto implica a necessidade de uma reestruturação dos esquemas de legitimação. O poder central assume, então, o papel de “patrocinador” da manutenção de estrutura de poder econômico-social-político local (NEIVA, 2000, p. 17 - 18).

Um dos elementos que mais colaboraram para a piora da conjuntura dos sertanejos atingidos pelos períodos de estiagem no Brasil foi o uso particular, por parte dos grupos políticos locais, de recursos financeiros públicos destinados à construção de açude. A falta de lisura política e o uso privado de verbas destinadas à construção de açudes para suprir a necessidade de água da população dão força à clássica frase sobre o sertão nordestino “o problema do sertão não é a seca, são as cerca” (DIAS, 2019).

No artigo *Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas*, Neves (2001) oferece uma dimensão do problema enfrentado pelos sertanejos do Nordeste, em

especial do Ceará, com a seca de 1932 e relata como o Estado interferiu criando um programa de “auxílio” às vítimas:

Assim, um amplo programa de criação de campos de concentração, em que os retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair, foi implementado com total apoio da Interventoria Federal no Ceará. A fim de prevenir a “afluência tumultuária” de retirantes famintos a Fortaleza, cinco campos localizavam-se nas proximidades das principais vias de acesso à capital, atraindo os agricultores que perdiam suas colheitas e se viam à mercê da caridade pública ou privada. Dois campos menores situavam-se em locais estratégicos de Fortaleza, conectados às estações de trem que traziam os famintos, impedindo que eles circulassem livremente pelos espaços da capital. Uma vez dentro do campo, o retirante era obrigado não só a permanecer nele durante todo o período considerado de seca, mas deveria submeter-se a condições de moradia, relacionamento, trabalho e comportamento regulados pelas normas irredutíveis ditadas pelos dirigentes indicados pelo interventor — prefeitos nomeados e engenheiros do IFOCS. Os campos, portanto, pretendiam impedir a mobilidade física e política dos retirantes através da concessão de rações diárias e de assistência médica. O controle dessa imensa população — o maior campo, na cidade do Crato, chegou a abrigar quase 60 mil pessoas — representou um gigantesco esforço de organização, que tinha seu contraponto nas ações violentas das multidões de retirantes que ameaçavam tomar em suas mãos a resolução de suas aflições (NEVES, 2001, p. 109).

Para Simone Dias (2014) o governo buscou contornar a situação da seca com a criação de frentes de trabalho em várias obras públicas coordenadas pelo IFOCS (em 1945 se transformara em DNOCS) “com a distribuição das famílias nas margens dos açudes públicos e áreas irrigadas dos Postos Agrícolas” (DIAS, 2014, p. 49), o que demonstra visivelmente que fixar as populações circunvizinhas na sua própria região se apresentava como um objetivo determinante na construção de açudes. É neste contexto que o Governo Federal inicia os planejamentos para a construção do açude Cocorobó que por muito tempo seria o maior da Bahia (NEIVA, 2000).

Esses novos contornos serão brevemente expostos, uma vez que a partir desses acontecimentos, o Nordeste entrará em cena como uma região geograficamente definida e as políticas para o seu desenvolvimento se tornaram mais específicas e de fato beneficiarão os nordestinos, mas nem todos (DIAS, 2014, p. 52).

No semiárido nordestino “o clima é tratado como a causa das mazelas sociais e das grandes migrações, pouco se discutindo a estrutura fundiária perversa” (DIAS, 2019, p. 57). A seca analisada somente sob o aspecto climático camufla uma realidade desigual. O

problema social da seca deve ser encarado em correlação ao subdesenvolvimento local e nacional.

Segundo Furtado (2009) “o fenômeno da seca, na forma como se apresenta no Nordeste, é quase único em todo o mundo” (FURTADO, 2009, p. 41) e afirma que mais de meio século de “obras contra as secas”, a açudagem enquanto paliativo, em “nada modificou esse elemento do problema, que, com o crescimento da população, tende a agravar-se dia a dia, ou melhor, de seca em seca” (FURTADO, 2009, p. 43).

É importante realçar que a seca não atinge a todos igualmente. O sertanejo que vive da agricultura de subsistência é o mais vulnerável diante das intempéries deste tipo. “No caso da seca, o impacto concentra-se no segundo mais frágil do sistema: a agricultura de subsistência. As repercussões sociais são, por conseguinte, muito mais profundas”(FURTADO, 2009, p. 87). A leitura da seca não deve decorrer meramente aos fatores climáticos, é necessário, portanto, entendê-la como um produto de um conjunto de relações estabelecidas ao longo dos séculos de povoamento da região (POMPONET, 2009).

Uma estrutura fundiária perversa, geradora de uma miséria/riqueza renitente; e que é estigmatizada pelas elites do Centro-Sul e do litoral do próprio Nordeste. A estrutura fundiária do sertão nordestino estigmatiza o sertanejo até mesmo entre as populações pobres das zonas litorâneas, na medida em que parte delas desenvolve um raciocínio regionalista que hierarquiza os habitantes do seminário não só por sua condição rural, como ocorreu no passado, mas pela pouca significação econômica atual (DIAS, 2014, p. 59).

“As políticas executadas do DNOCS sempre estiveram sob a tutela das elites tradicionais da região” (POMPONET, 2009, p. 58). Desta forma, muitas destas políticas foram aproveitadas por estes grupos sociais “beneficiando propriedades particulares, tinham pouco impacto sobre a população mais carente, que não dispunha de recursos básicos para se beneficiar com essas realizações, muitas vezes de uso exclusivo dos poderosos locais” (POMPONET, 2009, p. 58).

Logo se percebeu que os grandes açudes tinham algumas falhas de funcionalidade social. Não existindo várzeas irrigáveis- pela distribuição de água por gravidade- e a capacidade de atendimento, em termos do número de famílias beneficiadas, era muito limitada (AB´SABER, 2019, p. 82).

3.2 TIRA GENTE PÕE REPRESA DIZ QUE TUDO VAI MUDA

Canudos viveu desde o seu ressurgimento até o início da década de 1950 como centenas de outros povoados dos sertões; esquecida pelo governo da República, portanto, “sem muita vida”. Mas, o destino de Canudos estava selado, ou melhor, escrito em alguns documentos trazidos por um doutor engenheiro – o projeto de uma barragem para represar as águas do Vaza Barris. E como Marc Bloch (2001) alertou “os documentos não surgem aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses” (BLOCH, 2001, p. 83).

Segundo Eldon Canário (2017) em 1953 foram concluídos os estudos e “o DNOCS começou a transferir suas instalações de Canudos, erguendo novo conjunto de prédios e casas nas proximidades do local onde seria construída a barragem” (CANÁRIO, 2017, p. 48). Em 1954 já começaram as desapropriações de casas e roças e, em muitos casos, o dinheiro das indenizações não eram suficientes nem para as despesas das mudanças.

Durante a década de 1950 que começaram as obras de construção da represa que inundaria o vilarejo. Segundo Canário (2017) em pouco tempo Cocorobó ultrapassou Canudos em tamanho e importância;

A partir de então, enquanto Cocorobó crescia, Canudos ia ficando vazia, com sua gente tomando rumos diversos, seguindo para cidades próximas ou distantes, inclusive, para outros estados da União [...] pagando um preço irrisórios [dos imóveis], vergonhoso, justamente porque os donos não sabiam nada a respeito de seus direitos e só pensavam em duas coisas: no dinheiro, de que todos necessitavam, e a esperança de que o açude tirasse a região do atraso (CANÁRIO, 2017, p. 48).

Foram nestas condições que em 1954 tem-se o decreto de desapropriação que levará a utilização daquela área para a construção do açude público de Cocorobó.

Decreto nº 35.483, de 10 de Maio de 1954. Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contr as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Cocorobó", no município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos de ns. 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946. DECRETA: Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno com setenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e seis mil metros quadrados (74.876.000 m²) representada da planta que com êste baixa, devidamente rubricada, necessária à construção do açude público "Cocorobó", no município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Art. 2º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, fica declarada urgência da desapropriação da área de terreno referida no artigo anterior ficando o citado Departamento autorizado a promover e a efetuar a desapropriação. Art. 3º Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1954; 133º da Independência e 66º da República. (BRASIL, 1954).

“Cerca de 60 anos após o término do conflito, o DNOCS iniciou a construção da barragem de Cocorobó, tendo na direção o engenheiro José Cândido Castro Parente Pessoa” (MELLO, 2014, p. 26). Ao longo de mais de uma década de construção do açude houve alterações na “chefia” da obra, os engenheiros-chefes. No livro *Capitão Jagunço* (1982) de Paulo Dantas, jornalista que esteve na construção em 1959, faz referência ao engenheiro José Fernandes Peixoto.

Num alto, em Cocorobó, fica a casa-grande, residência do engenheiro-chefe das obras. Chama-se José Fernandes Peixoto. É moço cearense, nascido no sertão de Quixadá. Veio mesmo disposto a inundar Canudos. Obstinado, enérgico e ditador, o Dr. Peixoto é homem forte em Cocorobó. Não tem tempo para conversas. Movimenta-se com a precisão de um engenheiro operando nas linhas, nos transmissores. Sempre muito ocupado, sabe que tem sobre os ombros pesadas tarefas, muitos problemas e centenas de homens a chefiar em serviço. O Dr. Peixoto acumula funções em Cocorobó: é meio sacerdote, meio prefeito, além de delegado e patrão. Bastante querido pelos operários, sente-se feliz e estimado em Cocorobó. Seu maior desejo é realizar o grande açude [...]. Este engenheiro [...] obcecado pela represa de Cocorobó é a imagem da civilização construtora que penetrou nos sertões (DANTAS, 1982, p. 172 - 173).

Assim, quase setenta anos após o final da guerra de Canudos, o que restou do vilarejo teimoso, renascido dos resquícios dos casebres incendiados em 1897 foi coberto totalmente na construção da represa de Cocorobó. “O açude sepultou mais de 50 anos de uma vivência sertaneja, derivada da experiência de uma cidade destruída que agora precisa ser resgatada” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2002, p.61). A segunda Canudos foi, desta forma, inundada por um lago que se estende por 23 quilômetros¹⁴ e, em uma de suas bordas foi construída a terceira Canudos.

“Renascia das cinzas, Canudos passou a viver, como inúmeras outras localidades sertanejas, em função da terra” (CANÁRIO, 2002, p. 30). Segundo o escritor e

¹⁴ As datas e dados técnicos sobre a construção da barragem do rio Vaza Barris e do açude Cocorobó foram retirados dos sites oficiais publicados sob a responsabilidade das respectivas instituições. Informações no site: www.transportes.gov.br/bit/barragens/cocorobo www.dnocs.gov.br/barragens/bahia/cocorobo.

memorialista canudense Eldon Canário (2017) a segunda Canudos que tinha suas atividades voltadas para “o cultivo da terra, da criação de caprinos e do pequeno comércio” (CANÁRIO, 2017, p. 14) e foi surpreendida com a chegada do DNOCS. Caminhões, maquinaria pesada, e os servidores do DNOCS, alteraram o cotidiano da cidadela (CANÁRIO, 2002).

Os servidores do DNOCS foram recebidos como criaturas superiores [...] possuindo rádio e geladeira, num lugar que só bebia água salobra, tirada das cacimbas do leito seco do Vasa Barris [...]. Suas casas, todas iluminadas por luz elétrica [...] água encanada, enquanto os filhos da terra usavam o mato [...] dois mundos se chocaram [...]. O próprio DNOCS providenciou a construção de modernos prédios, destinados às suas instalações, como a oficina, o depósito e o escritório [...] antes, Canudos se limitava a uma imensa praça, com o barracão (ou mercado) no centro, e a igreja, erguida na extremidade de uma das carreiras das casas, nas proximidade dos rios (CANÁRIO, 2002, p. 32 - 33).

Para Manoel dos Santos Neto (2008) foram incontestáveis algumas melhorias na realidade local e regional decorrentes das obras do DNOCS;

Os adventícios também alteraram o “modus vivendi” pacato e previsível do acanhado distrito [...] o cotidiano era anteriormente preenchido pelas atividades pastoril e agrícola [...], a existência mudou com a atividade assalariada, que agregada à modesta produção doméstica agora tocada por familiares, melhorou a qualidade de vida dos beneficiados (DOS SANTOS NETO, 2008, p. 63).

Paulo Dantas (1982) destaca as modernas edificações do DNOCS, além do maquinário, sendo por estes elementos que “Cocorobó é algo novo nos sertões de Canudos” (DANTAS, 1982, p. 170). O autor de *Capitão Jagunço* (1982) ressalta o bairro residencial dos funcionários do DNOCS, com casas com luz e água encanada, além de outros raros confortos em meio ao sertão historicamente abandonado¹⁵.

Algo de novo nos sertões de Canudos. Seu bairro residencial de funcionários da companhia, com suas casas limpas, com luz e água encanada e até com jardins na frente, lembra Paulo Afonso, outro pequeno paraíso operário, miniatura privilegiada do conforto nordestino, que somente é alcançada por poucas famílias, em meio de milhões de deserdados. Contemplando estas casas, planas e ajardinadas, lembro e denuncio que os bairros residenciais

¹⁵ Lucia Lippi de Oliveira (1998) afirma: “Se uma parte do território nacional, o interior situado no centro-oeste, ganha relevância em termos da atuação do governo federal ao longo dos anos 1940, há outra que permanece lembrada pelo passado, pela penúria, pelo desamparo – o Nordeste. Essa parte do território nacional foi identificada como aquela que sofre a seca. E a seca é apresentada como uma tragédia, sabe-se que vai chegar e não há nada a fazer diante do destino inexorável... As secas nordestinas vem sendo estudadas desde o século XIX e já deram ocasião a várias comissões propondo essa ou aquela solução” (OLIVEIRA, 1998, p. 196).

destes serviços federais são modelos que deviam ser estendidos... a maiores números de nordestinos desempregados. Como estão, apenas atendem aos funcionários das companhias – meia dúzia de felizardos que encontraram emprego e paz social numa terra desolada (DANTAS, 1982, p. 171).

Considere-se que

O DNOCS abrigaria apenas temporariamente nas construções do Interior do Nordeste – diferente de muitas fábricas que possuíam operários fixos em suas vilas num estendido prazo de tempo – uma importante quantidade de técnicos, administradores, engenheiros e operários especializados. Mesmo assim, levando-se em consideração que esses profissionais tinham essa região como lugar atrasado, arredo, governado por costumes incivilizados, o órgão tinha que buscar atrair e manter essa necessária mão de obra difícil de conservar em tempos de estiagem e fora dele. Esses trabalhadores um tanto voláteis poderiam arriscar o andamento das obras, por isso, para evitar esse constrangimento, uma boa estrutura de acomodação deveria ser erguida para fixar principalmente os engenheiros, acostumados ao *modus vivendi* da cidade. Em acréscimo, pode-se pensar num desejo de interferência da administração do órgão sobre a vida de trabalhadores que eram caros e de extrema importância para o funcionamento das obras (FERREIRA, 2016, p. 108).

A República se fazia novamente presente, só que agora a missão era outra, seria a nova “força nacional”.

Agora Cocorobó é uma área de paz e progresso. De trabalho e construção. Está destinada a ser a nova Canudos, já que a velha [...] será inundada pelo projetado açude [...]. A área em pouco tempo cresceu, já possuindo cerca de três mil habitantes, havendo muitas casas e casebres (DANTAS, 1982, p. 170).

O progresso a que Dantas (1982) se refere são as obras do DNOCS realizadas no lugarejo e entorno - aberturas de vias, instalação de rede de comunicação, luz, água encanada etc..

Nos anos quarenta e início da década seguinte, um fato importante começou a diferenciar a vila de Canudos de outras localidades do sertão da Bahia: a presença do Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS. Até essa época, não só a vila de Canudos, integrante do município de Cumbe, como a própria sede do município e outras cidades, vilas, arraiais e povoados viviam em estado de isolamento quase total, excetuando-se apenas as cidades servidas por estradas de ferro, que atingia Juazeiro, no São Francisco. Depois de Serrinha, em plena caatinga, ou Alagoinhas, mais próxima do litoral, nenhuma localidade dispunha de energia elétrica, água encanada, e as estradas eram as chamadas carroçais, por onde trafegavam mais carros de boi do que veículos motorizados (CANÁRIO, 1996, p. 111).

É interessante observar que a própria forma de organização dos açudes públicos fornece indícios de como foi se organizando o cotidiano no espaço social das frentes de serviços, desde os estudos preparatórios à finalização da obra (FERREIRA, 2016).

Rodovias e açudes tornaram-se também centros de “socorros públicos” (FERREIRA, 2016).

Com a estrada surgiram os cassacos. Autóctones e migrantes oriundos de outras regiões e estados. Homens rudes, analfabetos ou semi-analfabetos, afeitos ao trabalho braçal que requer força bruta e considerável resistência física. Veio também o funcionário mais qualificado, com melhores salários e maior poder de aquisitivo. Eram engenheiros, agrimensores, topógrafos, funcionários burocráticos. Novas famílias, novos hábitos. Tal inovação fez expandir o comércio, incrementou a geração de emprego e renda e propiciou melhor qualidade de vida aos moradores do lugarejo. De imediato Canudos passou a contar com serviços antes inexistentes: luz elétrica (a motor), posto de saúde, médico, enfermeiro. A oferta de transporte aumentou, os meios de comunicação foram ampliados, enfim, a vila ganhou nova feição (DOS SANTOS NETO, 2008, p. 60).

O livro *Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos* (2002), também ressalta o impacto da construção da Transnordestina, além de todas as mudanças trazidas pelo, na época, IFOCS, no cotidiano local:

A construção da rodovia Transnordestina, no início da década de 1930, assinala o primeiro impulso desenvolvimentista de Canudos, até então vista por seus ex-moradores como um lugarejo modesto com algumas dezenas de casas. A construção de alojamento provisórios e a vinda de trabalhadores do IFOCS gerou novas demandas e empregos que contribuíram para dinamizar e ampliar a renda, fortalecendo o comércio do lugar [...]. O conjunto de estruturas derivadas da implantação do canteiro provisório (que seria transplantado em definitivo anos depois para Cocorobó, a jusante da barragem) expressa, assim, de imediato, os sintomas de mudança em nível nacional e os reflexos da presença do “estado-novismo” no sertão trazendo em si embutidos princípios e preceitos capitalistas de organização social e espacial (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2002, p. 122 - 123).

Após a conclusão da Transnordestina, o DNOCS foi substituído pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER). Não sendo mais responsável pela conservação da Transnordestina, o DNOCS “voltou suas atenções para a construções de açudes” (CANÁRIO, 2002, p. 41). A Sudene passa a ter papel central no controle do DNOCS.

As diretrizes da SUDENE sofreram intensas modificações com o golpe militar, sobretudo no que se refere à diminuição do seu poder institucional. A entidade foi concebida para ter um caráter desenvolvimentista e reformista, a

partir de 1964 o caráter reformista passa ter cada vez menos espaço. A partir de então as perspectivas de solução dos problemas nordestinos estava se distanciando, nesse cenário a SUDENE passou a assumir o papel de agência de reforço à expansão oligopolista sobre o Nordeste brasileiro. Nos planos elaborados pela SUDENE antes do governo militar o objetivo maior da política regional era a redução das desigualdades regionais e a promoção de um crescimento nacional equilibrados, na gestão dos militares a questão da redução das desigualdades regionais é posta de lado, e o desenvolvimento regional torna-se um elemento na estratégia global do desenvolvimento em si, que visa acima de tudo, à expansão do mercado interno (DIAS, 2014, p. 62).

Para Borzacchiello da Silva (2009), a SUDENE deu uma nova interpretação ao nordeste, que se sustentava a partir de uma leitura atenta da realidade social nordestina, que tentava “atender as demandas de todos os estados conforme sua formação econômica. A natureza com todo o seu potencial foi estudada e cartografada. As relações, entrecruzamentos foram discutidos. A sociedade foi levada em conta” (BORZACCHIELLO DA SILVA, 2009, p. 27).

Segundo o próprio Celso Furtado (2009) o golpe militar de 1964 atingiu em cheio o nordeste, e de forma ainda mais certa os movimentos sociais encabeçados pela SUDENE, Igreja Católica e Ligas Camponesas que, segundo ele, “apontavam para outra direção. Tudo isso foi destruído” (FURTADO, 2009, p. 19). Nesta região do Brasil historicamente marcada por um abandono e conseqüentemente um maior “atraso social, as conseqüências do golpe foram mais graves” (FURTADO, 2009, p.19).

Assim, entre avanços e recuos da política brasileira, as obras do açude demoraram a se efetuar. “Projetado há mais de sete anos, vem este histórico açude se arrastando” (DANTAS, 1982, p. 170).

De acordo com Neiva (2000) a atuação do Estado, de uma maneira geral, no combate à miséria na região, quando houve, foram pontuais e por vezes “se perderam no tempo, por falta de continuidade, após a cada eleição [...] cada novo programa oficial [...] é construído sobre as ruínas de todos que o antecederam” (NEIVA, 2000, p. 11).

Em 1945, deposto pelos militares, chegaria ao seu término o primeiro e longo mandato de Getúlio Vargas. Quanto ao açude, ao que parece, andara apenas do círculo vicioso da promessa para os escaninhos oficiais (DOS SANTOS NETO, 2008, p. 58).

Houve inclusive a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades verificadas na aplicação de verbas do DNOCS, destinadas à construção do açude de Cocorobó. Como consta na resolução da Câmara dos Deputados nº 48, de 1963;

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Os Deputados abaixo assinados, de acôrdo com os arts. 32 do Regimento Interno e 53 da Constituição Federal, vêm requerer a Vossa Excelência a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades verificadas na aplicação das verbas do 4º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), sediado na Bahia, destinadas à construção do Açude de Cocorobó, Município de Euclides da Cunha, às obras de abastecimento de água de Uauá e a outras obras em Riachão do Jacuípe, Jacobina, Saúde, Nova Saúde e outros municípios baianos, inclusive fornecimento de água nesses e em outros municípios. A Comissão constituir-se-á de sete membros, disporá de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas indispensáveis ao seu cabal funcionamento e terá a duração de seis meses.

Sala das Sessões, ... novembro de 1963 (BRASIL, 1963).

A construção da barragem ficou por um tempo significativo inacabada, abandonada, assim como em qualquer outra área da vida social, como educação, saúde. Uma ausência por completo da figura do Estado (CANÁRIO, 2002). “Não se tinha ideia de quando seria concluída a barragem. Não havia de quem se cobrar, muito menos de quem pudesse cobrar o andamento das obras” (CANÁRIO, 2002, p. 50).

Assim sendo, as obras passaram por um processo longo, lento e com muitas interrupções, sendo concluídas totalmente durante a ditadura militar.

Um fato significativo, porém, não deve passar despercebido: as obras do açude de Cocorobó, iniciadas em 1952, arrastaram-se no tempo, consumindo verbas do erário público, sem que ninguém se preocupasse em estabelecer e cumprir prazos [...]. Em meio a esse marasmo administrativo, um importante acontecimento político mudou os destinos do País. As Forças Armadas, encabeçadas pelo Exército e apoiadas pela classe média conservadora, que temia as reformas encaminhadas pelo presidente Goulart, dispuseram o chefe de Governo e assumiram o poder, no bojo de um golpe, deflagrado em 31 de março de 1964. O que poderia significar, para Canudos, essa brusca mudança de rumos na política brasileira? Que interesse poderia causar aos novos governantes um lugar perdido na imensidão do Nordeste esquecido? [...]. No entanto, desta vez, como num passe de mágica, o governo militar locou verbas para a Comissão do Cocorobó e, já em 1967, foram concluídas as obras do açude (CANÁRIO, 2002, p. 56 - 57).

Desta forma, a ditadura militar acelerou a conclusão do açude de Cocorobó. Sendo o açude prometido nos anos 40, e as obras apenas iniciadas em 1951 e só efetivamente finalizadas em 1968, após realizadas as correções das falhas apresentadas (CANÁRIO, 2002). Já que em 1967 a obra era anunciada como concluída, mas, o açude foi “terminado” com tanta rapidez, que não suportou a primeira enchente e a barragem começou a rachar (CANÁRIO, 2002).

A construção que vinha se arrastando desde a década de 1940, foi planejada durante o governo Getúlio Vargas e concretizada pela ditadura militar, mais precisamente três meses após o decreto do AI-5. Portanto, foi no decorrer do período ditatorial que a barragem de Cocorobó teve a sua guinada.

A construção do açude foi um processo longo e com muitas interrupções. Iniciados os estudos no governo do General Dutra (1946-50), definido o local no segundo governo Vargas (51-54), a obra somente foi concluída em plena Ditadura Militar, em Março de 1969, três meses após da decretação do AI-5 (OLAVO, 1989, p. 20).

Os militares que assumiram o poder através do golpe de 1964 encontraram o projeto do açude em andamento e aceleraram sua construção. As chuvas torrenciais de março de 1969 anteciparam o alagamento da segunda Canudos. “O forte misticismo da população canudense se fez presente nas chuvas torrenciais do mês de março de 1969, antecipando inundação da vila de Canudos, prevista para o ano vindouro” (SÁ, 2006, p. 208).

No contexto da época, a “lógica militar”, por extensão, era a lógica dos políticos conservadores nordestinos, entusiastas da quartelada de 1º de abril. E, a exemplo dos decênios anteriores, a missão do DNOCS era perpetuar o passado perverso em que açudes construídos com recursos particulares. O retrocesso do DNOCS e da política de convivência com as secas, apenas esboçada com a criação da SUDENE, ficou visível com a seca de 1970 e, mais ainda, com a grande estiagem do quadriênio 1979-1983 (POMPONET, 2009, p. 63).

3.3 O SERTÃO VAI VIRAR MAR

A região de Canudos encontra-se no Polígono das Secas, área marcada pelo baixo índice pluviométrico, que intensificado pelas altas médias térmicas contribui para a grande evaporação (cerca de 92% das precipitações), a qual, acrescentada à grande irregularidade na distribuição das chuvas, ajuda a elucidar semiaridez da região.

Por essas condições a água passa a ser um imperativo de sobrevivência e quando existe a possibilidade de qualquer forma de oferta permanente de água, pode ser visto, pelo povo sertanejo, como um alento, uma forma de esperança.

Obviamente, são indiscutíveis os benefícios que a água pode trazer para o sertão, porém, o impacto causado pelo surgimento do espelho, encobrendo terras férteis, obstruindo caminhos e estradas centenárias, modificando e ampliando distâncias, intervindo em relações a posse de terra, sugere uma carga de impacto bastante densa, sem que o tema tenha sido ainda alvo de

estudos sistemáticos, tal qual se passou a empreender nas décadas seguintes com as medidas ambientais. Estruturas cadastradas ao longo da margem exposta do Parque, indicam a diminuição progressiva das ocupações nos últimos 20 anos, processo em fase de reversão na última década (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2002, p. 61).

Este espaço geográfico foi historicamente castigado por longas e cíclicas estiagens, demandando por consequência a adoção de políticas públicas para combater tal fenômeno, todavia, as autoridades, desde o Império, jamais trataram realmente do assunto como prioridade governamental (DIAS, 2014).

A SUDENE teve até a ditadura militar, um papel importante no combate às mazelas sociais e econômicas no Nordeste, como foi dito anteriormente. Porém, com o golpe militar, as diretrizes da SUDENE foram modificadas (DIAS, 2014). Até 1964, a SUDENE se empenhava na solução dos problemas nordestinos, com o objetivo maior de reduzir as desigualdades e tornar o crescimento nacional mais equilibrado. Após o golpe militar, a SUDENE se transforma em uma expansão oligopolista sobre o Nordeste, fundada numa visão empresarial no campo. Neste período, houve um retorno às providências para possíveis “soluções” (DIAS, 2014). Comum durante o Estado Novo, as soluções eram pautadas na liberação de recursos para a construção de estradas e açudes e o fortalecimento da agricultura, na região, tinha como objetivo torná-la resistente à seca.

Após o golpe militar de 1964 as esperanças de um desenvolvimento equilibrado em termos intrarregionais, objetivo primeiro da SUDENE, se acabaram. “O órgão permaneceu realizando obras em propriedades particulares, principalmente nas de quem tinha assento no Congresso Nacional” (POMPONET, 2009, p. 62).

Desta forma, os açudes do nordeste semiárido feitos principalmente para o abastecimento das populações e rebanhos são subutilizados. “Registra-se anualmente perda por evaporação da água dos açudes, que representam uma lâmina média de 3m” (NEIVA, 2000, p. 22). A construção de Cocorobó é criticada pelos geógrafos Tricart e Silva (1958), que propõem obras menores e mais submersas para evitar a imensa evaporação que se constituiu em um grande problema para a região do polígono das secas.

O sertão do semiárido precisa de políticas, para além de barragens, que priorizem não o armazenamento de água, mas sim o uso democrático do acesso à água. A implantação de cisternas, micro reservatórios, nas próprias casas e propriedade das famílias, com tecnologias que evitam a evaporação, pode representar uma saída, desde que se observe com afinco a realidade local. A maioria da população pobre não tem contato com os benefícios

destas grandes obras, pelo contrário, estas vastas construções são, muitas vezes, danosas para a população local.

Salienta-se ainda, dentro do quadro geral do crescimento da irrigação privada no Nordeste, que a pequena irrigação com base em açudes e água subterrânea de aluviões desponta como uma das alternativas mais promissoras (NEIVA, 2000, p. 23).

Canário (2002) revela que estudos mais recentes do EMBRAPA registraram um perímetro irrigado “cerca de 8 mil hectares [...] constituídos de aluviões argilosos [...], de fertilidades média e alta, patrimônio natural de grande valor produtivo, se utilizado dentro de sua vocação agrícola” (CANÁRIO, 2002, p. 66). Pelas condições de existência, portanto, era, no mínimo, necessário traçar projetos que não afetassem esta população, que ficou conhecida por resistir às mais variadas adversidades, como a seca, a miséria, o exército e por último às águas salobras do Vaza Barris.

O tempo se encarregou de provar que a solução do problema não era o açude, já que a miséria persiste em toda a região, sem que haja a mínima perspectiva de desenvolvimento, por mais incipiente que seja. O projeto de construir uma barragem em Cocorobó, com o objetivo de viver em fartura, fracassou totalmente, desiludindo por completo seus habitantes (CANÁRIO, 2002, p. 66).

O engenheiro Flávio Miguez de Mello (2014) em seu livro *Epsódios de engenharia (e da política) no Brasil*, traz à tona casos que remontam desde o segundo reinado até os dias atuais e oferece indicativos para compreender como o sistema político do país muitas vezes colocou em risco projetos importantes de engenharia. E sobre a construção do açude Cocorobó ele destaca as políticas desenvolvimentistas e o local de sua feitoria.

Os anos 1950 assistiram a grande atividade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) na construção de açudes no Nordeste visando ao combate aos efeitos das secas. Um desses açudes foi projetado para ser implantado no rio Vaza Barris, em local apropriado para construção de barragem fechando um vale em local de ombreiras mais próximas entre si para a implantação de um açude denominado Cocorobó, que submergiu sob 246 milhões de metros cúbicos de água o local da vila de Belo Monte onde milhares de pessoas compartilharam terra, água e comida, sob a liderança de Antônio Conselheiro (MELLO, 2014, p. 24, grifo meu).

Os estudos mais específicos sobre a localização do eixo da barragem, apontaram que a cela topográfica encontrada no local que foi cenário tanto para a primeira,

quanto a segunda Canudos, era a mais ideal, ou seja, era a área com melhor acúmulo de águas em momentos de chuvas. Importante lembrar que técnica e política sempre estiveram de mãos dadas na história deste país, e não seria no açude Cocorobó que elas iriam divorciar.

A localização de um açude com tal dimensão (243 milhões de m³ de água) em uma área de tal importância certamente não foi definida em mesa de botequim, numa ruela empoeirada do entroncamento de Bendegó. Por não ser um episódio menor na vida política do País, a segunda Canudos não pode ser entendida como um acontecimento isolado, fruto da “viabilidade técnica”, e sim como mais um ato de expressão da política de total e absoluto desprezo das elites para com a memória popular, desprezo este manifestado em muitos outros momentos da história do Brasil (NEIVA, 2000, p. 100).

Mas quais sejam as razões técnicas que justifiquem a construção da barragem naquele lugar, elas se tornam inaceitáveis, já que Canudos é um patrimônio da cultura e da memória brasileira. Pelo seu significado político e social, suas ruínas foram reconhecidas como patrimônio cultural material porque reúnem além de um conjunto de objetos arqueológicos e paisagísticos, práticas e representações de uma sociedade que simbolizou, pelo tempo de suas forças de resistência, a luta do povo. “Será que a represa precisaria ser justamente ali, fazendo submergir um lugar histórico como aquele?” (TOLEDO, 2002, p. 101).

De acordo com Neiva (2000) houve um mau dimensionamento do projeto de construção do açude Cocorobó. O autor enumera vários fatores que justificam a barragem como um “equivoco” (NEIVA, 2000, p. 3), e a localização é um deles, já que “não permitiu o aproveitamento de áreas significativas para incorporar um maior número de famílias, bem como a utilização de áreas com solos inaptos para a irrigação” (NEIVA, 2000, p. 6).

Horácio Pinheiro Monteiro (2009) técnico do DNOCS e ex-diretor regional do estado da Bahia, em um texto seu denominado *Cocorobó: uma barragem projetada para reacender as esperanças no futuro ou apagar o passado?*, expõe enquanto membro da entidade a justificativa do DNOCS, no qual atribui a falta alternativas que a geografia local impunha como determinante para a escolha do local do açude.

Muitas vezes é questionado a existência de outros locais onde a Barragem de Cocorobó poderia ser construída, sem submergir Canudos. Paradoxalmente, está na falta de opções impostas pelo meio físico, naquele trecho de vale, a justificativa mais contundente para o DNOCS ter selecionado o eixo onde foi implantada a Obra (MONTEIRO, 2009, p. 381).

A escolha do local foi fundamentada, ainda de acordo com o DNOCS, em aspectos do relevo local. A decisão teria sido tomada pelos próprios engenheiros do

departamento, e o formato da sela topográfica, ou seja, uma superfície plana entre duas montanhas, teria sido determinante.

O livro *A História das Barragens no Brasil - Séculos XIX, XX e XXI - 50 Anos do Comitê Brasileiro de Barragens*, também de Flávio Miguez de Mello (2011), versa sobre o processo de implantação desse tipo de obra. Neste livro sobre o Comitê Brasileiro de Barragens, fundado em 1961, e com atuação relevante até os dias atuais, apresenta apontamentos técnicos, além da exposição das duas correntes que interpretam a construção do açude de Cocorobó;

Os estudos do DNOCS indicaram o boqueirão Cocorobó como o sítio mais indicado para a construção da barragem. Na época, em nenhum momento foi cogitado que o sítio selecionado iria submergir o que havia restado de Belo Monte, incontestavelmente de elevado valor histórico. Principalmente após a construção, a seleção do local foi questionada por diversos pesquisadores e historiadores, havendo duas correntes distintas: a primeira acusa o governo federal de tentar apagar da memória nacional o triste incidente de Canudos, escondendo sob as águas a participação do Exército no conflito. A segunda defende a idéia de que o boqueirão era o local mais apropriado para a implantação do açude. Mesmo no local selecionado, o volume d'água acumulado pelo açude não é suficiente para atender a exploração de todo potencial de solo agricultável a jusante, como ficou evidenciado nas estiagens ocorridas entre 1994 e 2000 quando as demandas fizeram com que o espelho d'água atingisse níveis muito baixos, aparecendo as antigas construções, principalmente a parte superior da igreja de Antônio Conselheiro bombardeada por canhões do Exército (MELLO, 2011, p. 85).

Assim, a segunda vertente interpretativa, a técnica, se apoia nestes tipos de estudos para tentar demonstrar a necessidade de barrar o rio Vaza Barris (localizado entre Canudos e Euclides da Cunha), justamente na área em que se deu a guerra. Ou seja, confirma que seria o local mais apropriado. Contudo, Mello (2011) destaca o depoimento do diretor geral do DNOCS, no início da construção do açude, José Cândido Castro Parente Pessoa, citado anteriormente, que constrói indagações sobre os motivos do alagamento naquela localidade;

depoimento do diretor geral do DNOCS no início da construção da barragem [...] justifica a interpretação de que a barragem teria sido construída para afogar a memória da Guerra de Canudos concluída em 5 de outubro de 1897. Era mesmo tentador tentar apagar qualquer registro do massacre dos habitantes de Belo Monte. Ao final da guerra, mesmo aqueles que se renderam com a promessa de não serem mortos, homens, mulheres e crianças foram cruelmente degolados pelas tropas do Exército sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães no incidente conhecido por gravata vermelha. Segundo o engenheiro Euclides da Cunha que esteve no teatro da guerra, “aquela campanha (do Exército) foi o maior crime praticado em território brasileiro” (MELLO, 2011, p. 86).

A declaração do ex-diretor do DNOCS José Cândido Castro Parente Pessoa corrobora a vertente tradicionalista, que entende que a barragem de Cocorobó “jamais deveria ter sido construída, e que seus responsáveis, por ignorância, ou mesmo de propósito, cometeram um crime irreparável contra a Memória Nacional” (CANÁRIO, 2002, p. 68).

Outro relato de um ex engenheiro do DNOCS vai ficar famoso pelas páginas do livro *Capitão Jagunço* (1982), de Paulo Dantas. O já mencionado Dr. José Fernandes Peixoto é exato quando abordado pelo próprio autor sobre a “inundação de Canudos, lugar histórico” (DANTAS, 1982, p. 172):

- Isto é conversa de poetas. O que esta região precisa é de água. A tradição é muito bonita, mas não mata a sede, nem a fome de ninguém...
E em pleno delírio do entusiasmo: - Se correr bem, espero em junho de 1960 soltar as águas e inundar Canudos, Cocorobó será o maior açude da Bahia, com a capacidade para dois milhões e quarenta e cinco mil litros d'água. [...]
- Mas, doutor, e o feito heróico de nossa gente, a brava gente que combateu duros combates? Não existia outro lugar para este açude? - Tudo já foi planejado. A condição topográfica era excelente. Trarei para Cocorobó o cruzeiro, e o monumento do canhão. Já tenho a planta e lugar para colocá-los. Olho bem para o engenheiro: é o novo que se ergue contra o velho. Como o nordeste, Canudos está cansado e já tirou o seu curso completo de misérias. Deseja a redenção das águas e do progresso. Tem direito e necessita urgente deste açude. E mesmo a tradição pode ser móvel (DANTAS, 1982, p. 172 - 173).

Nem mesmo os estudos técnicos são unânimes quanto a localização mais ideal para a construção. Canário (2002) se apoia nas argumentações de um especialista reconhecido em assuntos hídricos, o engenheiro e ex-diretor do DNOCS Manoel Bonfim Ribeiro, para defender que foi não apenas um equívoco, como também uma ação deliberada de se apagar os registros de um “local que fora palco de sangrentas batalhas, numa guerra sem sentido, onde o Exército nacional despejou todo o seu poder para arrasar a fortaleza sagrada” (CANÁRIO, 2002, p. 43).

Autoridade em assuntos hídricos e reconhecido, inclusive, por organismo internacionais, como OEA e UNESCO, o engenheiro Manoel Bonfim Ribeiro, ex- diretor do DNOCS, tem posição clara a respeito da construção do açude, no Nordeste, principalmente para a finalidade de irrigação, cujos resultados são mínimos, se considerada a área irrigada de apenas 2% (dois por cento), bastante reduzida, a intensa salinização e, principalmente, a evaporação (CANÁRIO, 2002, p. 48).

É fundamental para uma análise como esta, também considerar “o total despreparo dos técnicos do governo e a falta de pesquisas, nas universidades brasileiras, no

momento trágico em que se optou pela construção do açude de Cocorobó” (CANÁRIO, 2002, p. 48 - 49). Pode-se dizer que “uma consequência notável disto está no fato das obras das DNOCS não considerarem as especificidades locais, eram “idealizadas à distância, nunca levaram em conta as experiências locais”¹⁶(CANÁRIO, 2002, p. 59).

O problema da salinização, por exemplo, ocorrido em quase todos os açudes construídos pelo DNOCS, no semiárido, não poderia ser ignorado. Os conhecimentos técnicos e científicos, já acumulados à época, permitiam saber que Cocorobó não seria exceção.

Não se sabe se por incompetência ou por falta de vontade política, o açude que inundou Canudos permanece, até os dias atuais, utilizado de modo precário ou indevido como se os objetivos a serem alcançados, como a construção da barragem de Cocorobó, fossem outros, que não tirar a região do atraso (CANÁRIO, 2002, p. 59).

Maria Isaúra Pereira de Queiroz (1972), analisou a sociabilidade, a cultura e a estrutura social dos camponeses no Brasil, portanto, logrou avaliar o lugar dessa camada no interior da sociedade brasileira em suas pesquisas. E para tanto debruçou sobre a realidade nacional, dando ênfase, justamente, às singularidades sociais e políticas no país (REZENDE, 2007b). Singularidades estas que estavam “ausentes” nos projetos do DNOCS, já que o descaso e o desinteresse foram fatores fundamentais para o desconhecimento da realidade, o que, inclusive, contribuiu sobremaneira para “os equívocos e fracassos de muitas políticas direcionadas para a região” (NEIVA, 2000, p. 2).

Importante salientar que tipo estudo realizado por Queiroz (1972) reconhece uma determinada comunidade rural, tradicional, que assim como Canudos, possui ligação direta com a sociedade brasileira, ou seja, ela considera necessário buscar as relações estabelecidas entre este tipo de vida social e outros grupos sociais. Portanto, é fundamental a identificação de um modo específico de organização social. “Cada comunidade tem as suas especificidades, sua história, algumas centenárias” (DIAS, 2014, p. 24).

Para a socióloga, para que haja a mudança social é fundamental o reconhecimento dos setores mais abrangentes da estrutura social; mas, associado a isso, a “necessidade [...] de conhecer a posição das camadas e dos grupos sociais numa estratificação

¹⁶ A necessidade de um programa específico para o semiárido estava presente em estudos feito pela SUDENE desde 1974. O estudo realizado pela SUDENE, denominado II Plano Nacional de Desenvolvimento – Programa de Ação do Governo para o Nordeste, 1975-1979, elaborado em 1974, apresentava essa demanda, bem como o documento produzido entre 1956-59, já apresentava o anseio de fortalecimento da economia do semiárido. PIMES, op. cit. 1981, p. 217.

socioeconômica e política, a fim de compreender, em profundidade, a ação deles" (QUEIROZ, 1978, p. 10).

O intuito estatal pode até ter sido de levar o progresso econômico a Canudos através desta grande obra, mas fracassou por não levar em conta as singularidades locais. Esta “apuração diagnóstica” pode tornar possível a busca por soluções próprias para seus problemas específicos.

Tanto nos anos normais como nos períodos de seca, através “de tecnologias apropriadas, ao mesmo tempo mais simples e mais baratas, para que as próprias famílias construam - e aproveitem - uma combinação de mananciais diversos, incluindo mananciais subterrâneos protegidos contra a evaporação” (ASSUNÇÃO; LIVINGSTONE, 1993, p. 446).

Durante algumas décadas no Brasil, havia uma expectativa, do ponto de vista político, daqueles que pensariam a industrialização, de que o Brasil se transformaria, cada vez mais, em um país urbano, industrial. Portanto, uma ideia de um Brasil moderno, no qual, os povos tradicionais deveriam desaparecer, pois neste processo de transformação não haveria lugar aos povos tradicionais e desta forma, estaria em curso um processo de homogeneização. Esta é uma típica perspectiva fundada na evolução histórica, faseológica.

Maria Isaúra Pereira de Queiroz (1963) questiona a modernização que defende o processo de homogeneização social que levaria à abolição de várias especificidades (locais, regionais, nacionais). A homogeneização do sertão destrincharia suas particularidades, o semiárido nordestino não é homogêneo e, portanto, não tem soluções únicas, como as aplicadas pelo DNOCS. Ao articular o global e as particularidades microrregionais torna-se possível se pensar a falta de desenvolvimento social do sertão e de Canudos.

O próprio Euclides da Cunha (1985) já adiantava esta discussão sobre a necessidade de se entender o Brasil do interior e suas singularidades. Para ele, os sertanejos têm suas vivências fundadas em características próprias, que são decorrentes tanto da situação física (clima, vegetação) quanto da situação social (miséria, abandono). Desta forma, o tipo de vivência do sertanejo produzia, para Euclides da Cunha, atitudes e comportamentos, como a entrega do povo sertanejo ao misticismo e credices.

Ao analisar Canudos dentro da sociedade brasileira da época que a obra foi articulada, portanto, entre 1940 a 1969, quando finalmente foi finalizada, é indispensável vincular a vila canudense à política do período. Não só os dois ciclos ditatoriais, como também momentos de postura mais desenvolvimentista, que ousou demonstrar a possibilidade da convivência com a seca e não o caro combate a ela. A política de combate, na ocasião,

direcionava suas forças “ao desenvolvimento regional, uma equipe composta por profissionais atuantes e preocupados em construir um outro nordeste” (SILVA, 2009, p. 27), e principalmente à “espinha dorsal” da elite latifundiária¹⁷ que tradicionalmente se apropriou dos recursos da chamada solução hidráulica, tão difundida naqueles tempos.

Assim, a destruição da segunda Canudos está permeada por um contexto histórico em que prioriza a construção de açudes como forma de controle migratório, já que é um modo temporário de permanência do sertanejo na sua terra natal. Para tanto, o trabalhador de costumes enraizados ao sertão vai ser transformado em um operário apto a um tipo de trabalho que segue a lógica de uma razão instrumental mais racionalizada que o seu habitual. Enquanto as elites locais sorriam pelos serviços e recursos públicos das grandes construções, que se utilizavam em benefícios próprios, o Estado brasileiro mostrava que não estava parado em relação a seca e conseguindo a proeza de “mudar” e ficar inalterada aquela realidade social.

Por mais que a construção do açude Cocorobó esteja num contexto que era via de regra este tipo de obra, Canudos era um vilarejo com uma população em torno de 700 habitantes¹⁸, o que representa para os “critérios” das construções uma população muito inexpressiva pois a política de grandes obras de engenharia se direcionava aos maiores aglomerados humanos, onde o êxodo local seria maior.

A decisão, portanto, [...] liberar créditos especiais para intensificação, ampliação e antecipação de obras ocupando todos que procurassem “os escritórios do DNOCS e do DNER”, especialmente “onde maior fosse” a “aglomeração”, “em obras tão próximas quanto possível” dos seus locais de moradia, “a fim de evitar o êxodo (FERREIRA, 2016, p. 39).

Se a água fosse o problema, naquele sertão de Canudos, o açude era para ter sido a salvação? No artigo intitulado *Desenvolvimento inadequado: construção de açudes e secas no sertão do nordeste* (1993) de Luiz Assunção e Ian Livingstone, publicado pela revista Brasileira de Economia, faz uma análise profunda, do ponto de vista da economia, acerca da experiência de investimento em água em larga escala no nordeste brasileiro. Segundo os autores, esta experiência oferece um excepcional exemplo da adoção persistente de critérios de engenharia à custa de considerações econômicas.

¹⁷ “O desnudamento da realidade nordestina, incomodou muitos políticos que faziam da miséria, excelente mercadoria eleitoral. Os estudos e projetos trouxeram à tona, cenas de um cotidiano novo para o chamado ‘Sul maravilha’ e antigo para milhões de nordestinos em suas grotas no sertão profundo. Espaços rurais diferenciados no sertão, no agreste, no litoral foram revelados” (SILVA, 2009, p. 28).

¹⁸ Este dado é do censo do IBGE de 1953, foi encontrado na biblioteca do CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil). A biblioteca tem restrições a máquinas fotográficas e outras tecnologias.

Em particular, tem havido uma preocupação simplista como fornecimento técnico de água armazenada e uma omissão em apreciar a diferença entre essa maneira de ver e uma oferta efetiva de água, distribuída a pontos específicos, no tempo e no espaço, da forma como é requerida pelos consumidores. Uma análise econômica precisa levar em consideração os custos de armazenamento (transferência no tempo) e os de transporte (transferência no espaço), e que as necessidades de armazenamento e as exigências de distribuição devem ser avaliadas separadamente para cada tipo mais importante de utilização, ou seja, irrigação de culturas, pecuária e consumo humano (ASSUNÇÃO; LIVINGSTONE, 1993, p. 445 - 446).

Os autores apresentam dois tipos de argumentos, no qual defendem que os grandes açudes públicos não se consolidaram como em estratégia eficaz para combater às adversidades provocadas pela seca no nordeste brasileiro:

Argumento referente ao uso efetivo dos açudes para finalidades que seriam de esperar deles; argumento relativo ao modo como o povo e as autoridades locais têm resolvido os seus próprios problemas com relação à adoção de tecnologias apropriadas à oferta de água para enfrentar os períodos de seca (ASSUNÇÃO; LIVINGSTONE, 1993, p. 426).

Quando a obra foi finalizada, o açude de Cocorobó era o segundo maior açude do Brasil, ficando atrás apenas do açude de Orós, no Ceará. Poderia beneficiar vinte e dois municípios e irrigar cinco mil hectares. Porém, não abastece nem todas as comunidades de Canudos e a irrigação por conta dos elevados custos e o pouco conhecimento na técnica é pouco significativa (NEIVA, 2000).

O Plano de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Canudos de 2009 se atenta às consequências pouco efetivas do açude de Cocorobó;

Apesar de possuir um açude com capacidade de acumulação 245 milhões de m³ de água e uma área irrigável de aproximadamente de 3.000 ha, o município detém um dos piores índices de desenvolvimento humano do país, evidenciando duas Canudos: uma irrigada e outra altamente seca e carente (PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CANUDOS, 2009, p. 15).

Desta forma, o episódio de Canudos não se encerra com o fim do massacre, muito menos permaneceu esquecido no ermo sertão da Bahia. Destruir o povoado, queimar os casebres, degolar os prisioneiros, não foi suficiente, era necessário sepultar “os fantasmas de denúncias de tanto horror” (SOUZA, 2002, p. 32).

Quais os critérios que fizeram o governo escolher Cocorobó, que era “*um dos projetos*” e conseqüentemente rejeitar as outras opções? Algumas opiniões falam que houve uma “opção técnica, mas essa formulação nos parece falsa. Na decisão de construir um açude, não somente “aspectos técnicos” (clima, topografia, vazão de água, impacto ambiental, extensão do espelho d’água, área beneficiada, etc.) devem ser levadas em conta. Dois dos critérios mais relevantes para uma tomada de decisão são: a presença de povoações e a importância histórica da área a ser inundada. Se os “estudos técnicos”, que foram feitos acerca da localização do açude, desprezam o fator histórico ou subestimaram a importância de Canudos é uma prova evidente de que não existe a tão propalada “neutralidade técnica”. E as elites filtram e utilizam as “opções técnicas”, de acordo com os seus interesses (OLAVO, 1989, p. 21).

O açude, que teve seu início no Governo Dutra (1946-1950), ainda na forma de projeto, e efetivado no Governo Vargas (1951-1954), somente foi concretizado em 1969, represando as águas do rio Vaza-Barris.

Porém, condicionantes, na época, levaram a uma brusca interrupção do projeto, afastando as possibilidades de continuidade, sobretudo da manutenção da equipe no campo, restando-nos fazer as malas e retornar a Salvador, redigindo os relatórios pertinentes, sendo-lhes conferidos, após, o triste local das prateleiras e o esquecimento (ZANETTINI, 1996, p. 170).

De acordo com Euclides da Cunha (1985), na tentativa de esmagamento dos revoltosos foram utilizados 600 fuzis Mannlicher, 6 mil sabres, 12 mil braços, 12 mil coturnos, 6 mil revólveres, 20 canhões e milhares de granadas. Além dos degolamentos, incêndios e cem dias de canhoneio contínuo. Isto mostra o medo dos setores preponderantes de que Canudos ficasse na memória.

Mentiras sinceras são, afinal, racionais? A domesticação do messianismo na aliança positivista entre as leis do mercado, as armas do Estado e as imagens da mídia garantiria, enfim, a conclusão de nosso processo civilizatório? Mas a história humana tem sugerido, até exaustivamente, que tal iluminismo acachapante reintroduz a loucura e a barbárie ali onde menos esperadas. Contrato dos mais perversos esse, em que os donos da pretensa razão modernizadora e progressista podem eleger a grande fábrica de mentiras como única patente confiável para se governar os irracionais. Mentiras assim: espontâneas, cometidas por instinto de racionalidade ou por razão do Estado. Talvez por excesso de camaradagem aos aliados ou patrões. Por apego à sociedade dos homens razoáveis. À loucura da normalidade e ao jogo paranoico do poder. Pequenos assassinatos inconfessáveis da memória: racionalmente mentirosos (HARDMAN, 1998, p. 128 - 129).

O processo civilizatório imaginado pelos republicanos teria que ser imposto sobre a “irracionalidade” dos jagunços fanáticos, ainda que fosse à custa de um extermínio. Nesse caso, tal como em outros movimentos de contestação político-religiosos, a morte e a

violência seriam o meio de recuperação da “ordem” e do “progresso”, destinando-se à “cultura brasileira” apenas a função de “apagamento de rastros” no dizer de Francisco Foot Hardman (1998). “A violência, como a morte, tem a última das palavras, o silêncio” (HARDMAN, 1998, p. 14).

Para Hardman (1998) falar de Canudos cento e vinte anos depois é falar sobre algumas permanências na história do Brasil. “Canudos marca um feito raro na memória da terra contra o poder do Estado e das efemérides oficiais instituídas pelo regime republicano” (HARDMAN, 1998, p. 179). Para ele, um traço de permanência é o da violência preponderante nas relações sociais do Estado com os despossuídos, na forma da exclusão social, desigualdade, imposição da modernização. “Violências antigas e modernas no processo civilizatório brasileiro, tanto em suas práticas quanto em representações ideológicas e simbólicas” (HARDMAN, 1998, p. 20).

4 A PELEJA DAS LEMBRANÇAS: A BUSCA PELA MEMÓRIA

A partir do estudo da memória coletiva, que é socialmente construída (HALBWACHS, 2006), foi rastreada as “reminiscências históricas”, ou seja, o que se mantém na memória, mesmo que de forma quase apagada, fragmentada nos habitantes da antiga Belo Monte. O ato de relembrar é (re)construir o tempo (BOSI, 2012), os enredos, as situações, e no caso específico desta pesquisa, as destruições de Canudos.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado "tal como foi"[...]. A lembrança é uma imagem construída pelo materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 2012, p. 55).

A memória é, antes de tudo, um exercício acerca do tempo. Não se relaciona com um tempo impalpável, mas sim um tempo experimentado, vivido, manifestado pelo indivíduo pela cultura em cada sociedade (BOSI, 2012). Em *Uma arqueologia da memória social* (2011), José de Souza Martins demonstra que a questão da memória individual não se descola do contexto coletivo, ambos se fundem dialeticamente. “A memória nos diz que cada um de nós é o encontro de muitos. São os momentos em que podemos nos ver e nos reconhecer diante do espelho das lembranças, no modo de ser dos outros” (MARTINS, 2011, p. 444).

A compreensão sobre a memória de indivíduos que formam um dado grupo social, não é tarefa das mais fáceis, já que ela se desloca a cada atualização, o que demonstra a sua constante mobilidade. E justamente por conta desta plasticidade típica da memória que foi pensado numa metodologia que tentasse estar mais próximo possível do grupo estudado que sofreu as consequências da segunda destruição de Canudos com a construção do açude. Assim, a observação participante foi a ferramenta utilizada para apreender as nuances da memória.

Pelo fato da observação participante ser uma forma de capturar alguns dos aspectos da realidade social e a memória se constituir como um destes múltiplos sentidos que constituem o real que o método foi traçado. Portanto, o contato direto com o fenômeno observado para se aproximar da realidade dos atores sociais; os canudenses em seus próprios contextos.

Para José de Souza Martins (2011) a memória fala justamente de relações e concepções sociais antigas, que perduram no tempo de hoje. A memória das experiências passadas e dos antepassados se inscreve nos gestos, nos ritos, nos gostos, nos ritmos, ou seja, nas mais diversas práticas cotidianas. Assim, uma inserção mais densa nas práticas e

representações vivenciadas em Canudos foi necessário para a construção de uma análise mais delimitada e específica no dia a dia das experiências. “A memória é, na base, uma memória de surpresas e espantos. A memória não é calma lembrança. É também luta, tensão, sofrimento.” (MARTINS, 2011, p. 460).

O trabalho de campo, feito durante o mês de julho de 2019, se apresentou nesta pesquisa como um meio possível para produção de significados que fornecem expressão às marcas de uma memória social de Canudos. Assim, a percepção de memória e tempo, mote de todo um pensamento guiado sobre passado, presente e futuro, possibilita a visualização de dois momentos importantes e destrutivos que se sucederam ao longo da história de Canudos e do Brasil.

4.1 COM OS CACARECOS NAS CABEÇAS: AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DA MEMÓRIA EM CANUDOS

Canudos se apresenta como “um espaço de fruição de memória, de romarias e, até mesmo, como uma cidade turística” (OLIVEIRA, 2005, p. 07). Um local que mantém traços que permitem “o processo de reconstrução das lembranças, das memórias que se inscrevem naquele local e, assim, se torna um espaço que serve para pensar o tempo. No entanto, é também um lugar do esquecimento, como é o caso do açude Cocorobó que submergiu Belo Monte” (OLIVEIRA, 2005, p. 07).

As ações empreendidas pelo Estado brasileiro “contra” Canudos, primeiro através de um massacre, de um extermínio, de um genocídio; segundo pela construção de um açude subutilizado, que apenas depois de construído, foi pensado no seu aproveitamento econômico, que na época de sua “inauguração” era o segundo maior do país e não conseguiu atender às demandas de uma população que não chegava perto de mil pessoas. Importante ressaltar que até a década de 1980, período que coincide com o final da ditadura militar, “o tema Canudos, a rigor, era evitado” (SOUZA, 2002, p. 86). Por mais de cinquenta anos não se falava de Canudos, os professores temiam em falar de Canudos para as crianças na escola. E mais importante ainda é lembrar das constantes visitas do exército¹⁹ neste canto escondido e

¹⁹ Nas minhas idas a Canudos pude testemunhar, mais de uma vez, a presença do exército. Isto é constante, ao ponto de não causar nenhuma estranheza por parte dos moradores locais.

pouco sedutor do país e a retirada, pelo mesmo grupo, de uma placa em homenagem aos conselheiristas, no ano do centenário da guerra, em 1997²⁰.

Até meus 13 anos (1977), eles (avós) não passaram a história de Canudos porque ninguém conhecia, ninguém falava. Era negócio meio proibido. Falar de Canudos, falar da guerra, de Conselheiro era contravenção. Pôxa, negócio que Antônio Conselheiro era o pior mal da terra; era considerado comunista, sectário, ou então fanático religioso. E então era proibido falar dele (SILVA, 2006, p. 4).

Todo esse esforço, por parte do Brasil oficial, teve consequências notáveis - uma desvalorização da memória coletiva do lugar, uma falta de pertencimento dos moradores da atual Canudos com o seu passado histórico - favorecendo a imposição de uma visão oficial da história²¹, numa perspectiva de “dos vencedores”, além do desmerecimento da forma de transmissão dos acontecimentos da guerra e de Belo Monte e favorece ainda mais o apagamento da memória.

O processo de procura pela memória através de vários procedimentos como a observação participante revelou que existem pontos obscuros na vida social de Canudos que precisam ser desvendados. O próprio açude Cocorobó que, de forma publicitária, expunha que seu objetivo era combater a pobreza e não solucionar o problema. O que demonstra uma possível contradição entre os projetos (NEIVA, 2000).

Por uma questão didática, a população de Canudos observada durante o trabalho de campo foi dividida em três grupos distintos - A, B e C e as suas respectivas relações com a memória local. Os três grupos não são únicos, o que não significa, necessariamente, que não existam mais grupos. Cada um deles representa três percepções distintas, e que durante a pesquisa, foram as mais visíveis, as mais nítidas. Essa forma de divisão é muito mais analítica do que acontece de fato. Porque as pessoas dos grupos se inter cruzam, dependendo diretamente das negociações e relações sociais que elas travam no cotidiano e estão atravessados de forma transversal um pelo outro. A divisão, portanto, não é estanque.

Grupo A: mesmo com todo empenho do Estado brasileiro, resiste às empreendidas oficiais e compartilha pública e organizadamente a memória de Canudos, seriam

²⁰ Em 1984, houve uma missa no dia do final da guerra 05/10 às margens do açude Cocorobó e a manifestação foi atacada pelo jornais de Salvador, chamado de ensaio de guerrilha e fanáticos, mesmo termo utilizado pela imprensa para atacar os sertanejos no final do século XIX, durante a guerra.

²¹ Em linhas gerais, denomina-se história oficial as análises e as representações sobre a trajetória social, econômica e política brasileira, nas quais prevalece um sentido único e linear. Em suma, a história oficial está comprometida, teórico e metodologicamente, com a manutenção do status quo e com a interpretação factual e determinista do contexto socio-histórico.

os “guardiões da memória” (SIMSON, 2003)²² local. Grupo B: formado majoritariamente por mulheres e devido às lembranças de dor e sofrimento preferem nem ao menos mencionar os ocorridos. Grupo C: maior parte das pessoas que foram observadas, se caracteriza por uma certa indiferença em relação à história de Canudos.

O grupo A é composto por alguns canudenses que compartilham a memória social, coletiva e, portanto, conselheirista (como se autodenominam). Eles, na sua maioria, não têm e nem nunca tiveram relação com o DNOCS. Não foram funcionários durante a (longa) construção do açude e hoje não fazem parte do restrito grupo de colonos que utilizam as águas da barragem para a irrigação do cultivo da banana. São críticos do DNOCS, para quem direcionam a responsabilidade direta pelo apagamento da memória de Canudos, atribuindo aos seus funcionários de alto escalão, uma forte aversão ao conselheirismo²³. O açude, para eles, não beneficiou os descendentes de conselheiristas, muito pelo contrário, contribuiu para silenciar, abafar a história “viva” de Canudos.

Mesmo após duas destruições de Canudos e meio século de silenciamento de sua história, estes sujeitos se organizam principalmente em torno do IPMC (Instituto Popular Memorial de Canudos), tentam trazer para o dia a dia da cidade as representações sociais do passado canudense, através de uma romaria anual, reuniões periódicas, com pequenos eventos com conversas abertas à comunidade, envolvendo alunos, professores, pesquisadores e até turistas. Essas vivências integram um fundo coletivo de memória que reconectam as experiências históricas.

O IMPC faz parte do roteiro turístico de Canudos porque além de ter uma réplica das capelas construídas pelo séquito de Conselheiro, guarda a famosa madeira que foi estopim da guerra e o cruzeiro da antiga Belo Monte. A ideia principal desse “movimento” da sociedade civil de Canudos não é somente o conhecimento do fato histórico em si de Canudos, da guerra principalmente, como já consta o ensino da história de Canudos na Lei orgânica do município desde 1985, mas sim resgatar e procurar aqueles princípios do conselheirismo que possa garantir uma educação participante, onde a comunidade se torne protagonista, e através do conhecimento da sua história o povo de Canudos se empodere.

²² Segundo Simson (2003) guardiões da memória seriam aqueles que tem a a função “de transmitir às novas gerações de seu grupo social os fatos e vivências que foram retidos como fundamentais para a sobrevivência do grupo” (SIMSON, 2003, p. 16).

²³ Machado de Assis (2015) em uma crônica publicada no dia 31 de janeiro de 1897 fez a seguinte afirmação: “Não trato, porém, de conselheiristas ou não conselheiristas; trato do conselheirismo, e por causa dele é que protesto e torno a protestar contra a perseguição que se está fazendo à seita. Enfim, deve exercer fascinação grande para incutir a sua doutrina em uns e a esperança da riqueza em outros”. De acordo com os próprios conselheiristas de Canudos, conselheirismo é a crença numa vida melhor, mais digna, livre da opressão, dos mandos e desmandos. Tudo aquilo que nutre o sentimento de luta e resistência.

A partir segunda metade do mês de julho, Canudos começou a ter atividades mais voltadas para a sua história. Com participação direta dos moradores locais (grupo A), ora como expositores e organizadores, ora como ouvintes. Eventos como palestra sobre o turismo histórico organizados pela UNEB²⁴, apresentação da peça teatral “Canudos” acompanhado por debate com os atores, professores e guias locais e no IPMC um evento cultural denominado “Canudos, Literatura em pauta”. Um projeto das escolas culturais organizado pelo instituto de ação social pela música (IASPM), do governo do estado da Bahia. Foi notável um aumento de turistas durante este mês, devido às férias escolares e, principalmente, pelo fato da FLIP (feira literária internacional de Paraty) de 2019 homenagear Euclides de Cunha e sua principal obra *Os Sertões*. A procura foi tanta que no último final de semana de julho as cinco pousadas ficaram lotadas. Aproveitaram do grande público na cidade e organizaram, em uma das pousadas, uma cantoria com um artista local que tinha músicas próprias, com letras que narravam a cultura canudense.

A romaria de Canudos foi criada pela Igreja católica local em 1988. Igreja esta que se caracteriza por ser mais engajada nas lutas sociais, a partir dos princípios da teologia da libertação²⁵. A romaria canudense²⁶ é diferente das romarias mais conhecidas no Brasil afora, como a de Bom Jesus da Lapa (BA) e Aparecida (SP), por exemplo, pois além de não fazer homenagem a santos, não se transformou em uma atividade pautada no turismo de romeiros. Em Canudos a romaria é para celebrar a história local, com o intuito de manter viva a memória de Belo Monte, mostrando ao sertanejo que naquele mesmo chão que eles caminham houve independência e libertação das opressões. A memória das rotinas coletivas de Belo Monte estimula práticas dos canudenses em defesa das áreas comunitárias de criação de bode em que são criados os bodes (fundo de pasto) nesta parte do sertão baiano (SÁ, 2009). Este evento, que ocorre no terceiro final de semana de outubro, reúne um pequeno número de visitantes e que muitas vezes são acolhidos nas próprias casas dos moradores.

Diferentemente da ostentação presente nas demais romarias brasileiras, a de Canudos é marcada pela simplicidade. Valorizam-se os elementos do cotidiano do sertanejo. Os símbolos utilizados no ofertório são o mandacaru, a sandália de couro (de bode), o aipim, a cabaça, entre outros elementos que representam a cultura e a caatinga sertaneja. São

²⁴Em Canudos há um campus avançado da UNEB desde 31/03/2016. Os poucos cursos oferecidos são a distância. A UNEB é a instituição responsável pelo parque estadual de Canudos e pela Serra do Mirante, encontra-se em Canudos desde 1985.

²⁵ A teologia da libertação nasceu na América Latina em meados dos anos 60, defende a libertação dos povos oprimidos e busca uma nova consciência histórica, por meio de ações práticas e contextualizadas de acordo com cada lugar.

²⁶ Já estive presente em duas romarias de 2016 e 2015.

essencialmente símbolos daquilo que resiste à seca e que pode ser produzido a partir da natureza árida do sertão. Não há sacrifícios, típicos nas romarias, não carregam cruzeiros ou ficam ajoelhados.

A polêmica da localização ideal para a construção do açude estaria, para este grupo, relacionada com um jogo político de famílias e seus respectivos latifúndios. O que reforça a tese do segundo capítulo que coloca como principal beneficiado destas grandes obras não as camadas menos abastadas e sim uma pequena elite representante dos setores preponderantes.

O fato da terceira Canudos, que para muitos não era nem para receber esse nome, já que não tem nada das anteriores, a não ser a imagem de Santo Antônio e o cruzeiro da época de Conselheiro, ter nascido de um canteiro de obras favoreceu para as novas gerações não se identificarem com a natureza de resistência própria da história de Canudos e muito menos terem sentimento coletivo de pertencimento de grupo.

Muitos dos moradores da segunda Canudos permaneceram nesta área até os últimos momentos, ou seja, até a “sangria” do rio Vaza Barris, sendo celebrada a última missa pelo padre Pedro Monteiro enquanto enchia o açude de Cocorobó, precisando de barcos para a retirada desses conselheiristas, que eram contrários a construção da barragem.

Houve quem acordou com a água na porta e muitos foram retirados à força, já de barco, conforme o açude ia preenchendo de água e se esvaziando de vida e memória [...] a violência por trás do Açude Cocorobó se inicia com a retirada à força dos canudenses que lá resistiam (MARINHO, 2019, p. 182 -183).

O termo traumatizante aparece várias vezes em suas falas para se referir à mudança da segunda Canudos para onde é desde o final da década de 1960, local popularmente conhecido como Cocorobó. Como forma de contestação muitos foram para o povoado de Bendegó (no entrocamento entre Canudos e Uauá), pois viam Cocorobó como um malefício à história de Canudos, sendo a inundação encarado por eles como uma espécie de dizimação do que restava de Belo Monte.

Não acreditava que ia encher. Não acreditava que iam acabar com tudo. Saí com água na porta. Eu tinha fé nos santos. Mas os santos são apenas advogados, só Deus é todo poderoso [...]. Essa tristeza não acaba. Perdi a casa que era da minha mãe, perdi horta, criatório tudo, indenizaram com uma mixaria de três contos de réis (TEIXEIRA; BENTES, 1997, p. 88).

Pouquíssimos são aqueles que compartilham e defendem a memória coletiva e que têm algum envolvimento com o DNOCS. Todavia existem e fica claro a contradição em suas posições. Embora “mitem” pela manutenção da memória de Canudos, duvidam que o açude seria uma forma de “apagamento de rastros” (HARDMAN, 1998). Estes, de alguma forma, foram favorecidos pelo DNOCS, ora na utilização de antigos prédios desta instituição²⁷, ora no recebimento das pensões de seus funcionários aposentados. Pensões estas que elevam o PIB da cidade de forma mais significativa que a rentabilidade vinda do perímetro irrigado (obsoleto) do Cocorobó. Nesse sentido, essa parcela bem ínfima da população local defende que a economia de Canudos gira em torno do açude. Mas, também afirma que a água muitas vezes é vida e outras é morte e destruição. Em alguns momentos, inclusive, relacionam a memória pouco nítida e explorada com as águas represadas do Vaza Barris. Mas a lembrança da existência de vários açudes na Bahia é recorrente, se apresentando como uma espécie de justificativa da realidade do Cocorobó.

Há uma aflição do passado que dá significado político para a construção coletiva de memórias, ou de seu próprio esquecimento, para a efetivação de demandas sociais e constituição de subjetividades (ZARIAS, 2003). O ressentimento não é apenas uma coleção de sentidos, mais que isso, se integra a um conjunto teórico que busca entenderas diversas forças gravadas nas múltiplas relações absorvidas pelos indivíduos e seus respectivos grupos sociais:

a dominação, a subordinação e a insubordinação que acompanham as revoltas políticas e sociais, aquelas que fazem história e memória. O ressentimento, desse modo, é tratado como um impulso à transformação das realidades. Toca uma questão sensível para a compreensão das relações entre os afetos e o político, entre a sociedade e o Estado (ZARIAS, 2003, p. 02).

Assim, tratar da memória de Canudos é inevitável lidar com a memória da morte, apagamentos que deixam rastros de injustiça e brutalidade. Por isso, é inegável que esta memória de dor e violência constitui uma névoa densa que envolve alguns dos indivíduos (grupo B) de Canudos, mulheres principalmente. Conservando em meio às cinzas dos mortos o atestado de sofrimento que se revela no silenciamento diante das lembranças de tanta dor, tortura, degola, estupro, profanação de cadáveres, como se deu o massacre de Canudos, ou o rompimento com suas raízes com a terra natal com o açude de Cocorobó. “Mesmo no nível

²⁷ A maior parte dos prédios do DNOCS estão abandonados, como por exemplo o antigo hospital feito nas margens do açude, durante a sua construção, mas, outros, como as antigas casas dos engenheiros (as maiores, mais bem estruturadas, com uma bela vista do por do sol no açude) são hoje ocupadas por pessoas com um certo destaque no plano político e econômico da cidade. Vale realçar que essas casas e prédios são de propriedades do DNOCS e que em todos os estados do Nordeste já houve a devolução, com exceção da Bahia.

individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (POLLAK, 1989, p. 15).

Até 1976, as escolas daqui não falavam sobre a Guerra de Canudos. Eu sabia por causa da minha avó. [...]. Existe medo [...] também ficou na memória a idéia de que o Exército poderia retornar e acabar com os que tinham sobrevivido [...] como os mais velhos geralmente são descendentes de refugiados, creio que isso tenha deixado trauma. Muitos preferem silenciar (FERNANDES, 2002, p. 532).

Esta questão provocou impactos intensos na comunidade local e por muito tempo os moradores tinham receio do barulho da queima de fogos. O medo era de ser um possível (e outro) tiroteio ou uma nova tentativa de destruir Canudos. Alguns iam se esconder em suas casas outros se embrenhavam no meio da caatinga.

Essa parcela observada quando é perguntada por turistas, pesquisadores, ou curiosos da região, nas mínimas práticas cotidianas como a feira semanal (sexta), a missa, ou numa simples conversa nas ruas, sobre o passado de Canudos, a reação é não querer lembrar, justamente porque traz muito sofrimento. As memórias que envolvem situações de violência, como é o caso da experiência vivenciada pelos moradores de Canudos, faz com que “a linguagem passe a ser aniquilada pela memória da dor, fazendo com que o vivido não possa mais ser trazido para o campo do dizível” (PRATES, 2014, p. 145).

É característico da memória a seleção, o “esquecimento” o “dito” e o “não dito”, as falas e o silêncio. Nem tudo que é lembrado pode ser falado, principalmente em um tipo de memória que implica dor, e neste caso, o sofrimento de um povo que foi massacrado e julgado cruelmente. Assim, ela é política e agrega-se a ela muitos valores, principalmente pelo fato de ela ser coletiva.

A memória dos Canudenses permaneceu muito tempo restrita as relações familiares, contada oralmente pelos sobreviventes aos seus descendentes. Havia um temor, o assunto era tratado como tabu e o silêncio imperou. Mesmo muito tempo após o final da guerra o medo continuava a ser realidade. Durante a Ditadura Militar dos anos sessenta os canudenses ainda tinham receio de serem vistos como subversivo. O silêncio, o medo e os efeitos da profilaxia foram algo profundamente arraigado e presente entre aqueles que sobreviveram (MONTEIRO, 2007, p. 32).

“Não lembrar é uma maneira de esquivar-se também da dor que a memória traz” (PRATES, 2014, p. 145). Os eventos traumáticos podem engendrar uma memória subterrânea, difícil de acessar, mas, nem por isso, eliminada (RAGO; GIMENES, 2000). “Essas

memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio” (POLLAK, 1989, p. 4).

A percepção das lembranças dos canudenses, de uma maneira geral, é muito difícil. Poucos dias em Canudos não são capazes de lapidar o mosaico coletivo de memórias, que por vezes são desorganizadas, preteridas, talvez mesmo perdidas no vasto abismo que se fundou às margens da história oficial. Somente com mais tempo no local foi possível observar essas variantes das memórias. Com certeza as variações mais sensíveis à dor, à violência, ao sofrimento acerca duas destruições, que se manifestam através, aparentemente, do silêncio, foram as que exigiram maior compreensão por parte do pesquisador em relação ao pesquisado, tornando o trabalho de memória um exercício de circunscrição social e de reconhecimento dos contingenciamentos externos, portanto, uma atividade de reconstrução, refazimento condicionado por um conjunto de determinações interpessoais.

O grupo C se apresenta como aqueles observados que numericamente são maiores, porém, se apresentam de forma pacífica em relação ao seu passado. Apesar de existirem atividades, como as expostas acima e outra presenciada em todas as escolas durante o período *in loco*, no qual pesquisadores e estudiosos de Canudos conversaram com os estudantes e professores com o intuito de demonstrar a importância do conhecimento acerca da sua história para a manutenção da memória, não altera a barreira da indiferença, da amnésia histórica e coletiva. Assim, mesmo com atividades que alteram o cotidiano dessas pessoas como o desfile público, feito pelos alunos das escolas no dia que se encerra a guerra- cinco de outubro - feriado municipal, não reverberam alterações práticas. Opera-se com mais força os “apagamentos da memória”, produzidos por fatores que por vezes levam a crer que ocorrem de maneira “programada” por outros grupos detentores de maior poder na sociedade e através de mecanismos externos aos próprios moradores do espaço canudense. A memória coletiva do grupo está ameaçada a ser continuamente relegada ao silêncio e ao esquecimento.

Desta forma, para alguns setores mais preponderantes da sociedade brasileira, com a cidade destruída, demolindo-se, ou melhor, fazendo submergir as antigas referências espaciais de seus velhos moradores, faz com que a tranquilidade das águas da represa simbolize a paz que voltou ao local, mesmo que para isso cause efeitos drásticos como o desenraizamento das identidades locais.

O ato de lembrar ou de compartilhar a memória coletiva pode proporcionar sólidas pontes com relações sociais entre os indivíduos, porque está alicerçado numa bagagem cultural e histórica comum (SIMSON, 2003).

Para Francisco Foot Hardman e Pécora (2015) essa desinformação acerca da própria história, que ele denomina de “desmemória” é resultado da repressão e da censura impostas desde o regime militar, que é persistente e atinge o processo de destruição da educação pública primária e secundária, cujos efeitos disseminaram-se entre as pessoas, as famílias, os grupos e as classes sociais (HARDMAN; PÉCORA, 2015).

Ainda conforme Paoli (1992), a cidadania está ligada ao direito ao passado:

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade, como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o antigo ou fixar o moderno. Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como sentimento de ‘fazer parte’ de sua feitura múltipla (PAOLI, 1992, p. 26).

Paoli (1992) afirma que no Brasil, país do esquecimento (HARDMAN, 1998), a história não teve um papel de formação de identidades, sendo que “a memória o mecanismo principal para a construção da identidade social e local” (RODRIGUES, 2010, p. 23), já que é a marca ou o sinal de sua cultura. Assim, Paoli (1992) considera que é necessário um debate em torno ao direito à memória, devido os vários graus de alheamento social que leve em consideração a questão da cidadania através de políticas de preservação e construção do passado.

Parece claro que aqui a história não teve um papel formador de identidades. Por isto, parece de fundamental importância que o debate, e particularmente aquele entre os profissionais desta área, se debruce sobre essa questão. Até muito recentemente, até mesmo as acesas polêmicas acadêmicas sobre temas de imediata vinculação com o presente como, por exemplo, o significado da abolição, da República ou da era getulista, provocavam bocejos (em sua insistência sobre as virtudes técnicas do trabalho documental) ou vários graus de alheamento social aos seus achados. Fazer com que nossa produção incida sobre a questão da cidadania implica fazer passar a história e a política de preservação & construção do passado pelo crivo de sua significação coletiva e plural (PAOLI, 1992, p. 25).

A memória coletiva de um grupo, como o de Canudos, que vivenciou ao longo da sua história além um massacre, uma guerra, que não foi somente “uma grande obra de barbárie: a construção de um discurso sobre o que se passou ali no final do século XIX também

traz em si contradições que constituem a modernização e o desenvolvimento” (BARROS; PRIETO; MARINHO, 2019, p.19), foi também marcado pelo silenciamento.

A degola como vingança pela morte do coronel Moreira César, o incêndio e depois, com a construção do Açude Cocorobó [...]. Esse “apagamento de rastros”, essa interdição do direito à história e à memória, é antes de tudo uma janela de leitura da construção moderna e modernizadora do país (BARROS; PRIETO; MARINHO, 2019, p. 24).

4.2 A MEMÓRIA COMO UMA FORMA DE RESISTÊNCIA: IMPLICAÇÕES, CONFLITOS E DISPUTAS

Alfredo Bosi (2002) diz que “resistir é opor à força alheia” (BOSI, 2002, p. 118). Desta maneira, em que sentido a memória da história de Canudos pode ser considerada uma forma de resistência?

O incêndio e o extermínio executados pelo exército no arraial de Belo Monte são uma das demonstrações da crueldade moderna operalizada pelo programa republicano do final do século XIX, iniciado com um golpe de Estado em aliança com a elite agrária e militares.

Da mesma maneira, que as águas que inundaram a segunda Canudos, reconstruída dos destroços, não dizem respeito apenas à construção do açude Cocorobó para combater a fome e a miséria, na crença que obras de engenharia podem mais que justiça social (BARROS; PRIETO; MARINHO, 2019, p. 23).

Percebe-se que, ao longo da história de Canudos, a resistência se manifesta nas mais diversas ordens. A resistência de um lugar, pelo que foi visto e analisado, com forte tradição de luta. Resistiram às mais diferentes adversidades; seca, miséria, abandono, três expedições do exército muito bem armadas e quando as forças oficiais acreditam que esses “jagunços”, numa perspectiva estereotipada, estavam de fato massacrados, demonstram resistência pelo simples fato de existir mais uma vez.

O açude Cocorobó não só submergiu o arraial de Belo Monte, como também pode ter sido uma tentativa do governo de silenciar um passado sangrento. Nesse aspecto, o esquecimento se apresenta como uma investida pela destruição da memória, pois assemelha-se a um pedido de esquecimento obrigatório de determinados aspectos da experiência histórica, como aponta Lotman (1981).

O efeito amnésico das águas, para Zacarias (2019) tem sido um recurso constante da modernização brasileira, “há águas que tentam lavar a memória, submergir e ocultar os escombros, torná-los inacessíveis a qualquer anjo da história” (ZACARIAS, 2019,

p. 189), ou seja, para ele, as águas afogaram os vestígios para que não houvesse sequer lembrança e o poder modernizador se serviria cada vez mais da forças das águas.

Represas e barragens, construções faraônicas, modificações irreversíveis do meio ambiente, deslocamentos violentos de enormes contingentes populacionais. Fatalidades contadas às centenas, remoções de milhares. As águas que impulsionavam o progresso tinham o benefício de ocultar sua face destrutiva, submergindo os vestígios. Comunidades inteiras jazem hoje sob as águas-grandes cemitérios aquáticos à espera de historiadores escafrandristas (ZACARIAS, 2019, p. 190).

Não parece, de modo algum, haver uma descontinuidade ou ruptura de uma suposta civilização em relação a um passado de barbárie. Canudos foi uma “espécie de sangrenta introdução ao que viria a se tornar regra no país” (RIBEIRO, 2016, p.76). A exemplo do que ocorreu em relação às prisões, torturas e assassinatos da ditadura militar, operou-se e ainda se opera uma série de medidas para negar às vítimas e à sociedade o direito à memória, à verdade e à justiça e também em relação ao Carandiru que assim como Canudos eliminaram os rastros da barbárie, construindo um parque (da juventude) que não faz qualquer menção ao massacre. A memória-resistência é a luta contra o esquecimento e neste caso, contra a naturalização anestesiante.

Quase interpretação didática da história nacional: a violência perpetrada pelo Estado contra aquele povoado nordestino retorna, como uma espécie de carma da história nacional, todas as vezes que suas forças repressoras são acionadas para extirpar as vidas não merecedoras de amparo, dispensáveis e “não lamentáveis” da nação (SOUZA, 2018, p. 70).

Um povo que não conhece a sua própria história está condenado a repetí-la, portanto, é necessário que não se esqueça para que não se repita e urgente enfatizar é que o acontecimento catastrófico de Canudos não pode ser esquecido, mas antes deve ser lembrado por suas gerações para que eventos dessa natureza não voltem a tona.

Durante décadas os sobreviventes que voltaram e reconstruíram o arruado viveram às margens do Vaza-Barris, cautelosos com estranhos, rezando por seus mortos, trabalhando, revivendo no interior das casas, diante de seus próprios descendentes, um capítulo que os intelectuais e as autoridades impediram que fizesse parte da história oficial do país (BARROS, 1995, p. 80).

Os fatos (as chacinas, os massacres) aparentemente desconexos e separados no espaço e no tempo brasileiro, evidenciam uma questão bastante complexa que é a revelação

do “binômio da penalização e culturalização da pobreza brasileira” (PENNA, 2009, p. 102). Numa análise das cicatrizes brasileiras, os massacres se apresentam, na história deste país, como uma solução policial-militar para os “desajustes sociais”.

Assim o rompimento com as múltiplas formas silenciamentos (massacre, destruição, “apagamento de rastros”, a história oficial dos vencedores), configura-se como um modo de resistência. Logo, também impulsiona a resistir, a luta por direitos e pelo respeito a crenças, histórias e identidades. Sob esse ponto de vista, esta pesquisa buscou analisar como se dá a relação entre memória e capacidade de resistência posta à prova a todo o momento. Resistência e resistentes, assim como suas memórias, devem contudo ser entendidos na sua globalidade, já que nos regimes repressivos tender a mutilar suas memórias. Há várias maneiras de narrar a história de um país. Uma visão sempre esquecida, conhecida como a “ótica dos vencidos”, é aquela forjada pelas práticas dos movimentos sociais populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas e instituídas e que procuram de certa forma construir outros modos de subjetividades, outros modos de relação com o outro, outros modos de produção, outros modos de criatividade (DOSSIÊ..., 1995, p. 23).

Segundo Joana Darc Fernandes Ferraz (2018), a ação do Estado não se limita somente a construir o seu discurso sobre os eventos. É de interesse estatal, também, “quando necessário, silenciar, por meio da inércia, qualquer ação que possa causar conflitos à sua vontade de verdade. O processo de recusa de reconhecimento e de produção de esquecimento produz um dizer muito sutil” (DARC FERNANDES FERRAZ, 2018, p.193).

Água e memória são dois elementos presentes tanto no combate quanto na convivência, simultaneamente, porém de maneira essencialmente distinta: a ausência e a conseqüente necessidade de água fundamentam o discurso hegemônico de que a seca precisa ser combatida com políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional, enquanto modo de vida do sertanejo se reproduz a partir da convivência com as condições do semiárido. A memória, por outro lado, faz-se perecível frente ao tecnicismo e à violência do processo de modernização capitalista, enquanto que na convivência ela é encarada de modo presente, vívida, fundamentando as possibilidades de permanência no lugar, a própria reprodução do modo de vida e a constituição dos sujeitos (MARINHO, 2019, p.184 - 185).

Para Souza (1993) a construção do açude Cocorobó sepultou, à época da ditadura militar, “os fantasmas das denúncias de tanto horror” (SOUZA, 1993, p.32). A memória apresentada como oficial, através de monumentos e patrimônios instrumentalizados por ações estatais, produz modos eficientes de coerção e de anulação de um tipo específico de memória social. A vontade de verdade, como assinala Foucault (2001)

Apóia-se sobre um suporte institucional [...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído[...] excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura (FOUCAULT, 2001, p. 17).

Michael Pollack (1989), em *Memória, Esquecimento e Silêncio*, indica que o silêncio se impõe a todos aqueles que desejam evitar em culpar as vítimas. A afirmação Pollak (1989) está relacionada às vítimas dos regimes ditatoriais instaurados em muitos países no século XX. O autor analisa a memória, o esquecimento e o silêncio dos sobreviventes desses conflitos. Em relação ao silêncio.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.5).

Os conceitos sobre esquecimento e memória desenvolvidos por Pollack (1989) em relação ao nazismo podem também ser adotados em referência às ditaduras dos países da América do Sul. O esquecimento e o silêncio são mecanismos de sobrevivência aos períodos no cárcere e às torturas tantas vezes impingidas aos dissidentes dos regimes ditatoriais.

Assim, a memória oficial, ligado à memória coletiva, produz e reforça o consenso e a coesão social.

A memória histórica “oficial” é um lado perverso de nossa história, produzida pelas práticas dominantes para apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta, num esforço contínuo de exclusão dessas forças sociais como sujeitos que forjam a história. Pretendem com isso desconhecer, desfigurar e distorcer os embates reais dos “vencidos”, como se estes não estivessem presentes no cenário político (DOSSIÊ..., 1995, p. 23).

A memória como resistência questiona reiteradamente as histórias representadas como “oficiais”. O tipo de memória vista como uma forma de resistência é aquela que se constitui como um “espaço de contestação entre diferentes vozes, cada uma delas procurando fazer ouvir a sua versão do passado.” (PERALTA, 2007, p.14).

Diversas forças externas se direcionaram incessantemente a Canudos: a guerra, o açude, o tradicional abandono político, a ausência de atendimento das necessidades básicas do cidadão, a desvalorização da vida e da sua história, da brasileira de uma maneira

geral, a banalização da morte, entre outros elementos. Em oposição, Canudos, enquanto povo e sociedade enfrentam tais forças, inclusive a do próprio tempo e persiste na luta contra a morte dos seus símbolos (como todos aqueles que estão debaixo das águas do Cocorobó) e das suas narrativas locais.

Se há uma gota de sangue em cada museu, conforme afirma Mario de Souza Chagas (2006), o qual estava parafraseando Mário de Andrade (1917) que havia dito que em cada poema tinha uma gota de sangue, o que seria em Canudos, mais exatamente no local em que foram o primeiro e o segundo núcleo de povoamento, tais gotas de sangue? Quais gotas de sangue Canudos deixa para o futuro?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fácil dizer quando uma guerra começa. Mas e quando ela termina? Para quem ela termina? Será que um dia ela termina mesmo?

A guerra de Canudos começou em novembro de 1896, foi quando os moradores do Arraial fundado pelo beato Antônio Conselheiro no sertão da Bahia expulsaram um grupo de policiais enviado pelo governo estadual para ameaçá-los, foi o primeiro de uma série de ataques cada vez maiores e violentos contra o povo sertanejo que se recusava a aceitar os impostos da recém proclamada República brasileira. Quase um ano depois, no dia cinco de outubro de 1897, cinco mil soldados entraram em Canudos. O arraial que chegou a reunir vinte e cinco mil habitantes atraídos de todos os cantos do sertão pela promessa de uma vida melhor. Restavam apenas quatro pessoas, um velho, dois homens e umas criança. Os soldaram mataram os sobreviventes, incendiaram todas as casas e levaram a cabeça de Antônio Conselheiro para que servisse de exemplo. Era o fim da guerra de Canudos.

Mas Canudos não terminou ali. Continuou em 1902, quando um jovem engenheiro militar que testemunhou a guerra, Euclides da Cunha, denunciou as ações do governo como um crime nas páginas de *Os Sertões* e gravou o nome de Canudos na história do Brasil.

Continuou nos anos seguintes quando aqueles que conseguiram escapar da guerra voltaram e reconstruíram a cidade e continuou quando a segunda Canudos foi alagada para a construção de um açude, durante a ditadura militar e os moradores foram removidos dali. Continuou ao longo do século vinte quando o significado de Canudos foi disputado e remodelado por historiadores, políticos, escritores, músicos, cineastas e pensadores de todas as partes do país e do mundo. E continua até hoje. Tudo aquilo que o nome de Canudos evoca: a violência contra os pobres, a truculência das autoridades, o desprezo das metrópoles pelo sertão, o genocídio com outros nomes e bandeiras permanece atual e define o Brasil. Mais de cento e vinte anos depois da guerra, Canudos ainda não terminou.

A estigmatização dos dominados pelos dominantes percorre a formação social brasileira. O povo é alvo prioritário desse processo, em que estaria contido parte expressiva do desajuste nacional. A anulação de paisagens da história é um dos capítulos centrais para a formação da sociedade nacional. Anular para inventar. Apagar para representar.

Em Canudos, os camponeses, os negros, as mulheres, as crianças, os órfãos são transfigurados em “jagunços”. Sob tal marca são estigmatizados de fanáticos e malditos. A anulação do povo se revela pela destituição de sua própria história pela apropriação de terras e

pelo extermínio de outros projetos de sociedade. Essas são as bases do projeto republicano que instituiu a necessidade de representar a sujeição popular pelo poder do Exército - o único capaz de unificar o país.

A República surge legitimada pela chacina, pelo genocídio de Canudos. O Brasil, gracejado de modernidade, finca suas raízes na violência e no extermínio para se anunciar forte, patriótico, glorioso, com heróis fundadores. Canudos foi uma guerra civil, a partir da qual ficou bastante claro o papel “pacificador” do Estado brasileiro no abafamento de levantes contrários à preservação da unidade nacional. Tal evento histórico impôs às elites nordestinas a sua face, ainda atual, no cenário político e econômico brasileiro, qual seja, o de segunda classe, subserviente e conservadora com a tarefa de impedir que outro Canudos nunca mais ocorresse (ALBINO, 2015, p. 252).

Depois de renascer de suas cinzas, Canudos foi afogada por uma represa e por isso nem as águas, nem a guerra conseguiram apagar grandes ideias. Canudos se reencontrou com o passado e hoje, de uma forma ou de outra, celebra sua história atraindo gente de todo o país e fora dele.

Quem passa rápido por Canudos hoje em dia, talvez nem sinta o peso de sua história. Mas ela está lá. Mais de um século depois da guerra, há quem se considere conselheirista. Que, segundo eles, ser conselheirista é não negar suas raízes, nutrindo-as e fortalecendo a identidade a partir do reconhecimento do que eles são. Ser conselheirista hoje é não desistir, continuar resistindo, buscar direitos, cumprir deveres e não desistir nunca, a exemplo de Belo Monte. Canudos ressurgiu na resistência e nos enfrentamentos de outros conselheiristas.

Fechemos esta dissertação, mas não a pesquisa que nunca acaba, ainda mais se tratando de um “universo” que traz muitos elementos a serem explorados, aprofundados e trabalhados.

REFERÊNCIAS

- AB´SABER, Aziz. No domínio das caatingas. *In*: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019.
- ALBINO, Luciano. Contornos de uma história periférica: digressão sobre cultura e política no Nordeste do Brasil. *In*: **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, 2015, pp.249 a 264.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia. A questão de terra na primeira república. *In*: SILVA, Sergio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás. **História econômica da primeira república**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Editora da USP, 2005.
- ANDRADE, Mário. **Ha uma gota de sangue em cada poema por Mário Sobral**. São Paulo, Pocai & Comp, 1917. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7714>. Acesso 07 abri.2020.
- AQUINO, Maurício. Romanização, historiografia e tensões sociais: o catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 8, 2011. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 13 maio 2019.
- ARAÚJO FILHO, Ismar de Oliveira. A adesão do clero ao movimento de Canudos. **Revista FAEBA**, Salvador, n. esp. jan./jun. 1995.
- ASSUNÇÃO, Luiz Márcio; LIVINGSTONE, Ian. Desenvolvimento inadequado: construção de açudes e secas no sertão do nordeste. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 425-448, jul. 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/582>. Acesso em: 14 dez. 2018.
- ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro. **Revista USP**, São Paulo, v. 20, p. 88-99, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i20p88-99>. Acesso em: 14 dez. 2018.
- ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. Alguns aspectos da sua vida cotidiana (Canudos 1893-1897). **Revista FAEBA**, Salvador, n.º. esp., jan./jun. 1995.
- BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, república e nação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- BARTELT, Dawid Danilo. Os custos da modernização: dissociação, homogeneização e resistência no Sertão Nordestino Brasileiro. **Revista Canudos**, Salvador, v. 3, n. 1, 1999.
- BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019.

BARROS, Luitgarde Cavalcanti. Crença e parentesco na guerra de Canudo In: MENEZES, Diatahy; ARRUDA, João (org.). **Canudos as falas e os olhares**. Fortaleza: UFC, 1995.

BASTIDE, Roger. **Brasil terra de contrastes**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.

BASTIDE, Roger. **Religion and Church in Brazil**. In: T. Lynn Smith e Alexander Marchant (eds.) Op. Cit., ps. 334-355, 1951.

BEZERRA, Analúcia Sulina. Arquivo e memória oral na produção de uma 'etnografia retrospectiva'. **Antropológicas**, Porto, n. 13, p. 67-78, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOAVENTURA, Edivaldo. Parque Estadual de Canudos: criação e evolução. **Revista Canudos**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 65-79, 1996.

BORZACCHIELLO DA SILVA, José. Adeus sudene, que saudade de Celso Furtado! **Mercator**: revista de geografia da UFC, Fortaleza, v. 8, n. 17, p. 25-32, set./dez. 2009.

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: _____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 2012.

BRAGA, Udinéia. Canudos: uma guerra muitas mulheres. In: **Anais... XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH**. São Paulo, 2011.

BRASIL. **História do exército brasileiro**. Brasília: Fundação IBGE, 1972.

BRASIL. **Decreto nº 35.483, de 10 de maio de 1954**. Declaração de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Cocorobó", no município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia. Brasília: Câmara dos Deputados, 1954. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35483-10-maio-1954-325676-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BRASIL. **Resolução da Câmara dos Deputados nº 48, de 1963**. Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades verificadas na aplicação de verbas do 4º Distrito do DNOCS sediado na Bahia destinadas à construção do açude de Cocorobó e outras obras de abastecimento d'água. Brasília: Câmara dos Deputados, 1963. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1960-1969/resolucaodacamaradosdeputados-48-1-novembro-1963-320005-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CALASANS, José. **Quase biografias de jagunços**: o séquito de Antonio Conselheiro. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1986.

CALASANS, José. O séquito de Antônio Conselheiro. **Revista FAEEDBA**, Salvador, n. esp. jan./jun. 1995.

CALASANS, José. Odorico Tavares e a Oralidade Canudense. In: TAVARES, Odorico. **Canudos; Cinquenta Anos Depois (1947)**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura/Academia de Letras da Bahia/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993, p. 7.

CALVANI, Carlos Eduardo. Renovação dos estudos em Tillich no Brasil: novos contextos, novas gerações, novas preocupações. **Correlatio**, São Paulo, v. 17, p.33- 46, 2018.

CAMPOS, José Nilson. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2018.

CANÁRIO, Eldon. **Canudos**: sob as águas da ilusão. Salvador: CEEC/Universidade do Estado da Bahia, 2002.

CANÁRIO, Eldon. Festejos de Santo Antonio em Canudos. **Revista Canudos**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 111-126, 1996.

CANÁRIO, Eldon. **Lembranças de Canudos**. 2. ed. Salvador: Ponto & Vírgula Publicações, 2017.

CANDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, jun. 2006.

CANUDOS, A tragédia do sertão. apud **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 04 nov. 2015. Caderno Percurso, p.15.

CANUDOS. **Lei orgânica do Município de Canudos Estado da Bahia**. Promulgada em 5 de abril de 1990. Disponível em: <http://acessoinformacao.org.br/licitacoes/arquivos/download/5edd3aedd8aa577bf313ed6f040a7b0a8fc25562.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, RelumeDumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

CASTILHO, Maria Augusta de; BLINI, Bruno Amaro Queiroz. A figura identitária de Antonio Conselheiro e suas implicações no cotidiano de Canudos. **COMPOSIÇÃO: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**, v.18, p. 55- 69, 2016.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**. São Paulo, Argos, 2006.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo: Difel, 1966.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Euclides da. **Manuscrito inédito de os sertões**. [S. l.: s.n., 19--]. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DANTAS, Paulo. Viagem definitiva a Canudos. In: DANTAS, Paulo. **Capitão jagunço**. São Paulo: Ed. Global. 1982. (Relato publicado originalmente na Revista Brasiliense, n. 21, jan./fev. 1959).

DARC FERNANDES FERRAZ, Joana. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 11-2018 (vol 55).

DELLA CAVA, Ralph. Messianismo brasileiro e instituições nacionais: uma reavaliação de Canudos e Juazeiro. **Revista FAEEBA**, Salvador, n. esp., jan./jun. 1995.

DIAS, Simone Conceição Soares. **O pastoreio comunitário em Lage das Aroeiras**: trabalho, sociabilidades, desafios – 1970 a 2007. 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

DIAS, Clímaco César; NEIVA, Luiz Paulo. Canudos, um passado que assombra o presente. **Revista Canudos**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 117-128, 1999.

DIAS, Clímaco César. Os sertões, a ideia de nordeste e a Bahia. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, sertões**: repensando contradições, reconstruindo veredas. São Paulo: Elefante, 2019.

DOS SANTOS NETO, Manuel. Os cassacos do Cocorobó. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 103, p. 53-73, 2008.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 7-22, 1992.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Floriza Marisa Sena. Memória, fé e movimentos sociais em Canudos. **Revista Opará: Etnicidades, Movimentos sociais e Educação**, v. 02, p.124-139, 2014.

FERNANDES, Rinaldo de (org.). **O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas**. (Ceará, anos 1950). 2016. Tese

(Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho: **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Dunação Editora da Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. **A saga da Sudene (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 483-486, out./dez. 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclides da Cunha: os sertões: edição crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos**. Rio de Janeiro: Editora Perseu Abramo, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira (org.). **Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009a.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha, precursor. **Revista Usp: Messianismos e Milenarismos no Brasil**, São Paulo, jun./jul./ago. 2009b.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de: B. Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998

HARDMAN, Francisco Foot; PÉCOR, Alcir. A ditadura militar revisitada: literatura, teatro e cinema. **Com Ciência**, São Paulo, 2015.

HAUSSER, Christian . A Guerra de Canudos na memória nacional: os manuais de história. In: ALMEIDA, Angela Mendes; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (org.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora/FAPERJ, 2001 .p. 157-172.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da república: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 81-105, 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-4.pdf. Acesso em: 1 set. 2018.

HERMANN, Jacqueline. Canudos: a terra dos homens de Deus. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 16-34, out. 1997.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da república: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excluyente: da proclamação da república à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 111-152.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Da maçonaria ao Positivismo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **História geral da civilização brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1976. v. 7. p.289-305.

HISTÓRIA Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972. 1vol, tomo I.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octávio. **Uma cidade antiga**. Campinas: CMU: UNICAMP, 1996.

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LEÃO, Maria Beatriz da Costa Baptista de **A guerra de Canudos e a cultura republicana nos jornais da capital federal**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da I república brasileira**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LEVINE, Robert M. **O Sertão prometido: o massacre de Canudos**. São Paulo: EDUSP, 1991.

LIMA, Aline Silva. **Um projeto de combate às secas: os engenheiros civis e a Iocs na construção do Açude Tucunduba (1909-1919)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2010.

LIMA, João Batista da Silva. Entre euclidiano e conselheirista: Canudos resiste. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019. Cap. 5.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2018.

LOTMAN, Iúri. Sobre o problema da tipologia da cultura. In: SCHNAIDERMAN, Boris (org.). **Semiótica Russa**. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 31-41.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte**: uma história da guerra de Canudos. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **A semana**. São Paulo: Brasileira, 1961.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Crônicas**. In A Semana. Rio de Janeiro, LL Library, 2015.

MACIEL, David; MAIA, Cláudio; SANTOS, Fernando; RIBEIRO, José Eustáquio; MOREIRA, Sérgio Paulo. **Canudos**: um povo entre a utopia e a resistência. Goiânia: Centro Popular de Estudos Contemporâneos, 1999.

MARINHO, Caio. Entre a água e a memória da cidade de Canudos: contradições contemporâneas do sertão baiano. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, sertões**: repensando contradições, reconstruindo veredas. São Paulo: Elefante, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência, a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Uma arqueologia da memória social**: autobiografia de um moleque de fábrica. Cotia: Ateliê, 2011.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, Flávio Miguez de. **Epsódios de engenharia (e da política) no Brasil**. Rio de Janeiro: Comitê brasileiro de barragens, 2014.

MELLO, Flavio Miguez de. **A história das barragens no Brasil, séculos XIX, XX e XXI**: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 9-30.

MONIZ, Edmundo. **A guerra social de Canudos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONTEIRO, Duglas . Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978. v. 2, t. 3, p.41-92.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. **Canudos**: as crianças do sertão como butim de guerra. 2007. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

MONTEIRO, Horácio Pinheiro. **Cocorobó, uma Barragem Projetada para Reacender as Esperanças no Futuro ou Apagar o Passado**. Conviver, 2009.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Editora Popular, 2000.

NEIVA, Luiz Paulo Almeida. **A intervenção do Estado no desenvolvimento local: o caso de Canudos: açude Cocorobó.** 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, Bahia, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. bras. Hist.** São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 dez. 2018.

NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do progresso: o Brasil nas exposições internacionais.** Rio de Janeiro: PUC-Rio: CNPq, 1994.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 34-35

OLAVO, Antônio. O Açude de Cocorobó e a memória popular. In: **MEMÓRIAS Fotográficas de Canudos.** Salvador: CNPQ: ATO, 1989.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva . Lugares de fruição da memória: a reconstrução do cenário da Guerra pelas lembranças dos habitantes de Canudos. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2005, Rio de Janeiro. Intercom 2005 Ensino e Pesquisa em Comunicação, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 195-215, jul. 1998 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400011&lng=en&nrm=iso Acesso em: 27 nov. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 22, n. 44, p. 511-537, 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200012>.

OTTEN, Alexandre. A influência do ideário religioso na construção da comunidade de Belo Monte. **Rev. FAEBA**, Salvador, ano 4, jan./jun., 1995.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (BRASIL). Departamento do Patrimônio Histórico. **Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania.** São Paulo: DPH, 1992. p. 5-8.

PENNA, João Carlos. Sujeitos da pena. In: BOCAYAUVA, Helena; NUNES, Silvia Alexin (org.). **Juventudes, subjetivações e violências.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 101-128.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória: uma resenha crítica. **Arquivos de memória**, Lisboa, n.2, p. 4- 23, 2007.

- PIMES. **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. Recife: SUDENE, 1984
- PINHO, Patrícia de Santana. **Revisitando Canudos hoje no imaginário popular**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CANUDOS. **Fórum de desenvolvimento municipal sustentável**. Canudos, BA, 2009. Disponível em: <http://www.uneb.br/canudos/files/2011/07/PLANODESENVOLVIMENTO-MUNICIPAL-SUSTENTAVEL-DE-CANUDOS1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- PONTES, João Batista Arruda. **Canudos: messianismo e conflito social**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1992.
- POMPONET, André Silva. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009.
- PRATES, Daniele Regina Abilas. "Não quero lembrar... muito sofrimento": percursos da memória entre os refugiados palestinos no Brasil. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 133-152, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832014000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 out. 2019.
- PRIETO, Gustavo. Coronelismo e campesinato na formação territorial d'os sertões. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO; Caio. **Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 36-56.
- QUEIROZ, Maria Isaúra Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos: Edusp, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaúra Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.
- QUEIROZ, Maria Isaúra Pereira de. Pesquisas sociológicas sobre o subdesenvolvimento: reflexões metodológicas. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 5, 1972.
- QUEIROZ, Maria Isaúra Pereira de. Uma categoria rural esquecida. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 45, p. 93, jan./fev. 1963.
- QUEIROZ, Maria Isaúra Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia: 1889-1930**. São Paulo: Difel, 1976. cap. 3, p. 155-90. (História geral da civilização brasileira, v. 3).
- QUEIROZ, Maria Isaúra Pereira de. O povoado de Santa Brígida. In: FERNANDES, Florestan (ed.). **Comunidade e sociedade no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977. p.60-66.
- QUEIROZ, Maria Isaúra Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: IEB, 1969.

RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio (org). **Narrar o Passado, Repensar a História**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000.

REVISTA O CRUZEIRO. Editorial, 19 de julho de 1947. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/>. Acesso em 26. Out. 2019.

REZENDE, Maria José de. As dinâmicas singulares dos processos de mudança política no Brasil: traçando um diálogo entre as reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiroz e as de Celso Furtado no período pré-golpe de 1964. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 18, p. 35-51, jan. 2007a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11831>. Acesso em: 7 jan. 2018.

REZENDE, Maria José de. Desvendando as dinâmicas internas singulares dos processos de mudança social no Brasil. **Athenea Digital**, [Barcelona], v. 12, p.78-98, 2007b. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/363>. Acesso em: jan. 2007.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001a.

REZENDE, Maria José de. Os sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 201-226, 2001b.

REZENDE, Maria José de. As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 11, p. 9-42, 2004.

REZENDE, Maria José de. As nações de desenvolvimento social como base para a abordagem do desenvolvimento humano presente no relatório do desenvolvimento humano (RDH) de 1990. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n.1, p. 91-122, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Ester Sanches. Relações entre a imprensa e a ciência n contexto da campanha de Canudos. **Revista Lumen et Virtus**, v.VI, nº 12, 2015.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. Exceção, história e bárbarie no Brasil: três tempos, três cenas. **Cadernos Beijamianos**, Belo Horizonte, v.11, p.76-93, 2016.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 1-23, 2008.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Antropologia da e na cidade, interpretação sobre as formas da vida urbana**. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2013.

RODRIGUES, Giseli Giovanela; MACHADO, Neli Teresinha. A importância da memória para uma cidade. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, ano 2, n. 2, 2010.

RODRIGUES, Nina. A loucura epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços e a loucura das multidões: nova contribuição ao estudo das loucuras epidêmicas no Brasil. In: RODRIGUES, Nina. **As Colectividades anormaes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. p. 50-152.

SÁ, Antônio Fernando Araújo. **Filigranas da memória: história e memória nas comemorações do centenário de Canudos (1993-1997)**. 2006. Tese (doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SÁ, Antônio Fernando Araújo. Canudos plural: imagens em movimento do sertão em guerra. **Artcultura**, 10(17). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/3233>, 2009.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, p. 26-37, 1994.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Canudos, cartas para o barão**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Repensando Canudos: o jogo das oligarquias. **Lusobrazilian Review**, Madison, WI, v. 30, n. 2, p. 97-113, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 a 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos: historicidade e religiosidade popular (1940 – 1995)**. 1996. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVA, Lucas Soares; HANSEN, Thiago Freitas. Heranças da “Era da Sciencia”: a seletividade penal disfarçada (1870-1938). **ARGUMENTA**, Jacarezinho, n. 13, p. 169-187, jul./dez. 2010.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, maio 2003. Disponível em: http://fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57. Acesso em: 6 out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22287/ag.v0i6.57>.

SOLA, José Antonio. **Canudos: uma utopia no Sertão**. São Paulo: Contexto, 1989.

SOUZA, Juliana Rosa de; MORAES, Maria Eugênia Bruck de; SONODA, Luiz Sérgio; SANTOS, Haialla Carolina Rialli Galvão. A Importância da qualidade da água e os seus múltiplos usos: caso Rio Almada, Sul da Bahia, Brasil. **REDE - Revista Eletrônica do Prodepa**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 26-45, abr. 2014.

SOUZA, Luiz Eduardo de et. al. **Antônio Conselheiro: Luta pela terra no nordeste**. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1993.

SOUZA, Marcos Cesar Botelho de. Os Sertões de Carandiru e a matadeira ironia da História. **Légua & Meia**, Santana Feira de Santana, v. 9, n. 1, 2018.

SOUZA, Mériti. Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira. **Anais Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, 8, setembro de 2004.

SOUZA, Percival de. Conselhos de Antônio. *In*: FERNANDES, Rinaldo (org.). **O clarim e a oração**: cem anos de Os Sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002. P. 85 a 92.

SUASSUNA, Ariano. Euclides da Cunha, Canudos e o Exército. *In*: FERNANDES, Rinaldo (org.). **O clarim e a oração**: cem anos de Os Sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002.p. 21 a 23.

TAVARES, Odorico. **Canudos**: Cinquenta anos depois (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura: Academia de Letras da Bahia: Fundação Cultural do Estado, 1993.

TEGA, Danielle. Memória da militância: reconstruções da resistência política feminina à ditadura civil-militar brasileira. **Estud. Sociol.**, Araraquara, v. 17, n. 32, p.123-147, 2012.

TEIXEIRA, Evandro; BENTES, Ivana. **Canudos 100 anos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Textual, 1997.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. O legado do Conselheiro: cem anos depois, Canudos é uma ferida e um emblema do Brasil. *In*: FERNANDES, Rinaldo (org.). **O clarim e a oração**: cem anos de Os Sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

TRICART, J. & SILVA, T. C. da. Aspectos Gerais da Sedimentação da Bacia de Taubaté (São Paulo, Brasil). **Notícia Geomorfológica**. Campinas, nº1., 1958.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Arqueologia e reconstituição monumental do Parque Estadual de Canudos**. Salvador: UNEB, 2002.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. **Ser-tão baiano: o lugar da sertaneidade na configuração da identidade baiana**. Salvador. Dissertação de Mestrado no Programa Multidisciplinar Cultura e Sociedade, UFBA, 2007.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p.101-119, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 abr. 2019.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias, o Brasil é menos urbano que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VENTURA, Roberto. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 165-181, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011997000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 out. 2018.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 275-291, abr. 1996. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100024&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 out. 2018.

VISITANDO a Vila de Canudos. **A Batalha**, Rio de Janeiro, p. 5, 20 out. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=175102&pagfis=19758&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 27 jan. 2019.

ZACARIAS, Gabriel. Posfácio. *In*: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019.

ZANETTINI, Paulo. Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros iletrados. **O olho da História**: Revista de História Contemporânea, Salvador, v. 2, n. 3, p. 167-171, 1996.

ZARIAS, Alexandre. **Memória e (res) sentimento: indagação sobre uma questão sensível**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/resenhas/memoria/memoria.htm>, 2003. Acesso em 20 de janeiro de 2020.